

Brasília

em debate

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan - Ano 2017 - nº 16 - Abril



QUEM E QUANTOS SOMOS, DE ONDE VIEMOS.

Estas são as principais respostas da PDAD.

Entrevista especial - Leany Lemos, secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal (Seplag).

Atendimento ao Cidadão

Pela Central de Relacionamento do GDF, você obtém informações e orientações, dá sugestões e pode fazer reclamações sobre serviços prestados pelo GDF.

A ligação é gratuita

156	Opção 1	Violação de direitos, trabalho infantil, exploração sexual, Bolsa Família, população de rua - Sedest
	Opção 2	Telematrícula (*), Ensino de Jovens e Adultos, DF Alfabetizado - Secretaria de Educação
	Opção 3	IPTU, IPVA, Nota Legal - Secretaria de Fazenda (*)
	Opção 4	Horários e itinerários de ônibus, Integração, Passe livre - DF Trans
	Opção 5	Programas habitacionais, análise de crédito, documentação para regularização de lote - CODHAB
	Opção 6	Combate à Violência Contra a Mulher
	Opção 7	Disque Racismo - Casos discriminatórios étnico-racial
	Opção 8	Disque Idoso - Casos discriminatórios contra idosos (*)
	Opção 9	Demais informações do GDF
160	Opção 1	Disque Saúde - Ouvidoria da Secretaria de Saúde
	Opção 2	Agendamento e solicitação de doação de sangue - Fundação Hemocentro de Brasília (*)
	Opção 3	Farmácia Ambulatorial Especializada - Agendamento para retirada de medicamentos
	Opção 4	Doação de leite materno - Banco de Leite Humano, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
162	Opção 1	Reclamações, elogios, sugestões e solicitações - Ouvidoria do GDF
	Opção 2	Denúncias - Ouvidoria do GDF
192		SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Atende às solicitações telefônicas de urgência da população (24 horas)
0800-644-9060		Combate à corrupção - Registro de denúncias de irregularidades em contratos e licitações (*)

Horário de funcionamento (exceto SAMU)

Segunda a sexta-feira: 7h às 21h

Sábados, domingos e feriados: 8h às 18h

(*) De segunda a sexta-feira: 7h às 19h

Brasília *em debate*

Edição nº 16

Carta ao leitor 5

IPCA 6
Jusçanio Souza

Entrevista - Leany Lemos 7

PDAD - Um instrumento para o planejamento do Distrito Federal 11
Iraci Moreira Peixoto

Modos de Transporte e a PDAD 2015 13
Lucio Rennó

Densidades Urbanas nas regiões administrativas do Distrito Federal 15
Sérgio Jatobá

Jovens do DF - perfil sociodemográfico, escolaridade e inserção produtiva 22
Ana Maria Nogales Vasconcelos et al

Idecon 28
Sandra Andrade e Eurípedes Oliveira

Ranking de cidades verdes do DF - Indicadores de qualidade ambiental 30
Alexandre Brandão

Critério Brasil no DF: Aplicação aos dados da PDAD 2013/2014 e 2015/2016 37
Thiago Mendes Rosa e Pedro Guimarães

Perfil da população idosa nas regiões administrativas do Distrito Federal 44
Cristina B. Souza Rossetto



Foto: Maylena Clésia
Capa PDAD/Codeplan



Foto: BBC - Nevntao (Wikimedia Commons)
Ranking Indicadores ambientais



Foto: Váler Camargo - ABr
Juventude Perfil do jovem no DF



Foto: Pedro Yamura - ABr
Ceilândia Maior índice habitante/ha

Brasília em Debate

Abril - Ano 2017 - Nº 16

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Rollemberg - Governador
Renato Santana - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG

Leany Barreiro de Sousa Lemos - Secretária

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF CODEPLAN

Lucio Remuzat Rennó Júnior - Presidente

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Martinho Bezerra de Paiva - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS

Bruno de Oliveira Cruz - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Ana Maria Nogales

DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS

Aldo Paviani - Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Leany Lemos
Lucio Rennó
Aldo Paviani
Bruno Cruz
Alexandre Brandão
Juscanio Souza
Sérgio Jatobá
Ana Maria Nogales
Maurício Bugarin
Roberto Piscitelli

Assessoria de Comunicação Social

Organização e revisão de periódico

Valda Maria de Queiroz

Editoração eletrônica e arte final

Mauro Moncaio

Capa / Foto cedida:

Maylena Clésia

Apoio

Nilva Rios, Eliane Menezes, Ester Santos Cabral
Maurício Suda, Laerte Gouveia e Cleusa Rocha

Observação:

* Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores

* Permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte

Periodicidade: quadrimestral

Tiragem impressa: 1 mil exemplares; policromia: 52 páginas

Versão online: www.codeplan.df.gov.br

1.Economia - Planejamento Territorial Distrito Federal (Brasil)
ISSN - 2316-820X

Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Codeplan

SAM - Bloco H - Setores Complementares

CEP: 70.620-080 - Brasília-DF

Tel.: (0xx61) 3342-1021/1152

www.codeplan.df.gov.br

codeplan@codeplan.df.gov.br

Breves palavras

Caros leitores,

Por quase 33 anos exerci a função de técnico em comunicação social na Codeplan e agora chega o momento em que sairei no Plano de Desligamento Voluntário (PDV). Com isso deixo também de ser responsável pela revista *Brasília em Debate*.

Fico muito contente em encerrar esta missão com uma edição sobre uma de nossas principais pesquisas, a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), cujos dados são analisados pelo corpo técnico da Companhia, em seus múltiplos aspectos e curiosidades.

Agradeço, sinceramente, ao Conselho Editorial, aos autores, colaboradores e a todos que me apoiaram neste projeto, particularmente, ao presidente Lucio Rennó e à equipe da Ascom.

Desejo que este periódico continue crescendo e cumprindo seus objetivos: estimular o debate sobre temas que suscitem reflexão sobre a capital, a AMB etc. e estender sua abrangência às escalas nacional e internacional.

Minha principal mensagem segue no poema abaixo:

“Anuncio o advento de pessoas puras,

Anuncio a justiça triunfante,

Anuncio a liberdade

e a igualdade inflexíveis,

Anuncio a justificativa da candura

e a justificativa do orgulho,

Anuncio a fidelidade e digo que será

ilimitada e firme.

Anuncio o indivíduo grande,

fluido como a Natureza, casto,

afetuoso, compreensivo,

armado de todas as armas.

Anuncio uma vida copiosa,

veemente, espiritual, audaz.

Anuncio um fio que encontrará plácida

e alegremente seu sentido.”

W. Whitman ■

Valda Queiroz
valda.queiroz@gmail.com

A PDAD/Codeplan traça perfil da população do Distrito Federal

Quem e quantos somos, de onde viemos, como vivemos são perguntas que a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) responde há 13 anos ao traçar o perfil socioeconômico completo e atualizado dos habitantes do Distrito Federal. Para compor esse retrato, a pesquisa identifica uma série de características individuais como idade, sexo, estado civil, migração, posse de bens (equipamentos), raça, cor, religião, grau de instrução, ocupação e rendimento. Além de levantar informações sobre condições do domicílio, infraestrutura (saneamento básico e abastecimento de água) e serviços.

Em síntese, a pesquisa visa conhecer a situação demográfica e de moradia dos moradores do DF em áreas urbanas das 31 Regiões Administrativas (RAs). É a única pesquisa no Brasil a apresentar resultados generalizáveis para cada uma das RAs. Os resultados servem de base para o planejamento de ações governamentais e empresariais, além de serem abertos à consulta pública. Até 5.4.2017, as quatro últimas PDADs contabilizam 127.384 acessos no site da Codeplan. Ademais, a Assessoria de Comunicação e a Gerência de Pesquisas Socioeconômicas frequentemente atendem a imprensa e a população em busca de informações contidas na PDAD, seja por e-mail, ao telefone ou presencialmente, nesse caso sobressai grande número de estudantes de 1º e 2º grau.

Com esse amplo espectro a PDAD gerou uma série de análises das diretorias de estudos e pesquisas socioeconômicas, políticas sociais e urbanas e ambientais sobre jovens, mulheres, negros, idosos, mobilidade urbana, local de moradia x local de trabalho, renda, entre outros, incluindo Estudos, Notas Técnicas e Textos para Discussão, conforme lista e links à página 51.

Em sua quarta rodada (2004, 2011, 2013, 2015) a PDAD realizou pesquisa, em média, em 25 mil domicílios do Distrito Federal. Constam em cada questionário 45 perguntas (18 referentes ao domicílio e 27, aos moradores) divididas em quatro blocos. As respostas são sigilosas e tratadas em conjunto, o morador não é identificado e só podem responder os questionários, os maiores de 16 anos.

Metodologia - *A PDAD é planejada em diversas fases. Inicia com a elaboração do questionário; do plano amostral; do manual de instruções para o trabalho dos agentes de coleta e do programa de digitação dos questionários. Há também uma pesquisa-piloto e treinamento dos agentes.*

O trabalho de campo consiste na aplicação de questionários nos domicílios sorteados, seguido de checagem quando as informações são conferidas em 5% a 10% desses domicílios. A crítica revisa os questionários preenchidos para detectar irregularidades ou incoerências. Findas as etapas-meio do processo de coleta de dados, estes são analisados e posteriormente disponibilizados ao público em diversos formatos, inclusive os microdados, assegurando transparência e acessibilidade total aos resultados da pesquisa.

Para 2017, estamos reorganizando institucionalmente a PDAD, criando um conselho consultivo no âmbito do GDF, aprimorando o trabalho de campo para que dure menos tempo e modernizando a entrada de dados, com a utilização de ferramentas de preenchimento eletrônico de questionários. Todo nosso esforço é para consolidação, institucionalização e aprimoramento da PDAD garantido que continue a servir de fonte privilegiada de informações sobre a sociedade e economia do Distrito Federal. ■

<http://www.codeplan.df.gov.br/areas-tematicas/pesquisas-socioeconomicas/295-pesquisa-distrital-por-amostra-de-domicilios-.html>

Lucio Rennó
Presidente

Brasília fecha o ano de 2016 com Inflação abaixo do teto da meta do governo

Jusçanio Souza

Em 2017, os dois primeiros meses acumulam variação de 0,69%.

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou no ano de 2016 variação de 5,62% em Brasília, ficando abaixo do teto da meta estabelecida pelo governo. Em comparação com as demais localidades onde a pesquisa é realizada, registrou a 4ª menor variação, uma vez que Curitiba acumulou 4,43%, Vitória, 5,11% e Goiânia, 5,25% (Tabela 1).

Em fevereiro de 2017 a inflação acumulada em 12 meses caiu em todas as 13 localidades pesquisadas e projetou fechar o ano, próxima do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil.

De fato, a inflação vem regredindo em Brasília. O resultado ocorrido em dezembro último, ocorreu, principalmente, do impacto decorrente do reajuste das passagens aéreas, dos ônibus interestaduais e dos combustíveis.

Nesse contexto, verifica-se que em fevereiro de 2017 o arrefecimento da inflação, expressa pela deflação computada em quatro dos nove grupos que compõem o IPCA/Brasília, entre eles os grupos de maior peso “Alimentação e Bebidas” e o de “Transportes”, os quais exerceram pressão de alta em dezembro (Tabela 2).

Em relação ao resultado da inflação no mês de fevereiro de 2017, vale destacar alguns pontos. Primeiramente, o grupo “Educação” foi o que mais pressionou a alta do mês, atribuído à sazonalidade de alta, em função do retorno do período letivo. Nesse grupo os aumentos das mensalidades de cursos regulares foram os mais expressivos.

Já em sentido contrário, a maior contribuição para a deflação mensal em Brasília foi exercida pelo grupo “Alimentação e Bebidas”, favorecida por aumentos de produtividade agrícola e clima, propiciando redução significativa nos preços dos tubérculos, raízes e legumes; cereais, leguminosas e oleaginosas; frutas e carne, entre outras.

A segunda maior contribuição para a deflação no IPCA/Brasília de fevereiro foi dada pelo grupo “Transportes”, resultante da expressiva redução verificada nos preços das passagens aéreas e de ônibus interestaduais, que inclusive anulou o aumento residual contabilizado nas tarifas de ônibus urbano, para fevereiro.

Das 13 regiões pesquisadas pelo IBGE, as tarifas dos ônibus urbanos, em fevereiro, ficaram mais caras em oito delas, especialmente em Curitiba.

Também, vale ressaltar os aumentos que vem sendo contabilizados no grupo “Saúde e Cuidados Pessoais”, que ainda contabiliza variação acumulada de dois dígitos em 12 meses.

Com relação ao INPC/Brasília, o resultado de fevereiro distanciou do IPCA, para mais, pelo menor peso do item “Passagens Aéreas” na sua estrutura de ponderação, ou seja, sofreu maior influência do aumento residual das tarifas de ônibus urbanos. ■

Tabela 1 - Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - dez/2016 a fev/2017 - Variações (%) regionais

Região	Variação (%) Acumulada					
	No mês		No ano		Em doze meses	
	dez/16	fev/17	dez/16	fev/17	dez/16	fev/17
Belém	0,20	0,35	6,77	0,72	6,77	5,25
Belo Horizonte	0,24	0,34	6,60	0,99	6,60	5,35
Brasília	1,12	-0,03	5,62	0,69	5,62	4,65
Campo Grande	0,70	0,24	7,52	0,80	7,52	6,33
Curitiba	0,14	0,44	4,43	0,75	4,43	3,61
Fortaleza	0,60	0,30	8,34	0,92	8,34	6,92
Goiânia	0,05	-0,39	5,25	-0,18	5,25	2,98
Porto Alegre	-0,04	0,24	6,95	0,42	6,95	4,73
Recife	0,43	0,25	7,10	0,57	7,10	4,96
Rio de Janeiro	0,25	0,68	6,33	1,08	6,33	4,84
Salvador	0,32	0,57	6,72	1,24	6,72	4,76
São Paulo	0,35	0,27	6,13	0,50	6,13	4,65
Vitória	0,63	0,19	5,11	0,89	5,11	4,54
Brasil	0,30	0,33	6,29	0,71	6,29	4,76

Fonte: IBGE - Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/Gecon

Tabela 2 - Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/Brasília - Variação mensal e impacto - Segundo os grupos - Fevereiro/2017

Grupo	Var. (%) Mensal		Var. (%) No Ano		Var. (%) 12 Meses		Impacto (p.p)
	dez/16	fev/17	dez/16	fev/17	dez/16	fev/17	
Alimentação e Bebidas	0,76	-0,61	7,27	0,16	7,27	3,52	-0,14
Habitação	0,40	0,05	4,51	0,14	4,51	4,11	0,01
Artigos de Residência	0,83	-1,13	2,33	-1,22	2,33	-0,78	-0,05
Vestuário	0,62	-0,50	2,67	-1,05	2,67	1,88	-0,03
Transportes	3,38	-0,66	2,12	1,51	2,12	4,45	-0,13
Saúde e Cuidados Pessoais	0,42	0,61	10,55	0,90	10,55	10,31	0,06
Despesas Pessoais	1,04	0,31	9,12	0,76	9,12	7,42	0,04
Educação	0,00	3,56	8,65	4,03	8,65	5,77	0,19
Comunicação	0,14	0,43	1,34	1,34	1,34	1,64	0,02
Índice Geral	1,12	-0,03	5,62	0,69	5,62	4,65	-0,03

Fonte: IBGE - Dados elaborados pela Codeplan

(*) Jusçanio Souza

Gerente de Contas e Estudos Setoriais da Codeplan

Desafios, projetos e programas da Secretaria de Planejamento do DF

Leany Lemos, nesta entrevista concedida à *Brasília em Debate*, informa que a Seplag está modernizando a gestão e enumera os desafios, que abrangem programas e projetos desenvolvidos, alguns em consonância com o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária, além de projetos culturais, sociais, entre outros. Guardiã do modelo de gestão, a Secretaria instrumentaliza os demais órgãos, orienta a utilização de ferramentas de gestão e os apoia na resolução de entraves de ordem técnica.

Segundo a secretária, ainda no primeiro biênio dessa gestão, os maiores desafios foram “reduzir o déficit, pagar salários de servidores e buscar o equilíbrio econômico e financeiro. Nesse período, fizemos corte em cargos, secretarias e em despesas gerenciáveis; saímos de um déficit de R\$ 2,5 bilhões do final de 2015 para R\$ 700 milhões no final de 2016”. Leany Lemos diz ainda que “com todas as dificuldades enfrentadas nessa gestão, uma das principais realizações foi ter conseguido manter os investimentos em obras estruturantes e que ficarão como legado para o DF, o aterro sanitário recém-inaugurado - atrasado 50 anos na história de Brasília, que é a dona do maior lixo da América Latina, o da Estrutural”.

Outros projetos se destacam, exemplo disso, é o *Inova DF*, prêmio que está em desenvolvimento para valorizar o servidor com previsão de que seja implementado ainda neste ano. Na busca para equilibrar a economia, a expansão do *GDFnet* - rede de comunicação corporativa do governo de Brasília - nas escolas e nos hospitais garantirá uma Internet mais rápida e menos onerosa. Será também licitado e instalado o novo Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (Sigrh), que vai automatizar dados da folha de pagamento, diminuindo as possibilidades de erros.

A secretária informa que nos últimos dois anos os investimentos para a cidade chegam ao valor de R\$ 1,5 bilhão em obras fundamentais destinados à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal para o futuro do DF (adutora e produtora de água em Corumbá) e a estação de tratamento de esgoto em Águas Lindas; e em obras de infraestrutura de saneamento e de pavimentação do Porto Rico, de Buritizinho, do Sol Nascente e de áreas de Vicente Pires.

Outro projeto que resulta em um de esforço conjunto do governo, o *Mapa Estratégico* consta de “reuniões entre o governador e os dirigentes e também de oitiva da sociedade, nas agendas construídas no *Voz Ativa* - evento que reúne a população para elaborar políticas públicas e ajudar no planejamento do governo”, enfatiza a secretária Leany Lemos.

Acrescenta também, “para cada objetivo do mapa estratégico, estabelecemos indicadores que permitem avaliação dos avanços - esses indicadores são discutidos nas reuniões de alinhamento da estratégia. E para cada objetivo, estabelecemos quais programas e projetos serão desenvolvidos para alcançá-los”. ■



A secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal (Seplag), é mestre em Ciência Política (1998) e doutora em Estudos Comparativos das Américas (2005) pela Universidade de Brasília. Foi Fulbright/AFSA Congressional Fellow (2003-2004); pesquisadora visitante da Georgetown University (2003-2004) e do Centro de Estudos Brasileiros, Universidade de Oxford (2006); e Oxford-Princeton Global Leaders Fellow (2009-2011). Recebeu o prêmio ALACIP de melhor tese de doutorado em Ciência Política da América Latina, biênio 2004-2005, e Menção Honrosa do Prêmio Capes de Teses, 2005.

É servidora de carreira do Senado Federal desde 1993, e foi pesquisadora colaboradora plena do IPOL/UnB entre 2008-2013. Desde janeiro de 2015 é Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. Áreas de interesse: estudos legislativos, política comparada, instituições políticas, políticas públicas. ■

Colaboração:

Alexandre Brandão e Rodrigo Azevedo

BD - Quais os desafios da Seplag no que concerne ao planejamento nos próximos dois anos, incluindo o Distrito Federal e sua área metropolitana?

Leany Lemos - Nos primeiros dois anos, nosso desafio foi implementar o modelo de gestão e agora estamos amadurecendo e avançando nele. É preciso lembrar que estamos modernizando a gestão. Um exemplo é o *Inova DF*, prêmio que está em desenvolvimento para valorizar o servidor. A previsão é que seja implementado ainda neste ano. Temos também a expansão da *rede GDFnet* - rede de comunicação corporativa do governo de Brasília - nas escolas e nos hospitais, o que garantirá uma Internet mais rápida. Queremos também licitar e instalar o novo *Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (Sigrh)*, que vai automatizar dados da folha de pagamento, diminuindo as possibilidades de erros.

Temos que lembrar ainda que, no primeiro biênio, o desafio foi reduzir o déficit, pagar salários de servidores e buscar o equilíbrio econômico e financeiro. Nesse período, fizemos corte em cargos, secretarias e em despesas gerenciáveis; saímos de um déficit de R\$ 2,5 bilhões do final de 2015 para R\$ 700 milhões no final de 2016. Também buscamos investimentos para a cidade. Em dois anos, investimos quase R\$ 1,5 bilhão em obras fundamentais da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal para o futuro do DF, como a adutora e produtora de água em Corumbá e a estação de tratamento de esgoto em Águas Lindas; e em obras de infraestrutura de saneamento e de pavimentação do Porto Rico, de Buritizinho, do Sol Nascente e de áreas de Vicente Pires, por exemplo.

Nos dois primeiros anos, tínhamos também o desafio de pagar os salários dos servidores em dia e buscar o equilíbrio econômico financeiro, o que temos alcançado no dia a dia com uma política de austeridade. O corte em cargos, secretarias e em despesas gerenciáveis fez com que saíssemos de um déficit - falo de resultado primário - de R\$ 2,5 bilhões, ao final de 2015, para R\$ 700 milhões, ao final de 2016.

Os dois últimos anos ainda exigirão trabalho duro, pois temos o desafio de não perder o enxugamento alcançado e de alavancar investimentos, os quais são fundamentais para melhoria dos serviços públicos e para o desenvolvimento local. Temos também de amadurecer e consolidar o modelo de Gestão DF, o qual tem nos permitido acompanhar o desenvolvimento de ações dos órgãos do Executivo local.

BD - Como o Mapa Estratégico do Distrito Federal e os acordos de resultados junto às outras secretarias vêm contribuindo na melhoria da Governança?

Leany Lemos - O mapa estratégico é a representação visual do nosso plano de Governo, aonde queremos chegar, e quais objetivos alcançar em um espaço de tempo. Ele é nossa orientação de trabalho.

O mapa foi um resultado de esforço conjunto do governo, de reuniões entre o governador e os dirigentes e também de oitiva da sociedade, nas agendas construídas no *Voz Ativa* - evento que reúne a população para elaborar políticas públicas e ajudar no planejamento do governo.

Para cada objetivo do mapa estratégico, estabelecemos indicadores que permitem avaliação dos avanços - esses indicadores são discutidos nas reuniões de alinhamento da estratégia. E para cada objetivo, estabelecemos quais programas e projetos serão desenvolvidos para alcançá-los, fizemos toda a correspondência com o Plano Plurianual e os projetos de Lei Orçamentária.

Os acordos de resultados, celebrados anualmente, são documentos que registram as metas que os órgãos se propõem a alcançar no ano.

Assim, são estabelecidas a estratégia do governo e a maneira de executá-la. Em reuniões semanais estruturadas, o governador acompanha de perto o andamento dos projetos estratégicos e os níveis de serviços dos diversos órgãos que compõem o governo. Os obstáculos identificados são analisados e para cada problema há uma deliberação, um encaminhamento.

Desta forma, o mapa estratégico e os acordos de resultados são fundamentais para que tenhamos foco. O dia a dia consome muito das nossas atividades, do nosso tempo e da nossa energia. Falo como gestora pública. Sem esse foco na estratégia, é provável que nos perdêssemos. Esse modelo ajuda - e muito - a priorizar a locação de recursos. Logo, ainda mais importante por causa do momento conjuntural que estamos vivendo. É o novo paradigma, e é o paradigma de gestão moderna que nós estamos avançando.

BD - Como o Modelo de Gestão de Resultados do Distrito Federal (Sistema Gestão DF) recentemente aprovado (Decreto 37.621/2016) poderá aumentar a eficiência na gestão nos próximos anos?

Leany Lemos - O modelo de gestão para resultados, como o próprio nome diz, tem foco nos resultados que se pretendem alcançar. A modernização da administração pública vem da necessidade de revisar a maneira de trabalhar e de gerir o Estado. Estamos lidando com contas públicas, com políticas públicas para a população e isso exige cada vez mais uma boa gestão, economicidade, melhores resultados.

O decreto é um marco legal que estabelece como o governo deve funcionar e cria as responsabilidades de cada ente nesse modelo de gestão.

Hoje, a Secretaria de Planejamento é a guardiã do modelo, a qual instrumentaliza os demais órgãos, orienta a utilizar as ferramentas de gestão e os apoia na resolução de entraves de ordem técnica. Em cada secretaria ou instituição pública do DF, nós temos um ponto focal: o assessor de gestão da estratégia e de projetos, que, no âmbito do seu órgão, é responsável por reportar toda a situação dos projetos estratégicos de governo que compõem o acordo de resultados.

Os benefícios são auferidos pouco a pouco. Para melhores resultados, há necessidade de uma mudança de cultura no ambiente de trabalho, para que cada servidor e cada colaborador se sintam parte de um grande processo, o qual, ao final, visa a melhoria das condições da nossa cidade. O papel do servidor público é relevante, ele é responsável, no meio ou na ponta, por realizar tudo o que planejamos. Esse engajamento é fundamental e estamos conseguindo isso, pouco a pouco.

Estudos mostram que há um grande avanço da gestão do setor privado, no terceiro setor, no setor

público, quando você implementa esse tipo de modelo. Dessa forma, queremos alcançar metas mais eficientes, que é o grande desafio da gestão. E o mais importante da gestão é a coordenação, porque são muitas ações entre diversos órgãos. Desse modo, a estratégia - que carrega o modelo de reuniões permanentes e de checagem de pontos de controle - é fundamental para aumentarmos nosso grau de execução e, assim, melhorar os serviços que são prestados.

BD - Qual o papel da informação estatística no modelo atual de planejamento adotado pelo Governo de Brasília?

Leany Lemos - Ao elaborar um plano de governo, é muito importante ouvir a sociedade. Nós temos de estar atentos a boas práticas, mas é mais importante fazer uma gestão com ciência. Não que não seja importante fazer com sentimento, mas é importante fazer com ciência também.

Os números e as estatísticas nos dão essas informações, para que façamos escolhas num determinado momento. Precisamos saber se as ações estão atingindo os objetivos. Os números são nossos termômetros. Esses indicadores, todas as estatísticas que usamos, são fundamentais para que possamos medir e para que possamos seguir novos rumos, se necessário.

O setor de tecnologia de informação governamental do DF ficou parado muito tempo. Precisamos fortalecê-lo, porque não há como modernizar a gestão se não modernizarmos as ferramentas que temos. Além disso, nossa infraestrutura de TI estava defasada, de modo que fizemos investimentos na *rede GDFnet*, na parte de energia, na parte de servidores, para que pudéssemos reforçar a TI.

BD - Fale da Expansão do *rede GDFnet* em relação às melhorias na gestão?

Leany Lemos - A ampliação da *rede GDFnet* é um dos projetos estratégicos que faz parte do acordo de resultados da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. A expansão da rede corporativa proporcionará a conexão de mais órgãos do governo e acesso à internet a um custo menor do que se fosse pago a operadores de internet, em separado, por cada órgão. Além do corte de gastos com contratos terceirizados, a mudança gera ganhos de qualidade, segurança e eficiência dos serviços de tecnologia das pastas. Atualmente a rede já interliga 183 unidades governamentais com conexão de alta velocidade, o que permite o acesso aos serviços públicos com qualidade e segurança.

Na área da saúde, os Hospitais de Base e Materno-Infantil de Brasília (Hmib), além da Fundação Hemocentro, do Laboratório Central e do edifício-sede da pasta, no fim da Asa Norte, estão entre as 12 unidades já contempladas com a expansão da rede, iniciada em outubro de 2016. Com a conexão dessas unidades, o governo tem economizado mais de R\$ 309 mil por mês, que antes eram gastos em contratos terceirizados de manutenção dos serviços de rede.

Na educação, 13 unidades passaram a trabalhar com uma conexão mais rápida e segura após a integração - em relação ao serviço terceirizado, teve-se uma economia de R\$ 16,5 mil por mês. Foram integradas à sede da pasta e à biblioteca pública da Estrutural, além de centros de ensino e escolas na Asa Norte,

Planaltina e Ceilândia. Antes da implantação da *rede GDFnet*, os contratos de circuitos de dados da educação eram de baixa velocidade - a maioria de 2 megabits. Eles foram substituídos por links de 1 gigabit. Em breve, a expansão da rede chegará a mais seis unidades.

O objetivo estratégico é dotar a administração pública de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para obtenção de resultados. Assim, as escolas públicas, por exemplo, passam a ter infraestrutura que possibilite a adoção de novos serviços de educação tecnológica aos alunos, além de ferramentas de gestão e didática para professores e servidores, e ainda serviços administrativos para a população.

BD - Qual a sua opinião acerca do papel da Codeplan em relação à pesquisa, planejamento e gestão?

Leany Lemos - A Companhia de Planejamento do Distrito Federal tem um papel fundamental na execução de projetos. A Codeplan ajuda muito ao avaliar, com qualidade, as políticas públicas nas áreas de direitos humanos, resíduos sólidos, social, infraestrutura e fiscal. A Companhia é um segmento do governo que não está envolvido na execução e não se consome pelos trabalhos do dia a dia. De uma maneira macro, mostra os problemas e aponta possíveis soluções, sem as quais não poderíamos tomar boas decisões.

BD - A senhora poderia citar algumas das principais realizações do Governo no que se refere à melhoria da qualidade de vida do cidadão (projetos culturais, sociais, entre outros)?

Leany Lemos - Com todas as dificuldades enfrentadas nessa gestão, uma das principais realizações foi ter conseguido manter os investimentos em obras estruturantes e que ficarão de legado para o DF, como o aterro sanitário recém-inaugurado - atrasado 50 anos na história de Brasília, que é a dona do maior lixo da América Latina, o da Estrutural.

Para melhorar a qualidade de vida do cidadão, podemos citar os investimentos no atendimento a crianças na educação infantil - com a construção de novos centros de educação da primeira infância. Brazlândia foi a primeira região administrativa a atender toda a demanda na faixa etária de 4 e de 5 anos. Esse atendimento garante uma alimentação adequada e possibilita que as mães e os pais possam exercer trabalho remunerado. Hoje, são mais de 47 mil crianças atendidas nessa faixa etária.

Na Saúde, teve início a conversão do modelo atual de assistência para o modelo de estratégia de *Saúde da Família* - reconhecido mundialmente como o mais adequado. Funciona da seguinte forma: a equipe médica atende à população de uma comunidade e forma um vínculo com aquelas pessoas; trabalha com prevenção; e atende os casos mais simples na unidade básica de referência, o que evita a procura por um atendimento inicial no Pronto Socorro - destinado a casos mais graves.

Na área de habitação, lançamos o *Habita Brasília*, um programa para garantir moradia aos cidadãos e que tem diversos eixos de atuação: *Lote Legal* - venda de lotes urbanizados e habilitados

na lista da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal; *Projeto na Medida* - oferece assistência técnica e apoio na reforma e construção de moradias; *Morar Bem* - construção de unidades habitacionais no modelo do Minha Casa, Minha Vida; *Aluguel Legal* - construção de edifícios mistos pelo governo com residências e comércios, mas a gestão será da iniciativa privada (o local será do Executivo Distrital, mas os empresários responsáveis que vão administrar); *Portas Abertas* - incentiva a produção de habitações pela iniciativa privada. Desta forma, impulsiona o setor da construção civil e cria empregos, ainda diminui o déficit habitacional da cidade, estimado em 110 mil unidades. Por fim, temos avançado nas obras da *Orla do Lago*, um espaço em que todo cidadão poderá fazer uso para lazer.

Na área de Segurança, a integração das forças fez com houvesse redução no número de homicídios - uma queda de 15,2% nos dois anos do *Programa Viva Brasília*, nosso pacto pela vida (588 homicídios contra 693 em 2014).

Na área de mobilidade, lançamos o *Programa Circula Brasília* para melhorar as condições das pessoas que usam o transporte público. Inauguramos terminais de ônibus e modernizamos o sistema de transporte. Essa modernização conta com ações, como bilhete único, rastreamento da frota por GPS - com informação dos horários dos ônibus em tempo real -, criação de uma Central de Supervisão Operacional e controle de gratuidades e benefícios nas catracas por biometria facial. ■

PDAD - Um instrumento para o planejamento do Distrito Federal



Iraci Moreira Peixoto

Para atualizar as informações sobre o perfil socioeconômico dos moradores das áreas urbanas ou rurais com características urbanas das 31 regiões administrativas do Distrito Federal, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) concluiu a quarta **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/2015)**. Visa subsidiar o planejamento das ações governamentais tendo como finalidade a produção de informações primordiais para o estudo das características socioeconômicas da população urbana do Distrito Federal.

Pesquisa análoga foi realizada pela Codeplan em 2004, 2011 e 2013, tornando-se possível a comparação entre elas. A PDAD aborda aspectos relativos às Características da Unidade Domiciliar, Inventário de Bens, Serviços Domiciliares, Características Gerais e de Migração dos Moradores, Educação, Trabalho e Rendimento, permitindo a elaboração de indicadores de qualidade de vida, para a formulação de políticas públicas e apontar tendências de comportamento da população.

As informações apresentadas pela pesquisa permitem o conhecimento da estratificação econômica e social das famílias da área urbana do Distrito Federal, com recorte para cada Região Administrativa (RA).

As informações apresentadas pela pesquisa permitem o conhecimento da estratificação econômica e social das famílias da área urbana do DF, com recorte para cada RA. A PDAD mostra o retrato com renda elevada, porém distribuída de forma irregular entre as regiões administrativas.

Elevado grau de diferenciação entre as regiões vem sendo confirmado por estas pesquisas, não só pelos padrões de renda, mas também pelas condições da moradia, posse de bens de consumo, assim como o nível de instrução, ainda que estas variáveis estejam correlacionadas com o rendimento das famílias. A disparidade na capital do país, no entanto, nada mais é do que o reflexo do que ocorre na sociedade brasileira.

Embora a discrepância do rendimento domiciliar per capita entre as regiões administrativas, ainda seja significativa, ela tem se mostrado menos acentuada ao longo dos anos. Em 2004 a maior renda média mensal das regiões observadas, a exemplo do Lago Sul, equivalia 27 vezes à menor renda, a Estrutural, que em 2015, decresceu para 16 vezes. Este movimento é constatado também no cálculo do Coeficiente de Gini¹, que passou de 0,573 para 0,468 no período analisado. Por outro lado, a distribuição da renda familiar dentro de cada RA, apresenta relativa homogeneidade, na maioria delas.

¹ O Coeficiente de Gini representa uma medida descritiva da classificação da renda, mensurando as suas diferenças, variando de “zero” que representa a igualdade perfeita a “um” que significa a desigualdade perfeita

No que tange à escolaridade, diferenças similares à distribuição da renda são encontradas entre as regiões. Nas que apresentam maior incidência de famílias situadas nos estratos de renda mais elevados, o grau de instrução de seus membros também atingiu patamares mais avançados, sendo que a situação oposta também é verificada. Das 31 regiões administrativas, em 13 delas menos de 10% da população têm nível superior e nas de alta renda este percentual se situa perto de 70%.

Constata-se na PDAD/2015, no entanto, uma sensível melhora no grau de instrução. Em 2004, a população que tinha nível superior, incluindo especialização, mestrado e doutorado representava 9%, enquanto que 2015 este percentual está próximo de 20%. Comportamento similar foi observado em todas as regiões administrativas, mesmo naquelas de menor poder aquisitivo.

A PDAD confirma a participação predominante da Administração Pública, Comércio e Serviços no Distrito Federal. Os postos de trabalho concentram-se principalmente no Plano Piloto. Denota-se, no decorrer dos últimos anos uma pequena descentralização de empregos em direção às regiões administrativas de moradia, especialmente para o eixo Taguatinga-Ceilândia.

O modo de transporte utilizado pela população para ida ao trabalho se divide essencialmente entre o veículo próprio, principal modo, e os ônibus. Em menor participação, segundo declaração dos entrevistados, aparecem as viagens a pé e o Metrô.

Além das informações socioeconômicas citadas, foram levantados também os motivos que trazem o migrante a Brasília. Para a população adulta os principais motivos continuam sendo a procura por trabalho e melhores condições de vida. O perfil do migrante, porém mudou: atualmente, o que atrai sobretudo os jovens são os concursos públicos e a oferta de bons salários.

O conhecimento das condições de moradia da população propicia a elaboração de indicadores significativos para a determinação do nível socioeconômico e do padrão de conforto e bem-estar da população, razão pela qual a PDAD abordou também essas questões.

A tipologia predominante de residências no Distrito Federal é a casa seguida pelos apartamentos. Observa-se no decorrer dos últimos cinco anos um leve crescimento da verticalização das cidades, passando de 22% para 25% o percentual de apartamentos.

Embora a maioria dos domicílios no Distrito Federal sejam próprios em terrenos regularizados ainda assim se observa a presença de domicílios em terrenos não legalizados, cerca de 20%, essencialmente constituídos em condomínios. Vale destacar que estes dados refletem o que declara os moradores e não necessariamente o número oficial da informalidade.

As regiões administrativas do Distrito Federal são bem atendidas pelos serviços essenciais de infraestrutura urbana, independente da condição socioeconômica da região. A energia elétrica está presente em 99% dos domicílios, tem cobertura total em 15 regiões e está próxima da universalização nas demais. O abastecimento de água tem comportamento similar. Já o esgotamento sanitário atende a 85% dos domicílios e a fossa séptica ainda é encontrada nas regiões criadas recentemente e de classe mais alta.

Em suma, a renda familiar denota em grande parte um padrão locacional, ou seja, observa-se uma estratificação espacial das famílias, conforme suas rendas, com clara hierarquização das localidades urbanas. Por outro lado, a distribuição da renda familiar dentro de cada RA apresenta relativa homogeneidade na maioria delas.

As diferenças são confirmadas pelas condições da moradia e da posse de bens de consumo duráveis, uma vez que estas variáveis são altamente correlacionadas com o rendimento auferido.

As disparidades observadas refletem a necessidade de conhecimento da realidade sobre a qual o Setor Público deve atuar visto que o papel primordial do Estado é o atendimento às necessidades da comunidade, permitindo a priorização e a compatibilização das suas ações, individualizadas para cada região administrativa, dotando-as da eficiência necessária para uma aplicação mais eficaz dos recursos disponíveis. ■

(*) Iraci Moreira Peixoto

Coordenadora das PDADs e gerente de Pesquisas Socioeconômicas - Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas da Codeplan.

Modos de Transporte e a PDAD 2015



Foto: Toninho Leite

Lucio Rennó

Um dos atributos mais interessantes da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/Codeplan é a identificação dos modos de transporte para locomoção ao local de trabalho. São informações importantes sobre as tendências gerais de locomoção da população empregada do Distrito Federal. Assim, podemos identificar os modais mais usados e o perfil dos usuários, além de mapear no território como esses hábitos variam de região para região.

Como a situação da mobilidade urbana é um dos principais desafios para os gestores públicos do DF, e que, em se mantendo a tendência atual, a situação tende a piorar, as informações da PDAD podem ser úteis para entendermos melhor essa realidade e buscar alternativas de políticas públicas que atenuem o problema.

O dia a dia deixa evidente o crescente engarrafamento das vias, a falta de estacionamentos nas cidades, o limitado uso de transporte público e de modos não motorizados. Ademais, a concentração da demanda por mão de obra, principalmente de postos de trabalho que exigem maior qualificação no Plano Piloto e adjacências e as longas distâncias a serem cobertas no trajeto ao centro, complicam ainda mais a eficiência de soluções públicas para o transporte coletivo. Prevalece o transporte privado, individual e motorizado: a maioria prefere e que pode, usa o carro.

Apresento aqui breve levantamento do uso de diferentes modais de transporte no Distrito Federal, detalhando as características dos usuários baseado nos dados recém-publicados da PDAD/2015. Vamos focar o uso dos automóveis, ônibus, bicicleta e locomoção a pé.

Entre a população empregada que mora no Plano Piloto, 89% trabalha nessa mesma RA e 78% usam o carro para ir ao trabalho. As populações ocupadas moradoras do Sudoeste/ Octogonal, Lago Sul, Lago Norte, Parkway e Jardim Botânico também tendem a trabalhar no Plano Piloto e a usar o carro para ir trabalhar.

Uso de ônibus e automóveis pela população ocupada do Distrito Federal

Entre a população ocupada no DF, 41% usam o carro para ir ao trabalho enquanto 38% usam ônibus. A grande diferença está entre ricos e pobres e moradores de cidades mais centrais e mais periféricas. Ricos, que predominantemente moram nas cidades mais centrais, onde estão a maioria dos empregos de alta remuneração, andam de automóvel. Já a população empregada que mora no Plano Piloto, 89% trabalha nessa mesma Região Administrativa (RA) e 78% usam o carro para ir ao trabalho. As populações ocupadas moradoras do Sudoeste/ Octogonal, Lago Sul, Lago Norte, Parkway e Jardim Botânico também tendem a trabalhar no Plano Piloto e a usar o carro para ir trabalhar. Esse primeiro círculo concêntrico de cidades centrais, também detentoras da renda média mais alta, são responsáveis por 28% de usuários de carros para ir trabalhar no DF e respondem por 14% de toda a população ocupada.

Já no outro extremo estão as cidades de renda baixa e maior uso de ônibus como modo de transporte para se chegar ao trabalho: Paranoá, Varjão, Itapoã, Recanto das Emas e Santa Maria. Nessas cidades, a tendência é de que entre 56% e 65% da população ocupada use ônibus e aproximadamente 35% dessa população trabalhe no Plano Piloto. Enquanto que essas cidades representam 13% da população ocupada do DF, respondem por 6% dos usuários de automóvel para ir ao trabalho.

Assim, em grande medida, os problemas da sobrelotação do Plano Piloto por automóveis são fruto da

concentração de postos de alta remuneração no centro do DF e do fluxo de carros das cidades centrais. Descentralizar o emprego melhor remunerado tem se mostrado difícil. Dessa forma, pensar em medidas que aumentem a atratividade do transporte público coletivo nas áreas mais ricas (mais informação sobre itinerários e horários; racionalização dos itinerários) e que desestimulem o uso do carro (cobrança de estacionamentos; punição para uso de vagas irregulares) seriam importantes para atenuar os problemas de congestionamento das vias nas áreas centrais da cidade. Essas são medidas tomadas em várias partes do mundo, com resultados positivos.

Mobilidade Ativa no DF

Ir a pé ou de bicicleta para o emprego é uma benção ou uma maldição? Usualmente tendemos a pensar que morar perto do local de trabalho é cômodo, conveniente e que estimula uma vida mais saudável, menos sedentária, permitindo que as pessoas andem ou usem a bicicleta para ir trabalhar. Isso pode ser meia verdade. De fato, quando o cidadão tem a capacidade de escolha sobre onde morar e onde trabalhar, e opta por encurtar essa distância, permitindo se locomover através de modais não-motorizados, então é uma benção. Mas, se um cidadão está preso a uma região em que só pode chegar ao trabalho a pé, sem ter acesso ou poder arcar com um transporte que o leve a centros com melhores empregos, usar modos ativos de mobilidade trata-se de uma necessidade e uma restrição. Para quem só conta com a própria força física para se locomover, as opções de trabalho são menores, pois o alcance a empregos fica restrito a uma área geográfica mais reduzida. Isso é testemunho do papel imprescindível do transporte público para ampliação das oportunidades de emprego.

A mobilidade ativa envolve modos de locomoção não-motorizados, como andar a pé, de bicicleta ou qualquer outro meio que faça uso da força física do ser humano. No DF, há padrões bastante claros e que remetem à uma situação na qual o uso da mobilidade ativa assemelha-se mais a um caso de restrição, de maldição do que de benção.

Em primeiro lugar, é interessante notar que ir a pé é a terceira forma mais comum de locomoção entre casa e trabalho no DF. Aproximadamente 10% dos trabalhadores usam esse meio. Prevalece o uso do automóvel (41%) e do ônibus (38%), os demais meios somados (metrô, bicicleta, motocicleta e utilitário) somam apenas 11%. Entre os meios de mobilidade ativa, andar a pé é o mais comum. Vale registrar que apenas 1% da população do DF afirma usar a bicicleta para se locomover ao trabalho.

Quem vai a pé ao trabalho é o morador de cidades com renda mais baixa que trabalha na própria cidade de moradia. Quando dividimos as Regiões Administrativas do Distrito Federal por faixa de renda, para o grupo 1 (com renda média domiciliar acima de 10 mil reais) e o grupo 2 (entre 5 e 10 mil reais) o principal meio de transporte é o automóvel. Para os grupos 3 (entre 2500 e 5 mil reais) e 4 (com renda média abaixo de 2500 reais) o uso do ônibus é predominante. Contudo, no grupo 1, 5% diz ir a pé ao trabalho enquanto que no grupo 4, 16% vão a pé. Ou seja, a mobilidade ativa é subutilizada entre os moradores de cidades de renda alta e sobre utilizada nas de renda mais baixa, em comparação com a frequência geral do DF (10%).

Dos 95% que andam a pé e 70% dos que vão de bicicleta ao emprego, estes trabalham na própria cidade em que moram. Quando alguém trabalha em uma cidade distinta da que reside, quase nunca vai a pé ou de bicicleta. Nesse caso, o uso da bicicleta é um pouco mais frequente, são 12%, frente a 5% dos que andam. As pessoas com menor escolaridade são as que tendem ir a pé ou de bicicleta ao trabalho.

Ou seja, aqueles que usam a mobilidade ativa para se locomover ao trabalho estão restritos a regiões com empregos menos remunerados e de mais baixa qualificação. A mobilidade ativa não parece ser uma escolha, mas uma necessidade.

Contudo, transformar essa realidade, ampliando o uso da mobilidade ativa nas áreas com maior renda é plausível; 89% da população ocupada moradora do Plano Piloto trabalha nessa mesma cidade e 80% da população ocupada residente no Sudoeste/Octogonal trabalha no Plano Piloto. Como morar perto do trabalho é o padrão para se usar a mobilidade ativa, há grande potencial para se estimular modais não motorizadas nessas regiões. Se uma parte dessas populações passasse a usar a bicicleta ou ir a pé ao trabalho, teríamos menos carros nas ruas. Assim, melhorar e ampliar ciclovias e calçadas são medidas importantes nas políticas de mobilidade urbana. Adequações nos locais de trabalho, com a instalação de bicicletários e de vestiários facilitariam o uso da mobilidade ativa. Além disso, como já foi dito antes, reduzir os incentivos para o uso do carro, com cobrança de estacionamentos e punição para o uso de vagas irregulares também estimularia o uso de modais não-motorizados.

O DF deveria caminhar nessa direção. ■

(*) *Lucio Rennó*
Presidente da Codeplan

Densidades Urbanas nas regiões administrativas do Distrito Federal

Foto: Toninho Leite



Sérgio Jatobá

Introdução¹

Brasília, entendida como a totalidade do Distrito Federal (DF), apresenta um padrão disperso de morfologia urbana e é considerada por estudiosos (OJIMA, 2007; HOLANDA, 2008) como uma cidade com alto grau de espraiamento urbano. Bertaud & Malpezzi (2003) ao analisarem a dispersão urbana em 48 cidades do mundo, a apontam como a mais dispersa entre elas². O mesmo estudo inclui Brasília como uma das poucas cidades na qual as densidades são mais baixas no centro, aumentando em direção à periferia, com um comportamento inverso ao padrão mais comum, de uma densidade decrescente a partir do centro. Este padrão invertido, presente em cidades planejadas ou com forte regulação do solo urbano, segundo Bertaud & Malpezzi (2003) é confirmado pelos resultados apresentados neste trabalho, conforme se verá adiante com as hipóteses de sua explicação.

O objetivo do estudo foi calcular a **densidade urbana** de cada Região Administrativa (RA) do Distrito Federal, que difere da **densidade demográfica**, o

1 Esse artigo trata-se de um extrato resumido e parcial do Texto para Discussão - TD Densidades Urbanas nas regiões administrativas do DF, disponível na íntegra em <http://www.codeplan.df.gov.br/publicacoes/texto-para-discussao.html>.

2 O estudo de Bertaud & Malpezzi (2003) definiu um índice de dispersão para cada uma das 48 cidades pesquisadas. O menor índice, cidade menos dispersa e mais compacta, coube a Shangai com 0,78 e o maior índice, Brasília, considerada com o DF, com 3,26.

As densidades urbanas nas RAs do DF variam de 0,94 hab./ha no SIA a 124,80 hab./ha na Ceilândia com média de 52,18 hab./ha no DF. O SIA é uma RA não residencial e com um número muito pequeno de habitantes. O Park Way tem a menor densidade urbana em área residencial com 3,66 hab./ha.

parâmetro geralmente utilizado para definir densidades no DF. A **densidade demográfica** é a relação entre o número de habitantes e a área total da RA, incluindo não só sua área urbana, mas também as áreas rurais e de proteção ambiental. No cálculo da **densidade urbana**, a área total da RA não foi considerada, mas tão somente a área urbana efetivamente ocupada ou construída³, entendida como aquela que inclui as áreas formais regularizadas e as áreas em regularização. O Distrito Federal, de acordo com o Censo 2010 (IBGE) tem 96% da sua população residindo em áreas urbanas. Portanto, faz sentido pensar em um cálculo de densidade que considere a população urbana e a superfície territorial por ela efetivamente ocupada.

Métodos

A **densidade urbana**, calculada em cada RA do DF, é a relação entre a população urbana estimada pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD-2011/2013/2015) e a área **com ocupação**

3 O cálculo da densidade urbana neste estudo apresenta coerência com estudos de Bertaud (2012) que leva em conta para o cálculo da densidade urbana, a área urbana construída, que inclui lotes, vias e suas faixas de domínio, áreas comuns e parques urbanos, excluindo parques e unidades de conservação de maior porte, além de lagos, lagoas, represas e áreas com grande extensão territorial sem uso residencial, como os aeroportos.

urbana, corresponde à densidade urbana bruta, pois compreende a área total com ocupação urbana, incluindo além da área residencial, os demais usos (comercial, institucional e industrial) e as áreas comuns.

Considerou-se área **com ocupação urbana**, a porção territorial que apresenta características urbanas, formal e informal. Ou seja, é a área de ocupação urbana efetiva, independentemente de estar regularizada como área urbana, incluindo também as ocupações com características urbanas informais ou em processo de regularização

Para o cálculo da área com ocupação urbana foi considerada a agregação dos arquivos digitalizados em formato “*shapefile*”⁴ de setores urbanos e quadras obtidos no Sistema de Informações Territoriais Urbanas do DF (SITURB) acrescidos das áreas de regularização definidas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e dos parques urbanos inseridos na malha urbana, excluindo-se as unidades de conservação de proteção integral, os parques com área superior a 55 hectares e as grandes áreas não habitadas. O resultado é o somatório em hectares da superfície total ocupada pelos polígonos formados por setores e quadras urbanas não superpostos. Essa área abrange não só os lotes de todos os tipos e usos, mas também as vias, as áreas comuns e os demais espaços intersticiais entre os lotes, correspondendo à densidade urbana bruta.

Resultados

Os resultados estão expressos na Tabela 1, que apresenta as Regiões Administrativas (RAs) ranqueadas pelas densidades urbanas em ordem crescente e informações adicionais sobre as densidades demográficas, o percentual das tipologias “casas” e “apartamento+quitinete” da PDAD-2015/16, as áreas com ocupação urbana, a área total e a Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (TMGCA) em cada RA, além das informações populacionais. Outros resultados foram produzidos com os cruzamentos dos dados da densidade urbana com a distância da área central - CBD do DF⁵, com a tipologia domiciliar e

com a renda domiciliar per capita das RAs, apresentadas na PDAD e o valor médio dos imóveis⁶.

As densidades urbanas nas RAs do DF variam de 0,94 hab./ha no SIA a 124,80 hab./ha na Ceilândia com uma média de 52,18 hab./ha no DF. Considerando que o SIA é uma RA predominantemente não residencial e com um número muito pequeno de habitantes, a RA com menor densidade urbana em área predominantemente residencial é o Park Way com 3,66 hab./ha. Portanto, a diferença entre a menor e a maior densidade urbana nas RAs do DF é de 34 vezes. Vale ressaltar que a densidade urbana de Águas Claras Vertical⁷, calculada isoladamente, é de 211,57 hab./ha. (97.915 hab./462,79 ha), sendo, portanto, a maior densidade urbana em uma localidade específica ou bairro no DF. Este estudo, porém, tem como critério, o cálculo das densidades urbanas por RA. Desta forma, para efeito comparativo entre as RAs, Águas Claras Vertical não será considerada isoladamente.

Embora apresente densidades urbanas muito baixas em algumas localidades, a densidade urbana média de 52,18 hab./ha do DF é comparável à de cidades como Curitiba (54hab./ha), Marselha (55hab./ha) e Bangkok (58hab./ha) e não muito distante de Londres (62 hab./ha) e Budapeste (63 hab./ha), situadas no espectro das densidades média-baixa do estudo de Bertaud (2012). Este autor calculou uma densidade urbana de 55 hab./ha para Brasília, considerada com o DF, referente a 1990, quando a sua população ainda era de 1.508.725 habitantes. Percebe-se que a densidade média do DF, calculada por Bertaud tem um valor próximo ao da densidade média do DF calculada neste estudo, o que demonstra que mesmo com o incremento populacional dos últimos 25 anos e a expansão da área com ocupação urbana e a conurbação progressiva dos núcleos, não houve aumento da densidade média do DF. Ou seja, o adensamento localizado em algumas RAs diluiu-se com a expansão da superfície urbanizada no DF. Isso corrobora com estudos recentes (SETTO, 2016; SHLOMO, 2016) apresentados na Conferência Habitat III em Quito, Equador, em outubro de 2016, que confirmam uma tendência de redução progressi-

4 *Shapefiles* é um formato de arquivo que contém dados geoespaciais, em forma de vetor, utilizado por Sistemas de Informações Geográficas - SIG.

5 Foi definido como a área central - CBD ou Distrito Central de Negócios (CBD - *Central Business District*) do DF a área no entorno da Rodoviária do Plano Piloto, englobando os setores bancários, comerciais e de diversões, que correspondem à Escala Gregária do Plano Piloto.

6 Neste extrato do Texto para Discussão - TD Densidades Urbanas nas Regiões Administrativas do DF apresentamos somente os resultados dos cruzamentos dos dados da densidade urbana com a distância da área central - CBD do DF. Os demais resultados podem ser consultados diretamente no TD.

7 Considera-se Águas Claras Vertical o setor da RA XX que concentra edifícios com grande altura, superior a 3 pavimentos, não incluindo os setores do Areal, Arniqueiras e ADE Águas Claras.

Tabela 1 - Densidades Urbanas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal - Ranking / 2015

Regiões Administrativas - RAs	Pop. 2013	Pop. 15/2016	TMGCA (%)	Área com Ocupação Urbana (em ha)	Densidade Urbana 2015 (hab./ha)	Área Total da RA (em ha)	Densidade Demográfica 2015 (hab./ha)	Tipologia Domiciliar	
								Casas %	Apart + Quit. %
XXIX - SIA	1.997	1.990	-0,18	2.121,16	0,94	2.703,90	0,74	72,24	20
XXIV - Park Way	19.727	19.803	0,19	5.414,59	3,66	7.646,32	2,59	97,8	2,2
XVI - Lago Sul	30.629	28.981	-2,73	4.352,62	6,66	18.342,78	1,58	98,8	0,4
XVIII - Lago Norte	34.182	36.394	3,18	3.708,00	9,81	6.554,02	5,55	70	29,8
XXVII - Jardim Botânico	25.302	26.882	3,08	2.191,00	12,27	9.115,08	2,95	98,4	1,6
I - Plano Piloto	216.489	210.067	-1,49	10.342,70	20,31	40.989,31	5,12	9,19	90,45
XXX - Vicente Pires	72.415	72.733	0,22	2.284,49	31,84	2.574,01	28,26	98,48	0,76
V - Sobradinho	63.715	62.763	-0,75	1.504,07	41,73	20.122,20	3,12	75,42	23,57
XXXI - Fercal	8.408	8.288	-0,72	163,76	50,61	11.876,50	0,70	97,8	1
II - Gama	134.958	134.111	-0,31	2.645,99	50,68	27.559,42	4,87	81,76	17,02
XXVI - Sobradinho II	97.466	100.683	1,64	1.822,76	55,24	22.307,29	4,51	92,36	7,26
XIII - Santa Maria	122.721	125.559	1,15	2.180,43	57,58	21.463,18	5,85	94,57	4,84
VI - Planaltina	185.375	190.495	1,37	2.990,65	63,70	153.847,95	1,24	94,49	4,86
VIII - Núcleo Bandeirante	23.714	23.562	-0,32	355,78	66,23	466,94	50,46	40,4	59,6
XX - Águas Claras	118.864	138.562	7,97	1871,56	74,03	2.285,82	60,62	23,06	76,84
X - Guará	119.923	133.171	5,38	1.814,57	73,39	2.562,92	51,96	45,25	54,5
III - Taguatinga	212.863	207.045	-1,38	2.574,13	80,43	8.056,15	25,70	69,73	30
XXVIII - Itapoã	59.694	67.238	6,13	820,65	81,93	3.015,59	22,30	98,8	0,8
XVII - Riacho Fundo	37.606	40.098	3,26	466,24	86,00	2.382,93	16,83	68	32
XXI - Riacho Fundo II	39.424	51.709	14,53	584,97	88,40	3.226,31	16,03	95,99	2,92
XXV - SCIA/Estrutural	35.094	38.429	4,64	433,3	88,69	741,75	51,81	92,4	0,6
VII - Paranoá	46.233	44.975	-1,37	492,05	91,40	78.876,96	0,57	85,28	12,98
IV - Brazlândia	51.121	51.816	0,68	554,41	93,46	47.684,84	1,09	89,85	7,4
XI - Cruzeiro	32.182	29.535	-4,20	290,59	101,64	323,05	91,43	22,8	77,2
XXII - Sudoeste/Octogonal	52.273	52.990	0,68	513,38	103,22	585,61	90,49	0,11	99,89
XII - Samambaia	228.356	258.457	6,39	2.468,97	104,68	10.125,85	25,52	89,29	10,49
XXIII - Varjão	9.292	8.453	-4,62	75,56	111,87	75,56	111,87	75,75	20,44
XV - Recanto das Emas	138.997	146.906	2,81	1.246,32	117,87	10.261,11	14,32	96,98	2,76
XIV - São Sebastião	98.908	99.525	0,31	831,08	119,75	35.571,37	2,80	92,71	6,61
XIX - Candangolândia	16.886	15.641	-3,76	129,46	120,82	662,7	23,60	87,2	12
IX - Ceilândia	451.872	479.713	3,03	3.843,88	124,80	23.401,14	20,50	94,36	4,25
Distrito Federal	2.786.684	2.906.574	2,13	55.698,29	52,18	575.408,56	5,05	72,71	27

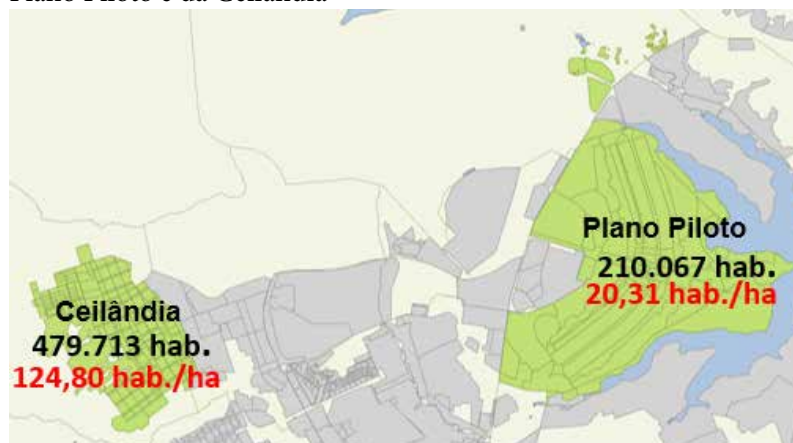
Fonte: Elaborado pelo autor e Gerência de Estudos Urbanos - GEURB/DEURA/CODEPLAN com base em dados da PDAD 2015/2013

va das densidades urbanas no mundo, de uma média de 173 hab./ha em 1990 para 129 hab./ha em 2000 e 88 hab./ha em 2014, apesar dos estudos que advogam as vantagens das cidades compactas.

Destaca-se também na Tabela 1, a área com ocupação urbana da RA Plano Piloto, que representa quase ¼ (23%) do total da área com ocupação urbana do DF. A área com ocupação urbana de Ceilândia, que detém a maior população urbana em RA do DF, corresponde a 37,16% da área com ocupação urbana do Plano Piloto e sua população é 128% maior que a do Plano Piloto. Isso se reflete nas discrepâncias de densidade nessas

duas RAs (20,31 hab./ha no Plano Piloto x 124,80 hab./ha na Ceilândia), o que demonstra que a concepção urbanística do Plano Piloto, muito mais dispersa morfologicamente, não se repete nas cidades-satélites (ver figura 1, pág. 18). Estas tendem a ter um adensamento progressivo, o que está evidenciado pelas taxas médias de crescimento anual que, na maior parte das RAs, são superiores às do Plano Piloto, o qual, em função do tombamento, tem limitações para um maior adensamento urbano. As figuras 2 e 3 (pág. 19) apresentam respectivamente a área com ocupação urbana e a densidade urbana no DF espacializadas.

Figura 1 - Comparação entre as densidades e as populações do Plano Piloto e da Ceilândia



Fonte: Elaboração do autor com base em dados da PDAD- 2015/2016

Após o ano 2000, a ocupação progressiva dos espaços entre os núcleos urbanos resulta na expansão horizontalizada da malha urbana e, simultaneamente, um maior adensamento dos núcleos consolidados, com reflexo em densidades mais elevadas também nas áreas mais próximas ao centro. Assim, explica-se a coexistência de RAs com densidades mais elevadas como Candangolândia (124,80 hab./ha), Sudoeste/Octogonal (103,22 hab./ha), Varjão (111,87 hab./ha) e Estrutural (88,69 hab./ha), e RAs com densidades mais baixas, como Lago Sul (6,66 hab./ha) e Lago Norte (9,81 hab./ha), todas localizadas em raio de até 11km do Plano Piloto.

Densidade Urbana x Distância do Centro (CBD)

Os resultados do cruzamento dos dados da densidade urbana com a distância das RAs ao Centro - CBD (Tabela 2) mostram um padrão pouco regular, alternando densidades mais elevadas e mais baixas, tanto em RAs mais centrais quanto nas mais periféricas. A linha de tendência, contudo, aponta um padrão de crescimento das densidades com a distância (Gráfico 1, pág. 20), confirmando o gradiente invertido da densidade apontado no estudo de Bertaud & Malpezzi (2003), porém com a ocorrência de maior adensamento de alguns núcleos urbanos mais próximos ao centro, que a contrariam parcialmente. Esta tendência ambígua fica mais evidenciada na figura 3 - Densidades Urbanas no DF, na qual se observa que as densidades mais elevadas estão mais concentradas nas RAs mais afastadas do centro, mas há exceções, como o Sudoeste/Octogonal, o Cruzeiro, a Candangolândia e o Varjão.

Uma possível hipótese para esta tendência é que o estudo de Bertaud & Malpezzi utiliza dados de 1990, quando a malha urbana ainda era mais dispersa e a morfologia original de Brasília, de padrão polinucleado⁸ com a criação das cidades-satélites antes da consolidação da área central, estava mais evidenciada. Desta forma, com exceção do Cruzeiro, as RAs no entorno próximo ao Plano Piloto apresentavam densidades mais baixas, estando as densidades mais elevadas nas cidades-satélites, e as áreas intersticiais entre elas estavam ainda pouco ocupadas.

8 Para entender melhor a formação do padrão polinucleado de povoamento do DF consultar os diversos textos de Aldo Paviani sobre o assunto, entre eles Paviani (2007).

Tabela 2 - Densidade Urbana x Distância do Centro (CBD)⁽¹⁾ - 2015

Regiões Administrativas RAs	Distância do Centro (Plano Piloto) em Km	Densidade Urbana 2015 (hab./ha)
I - Plano Piloto	0	20,31
XXII - Sudoeste/Octogonal	5	103,22
XI - Cruzeiro	7	101,64
XVI - Lago Sul	8	6,66
XVIII - Lago Norte	8	9,81
XXV - SCIA/Estrutural	10	88,69
XXIX - SIA	11	0,94
X - Guará	11	73,39
XXIII - Varjão	11	111,87
XIX - Candangolândia	11	120,82
XXVII - Jardim Botânico	12	12,27
VIII - Núcleo Bandeirante	13	66,23
XXIV - Park Way	15	3,66
XXVIII - Itapoã	15	81,93
XVII - Riacho Fundo	18	86,00
XX - Águas Claras	19	74,03
XXX - Vicente Pires	20	31,84
XXI - Riacho Fundo II	20	88,40
III - Taguatinga	21	80,43
V - Sobradinho	22	41,73
XXXI - Fercal	24	50,61
XII - Samambaia	25	104,68
VII - Paranoá	25	91,40
XIII - Santa Maria	26	57,58
XV - Recanto das Emas	26	117,87
XIV - São Sebastião	26	119,75
IX - Ceilândia	26	124,80
II - Gama	30	50,68
XXVI - Sobradinho II	32	55,24
VI - Planaltina	38	63,70
IV - Brazlândia	45	93,46
Média do Distrito Federal	-	52,18

Fonte: Elaboração do autor

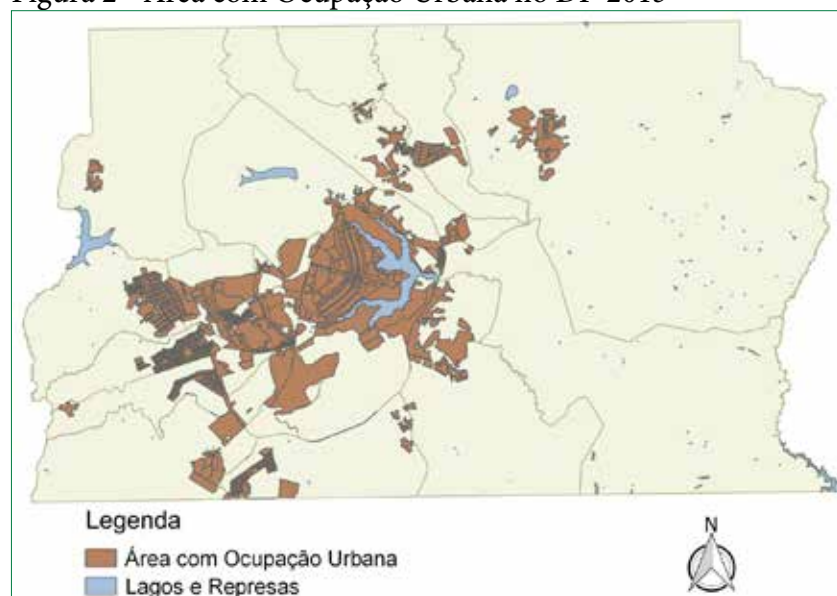
(1) Para efeito do cálculo da distância do Centro foi considerado como ponto de referência, a Rodoviária do Plano Piloto.

Com o adensamento urbano das regiões intersticiais entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, o padrão de densidade de Brasília aproxima-se mais ao de uma cidade tradicional, na qual a morfologia urbana resulta mais das forças de mercado do que do planejamento mais rígido do uso do solo. Entretanto, o padrão de densidades mais elevadas nas cidades afastadas além de 25 km do centro, ainda permanece em Ceilândia (124,8 hab./ha), São Sebastião (120,82 hab./ha), Recanto das Emas (117,87 hab./ha) e Samambaia (104,68hab./ha).

Conclusões

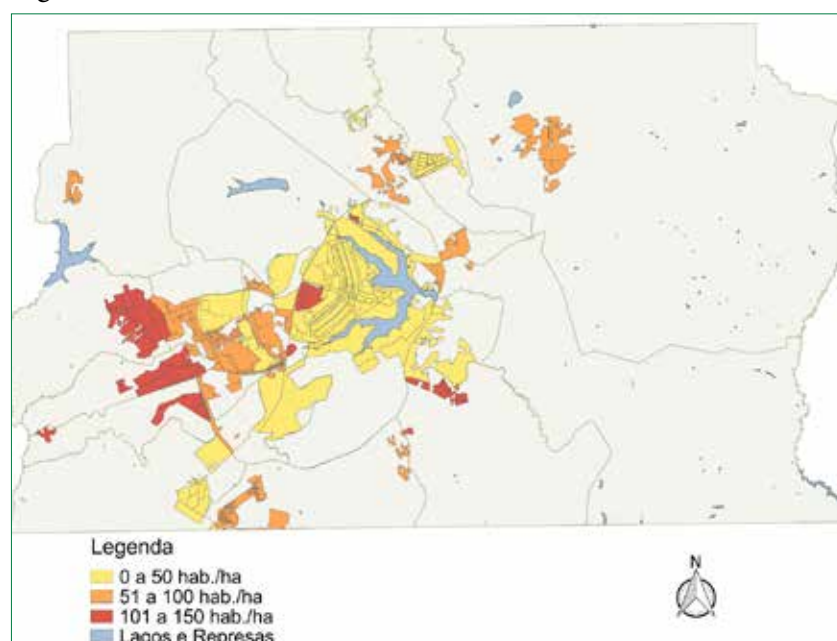
Embora apresente uma morfologia urbana de padrão disperso, Brasília, considerada como todo o DF, mostra uma densidade média que não se situa entre as mais baixas, quando comparada com outras cidades do mundo. Com uma situação diferenciada, o DF não se equipara territorialmente nem a município nem a Estado da Federação. Sua morfologia urbana, mesmo dispersa ou espraiada, seria melhor caracterizada pela fragmentação entre suas áreas urbanas, como

Figura 2 - Área com Ocupação Urbana no DF-2015



Fonte: Elaborado pela Gerência de Estudos Urbanos - GEURB/DEURA/ CODEPLAN com base em dados do SITURB.

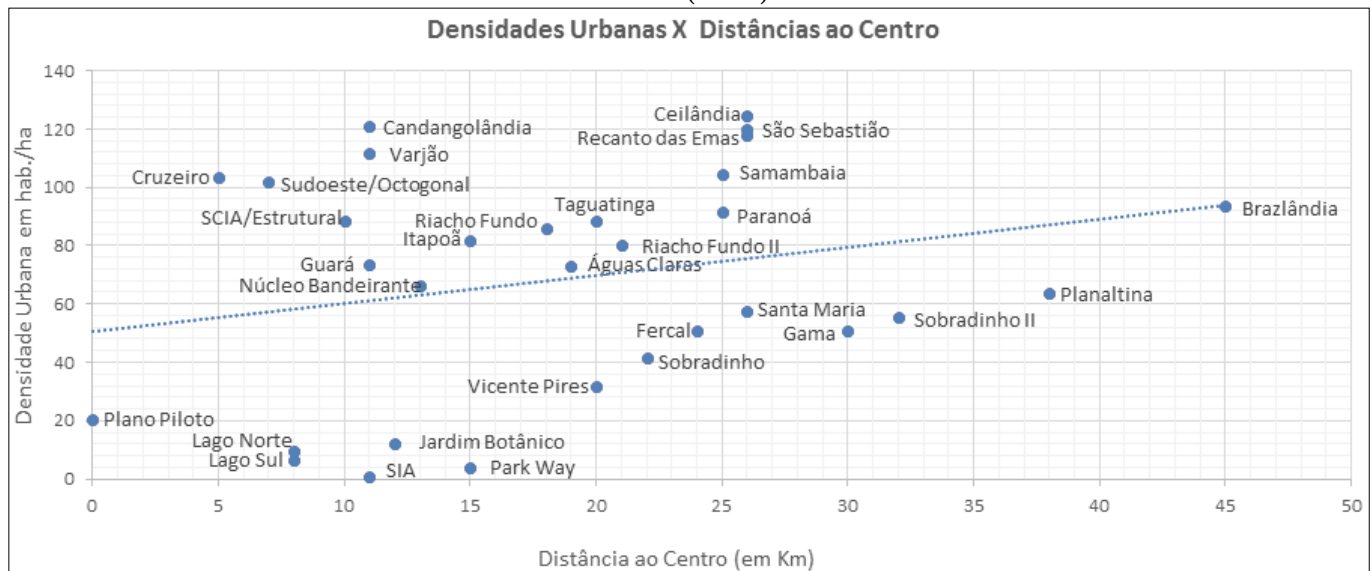
Figura 3 - Densidades Urbanas no DF-2015



Fonte: Elaborado pela Gerência de Estudos Urbanos - GEURB/DEURA/ CODEPLAN com base em dados do SITURB.

Bertaud & Malpezzi (2003) ao analisarem a dispersão urbana em 48 cidades do mundo, apontam Brasília como a mais dispersa entre elas. O mesmo estudo a inclui como uma das poucas cidades na qual as densidades são mais baixas no centro, aumentando em direção à periferia, com um comportamento inverso ao padrão mais comum, de uma densidade decrescente a partir do centro.

Gráfico 1 - Densidade Urbana x Distância ao Centro (CBD) - 2015



Fonte: Elaborado pela Gerência de Estudos Urbanos - GEURB/DEURA/CODEPLAN com base em dados do SITURB.

aponta Ojima (2007). Este estudo confirma isso na medida que demonstra que as RAs do DF têm padrões de densidade urbana muito diferentes.

Há núcleos urbanos, como Park Way (3,66 hab./ha) e Lago Sul (6,66 hab./ha), com densidades tão baixas como as das cidades de Atlanta (6 hab./ha) e Houston (11 hab./ha) nos EUA, exemplos de urbanizações muito dispersas e incluídas entre as cidades com menor densidade do mundo, conforme estudo de Bertaud (2012). No outro lado do espectro, há núcleos como Candangolândia (120,82 hab./ha) e Ceilândia (124,8 hab./ha) que apresentam densidades comparáveis com as de Jacarta (127 hab./ha) ou São Petesburgo (121 hab./ha), situadas entre as cidades com densidades médias no estudo de Bertaud (2012). A comparação das densidades urbanas das RAs do DF com as de outras cidades do mundo revela que mesmo os núcleos urbanos mais densos do DF ainda têm uma densidade considerada mediana para os padrões mundiais e poderiam, teoricamente, ser mais densos.

Silva *et al.* (2016), apoiados em diversos autores referenciais para o estudo de densidades urbanas como Acioly & Davidson (2011), Mascaró (1987), Zmitrowicz & De Angelis Neto (1997), Pont & Haupt (2010), Silva & Romero (2011), Silva (1996), Farr (2013) apud. Silva *et al.*, 2016), defendem que uma maior densidade, “resguardados certos limites”, implica em melhor utilização e maximização da infraestrutura e do solo urbano. Assim, seria factível definir um padrão de densidade “capaz de suprir de uma forma mais coerente o acesso ao solo urbano,

à habitação, à infraestrutura, aos equipamentos e serviços urbanos essenciais”, atendendo a um número maior de domicílios e pessoas, desde que observadas os condicionantes de conforto ambiental e sustentabilidade com o meio natural. Zmitrowicz & De Angelis Neto (1997, apud. SILVA *et al.*, 2016) sugerem densidades urbanas brutas entre 200 e 300 hab./ha e não superiores a 350 hab./ha como as recomendadas pela literatura específica para áreas habitacionais. Estes valores coincidem com o espectro das densidades mais altas das cidades estudadas por Bertaud & Malpezzi (2003).

O parâmetro da densidade, contudo, deve ser avaliado em conjunto com outros indicadores urbanos, pois é um aspecto quantitativo que deve ser associado a aspectos qualitativos para determinar a performance urbana. Critérios como conforto ambiental, mobilidade, uso dos espaços públicos, tipologias edificadas, privacidade e outros devem ser parte de uma avaliação integrada, na qual a densidade deve ser apenas um dos componentes (SILVA *et al.*, 2016).

Se há um crescente consenso quanto à melhor performance urbana de áreas mais compactas e densas, o aumento de densidades, contudo, não deve ocorrer de forma indiscriminada e sem planejamento. É altamente recomendável que as maiores densidades estejam associadas aos principais eixos e pontos nodais de transporte. Ou seja, que o adensamento se faça ao longo e a partir destes eixos e pontos nodais com um gradiente que se reduz progressivamente à medida em que se afasta deles. A maior densidade nos pontos nodais e ao longo dos eixos arteriais de transporte,

como Metrô e BRT (Bus Rapid Transit ou Veículo Leve sobre Pneus - VLP) junto com a maior diversidade de usos, otimiza e reduz os custos do transporte, estando de acordo com a metodologia de Desenvolvimento Sustentável Orientado pelo Transporte (TOD) ou DOTS, na sua sigla em português.

Por fim, conclui-se que as densidades devem ser manejadas com critério em função de um planejamento urbano que procure racionalizar a distribuição da infraestrutura, melhorar a mobilidade e promover a diversificação de usos, mas que também leve em conta a manutenção da qualidade ambiental urbana e o respeito às diversidades culturais. Neste sentido, mesmo admitindo-se que as cidades mais compactas

sejam mais eficientes quanto aos aspectos da denominada “sustentabilidade urbana”, é preciso reconhecer que a densidade urbana, tomada isoladamente, é um indicador insuficiente para essa avaliação e que somente associada a outros aspectos da qualidade ambiental urbana tem efetiva utilidade para o planejamento das cidades.

Agradecimentos

O autor agradece especialmente à estagiária de geografia, Ana Carolina Formiga Freire, responsável pela montagem das figuras, parte das tabelas e à arquiteta Eliana Klarmann Porto pelo auxílio na pesquisa conceitual inicial. ■

Referências bibliográficas

- ACIOLY, Cláudio e DAVIDSON, Forbes - **Densidade Urbana - Um instrumento de planejamento e gestão**. Rio de Janeiro: Editora Mauad. 2011 (2ª edição).
- BERTAUD, Alan. **Comparative average population densities in built-up areas in 58 metropolitan areas in “Order Without Design”**. 2012. Disponível em <http://alainbertaud.com>
- BERTAUD, Alain e MALPEZZI, Stephen. **The Spatial Distribution of Population in 48 World Cities: Implications for Economies in Transition**. The Center for Urban Land Economics Research. The University of Wisconsin. 2003. Disponível em <http://alainbertaud.com>
- HOLANDA, Frederico. **Brasília - proposta, presente, desejo**. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 10, 2008, Recife. (8 a 10 de outubro de 2008).
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional 2010**.
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva. **Crescimento urbano na metrópole de Brasília: potencial e limitações** in PAVIANI et al (org.) Brasília 50 anos, da capital a metrópole. Brasília: organizado. Editora UnB. Brasília. 2010.
- OJIMA, Ricardo. **Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007.
- PAVIANI, Aldo. **Geografia Urbana do Distrito Federal: Evolução e Tendências** in Revista Espaço e Geografia Vol 10, Nº 01. 2007 Disponível em <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia>
- SETO, Karen C. **Contemporary Patterns of Urban Growth and Key Implications**. Conferência no evento “Conflicts of an urban age: expansion or redevelopment?”, Habitat III, Quito, Equador, 19 de outubro de 2016. Disponível em <https://urbanage.lsecities.net/talks/habitat-3-side-event-conflicts-of-an-urban-age-expansion-or-redevelopment#slides>
- SHLOMO, Angel, **Comments on SETO, Karen C. Contemporary Patterns of Urban Growth and Key Implications** Habitat III, Quito, Equador, 19 de outubro de 2016. Disponível em <https://urbanage.lsecities.net/talks/habitat-3-side-event-conflicts-of-an-urban-age-expansion-or-redevelopment#slides>. Acesso em
- SILVA, Geovany Jessé Alexandre da; SILVA, Samira Elias; NOME, Carlos Alejandro. **Densidade, dispersão e forma urbana. Dimensões e limites da sustentabilidade habitacional**. Arquitectos, São Paulo, ano 16, n. 189.07, Vitruvius, fev. 2016 Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/16.189/5957>>. Acesso em .

(*) Sérgio Jatobá

Arquiteto urbanista, Doutor em desenvolvimento Sustentável, Gerente de Estudos Urbanos da Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais da Codeplan.

Jovens do DF - perfil sociodemográfico, escolaridade e inserção produtiva

Introdução

No Brasil, o Estatuto da Juventude, promulgado pela Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013, definiu como juventude os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos e dispôs sobre os direitos dos jovens e as diretrizes para o desenvolvimento de políticas para este público. A legislação em referência tem como princípios: promoção de autonomia e emancipação dos jovens; valorização da participação social e política; promoção da criatividade; reconhecimento dos jovens como sujeito de direitos; promoção do bem-estar e desenvolvimento integral; respeito à identidade e diversidade; promoção da vida segura e da cultura da paz; e valorização do diálogo e convívio intergeracional.

A juventude, segundo Freitas (2005), se caracteriza por um período em que ocorrem mudanças físicas concomitantes com transformações intelectuais, emocionais e termina, em tese, quando se conclui a “inserção no mundo adulto”. É nessa “fase” da vida que os indivíduos convivem com diversos contextos culturais e com redes de relações sociais preexistentes - família, amigos, companheiros de curso, meios de comunicação, ideologias, partidos políticos, entre outros. E essas relações irão contribuir para que o jovem selecione e hierarquize valores e ideais, formas de relacionamento ou convivência de vida, que contribuem para modelar seus pensamentos, sua sensibilidade e seus comportamentos. Trata-se de uma fase de formação do indivíduo.

A juventude é um período de vida marcado por diversas transformações e com fases distintas. Dos 15 aos 17 anos, o jovem, ainda classificado como adolescente, é protegido integralmente pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Nesta faixa etária, o indivíduo ainda não finalizou sua educação básica, mas já pode participar do mercado formal de trabalho como jovem aprendiz e a partir dos 16 anos ele pode optar por exercer seu direito de voto. Com 18 anos, o jovem alcança a maioridade penal, fase em que passa a responder criminalmente pelos seus atos e ter



Fotos: Toninho Leite

Ana Maria Nogales Vasconcelos



Lídia Cristina S. Barbosa



Maria de Fátima Sobreira Rolim

capacidade eleitoral ativa. Normalmente nessa idade, finaliza a educação básica, iniciando, em alguns casos, a formação universitária ou técnica. Na faixa de 25 a 29 anos, final da juventude, é esperado que o indivíduo consolide sua autonomia com ingresso no mercado de trabalho e formação superior.

Para Castro e Abramovay (2002), a temática juventude ganha, a partir de 1970, a pauta do Estado brasileiro para a construção de políticas públicas. Em meados de 1980, as ações desenvolvidas focavam a manutenção das crianças, adolescentes e jovens nas escolas, sob a guarda da família ou do Estado, ou em instituições para jovens infratores. As autoras apontam que, a partir dos anos 2000, a forma da construção de políticas para juventude é alterada para um modelo mais democrático, sensível à diversidade das faixas etárias dos jovens e ao direito de representação dos jovens no desenho e gestão de políticas que os tenham como sujeitos.

A atual Política Nacional de Juventude apresenta a visão de que os indivíduos desta faixa etária são sujeitos portadores de direitos, com demandas múltiplas e que não devem ser vistos somente pela via dos “problemas”, do desvio, da violência, do uso de drogas, entre outros. Aquino (2009) aponta que as políticas para esse público, para serem efetivas, devem observar todas as juventudes. Ela indica que alguns temas são emergenciais, tais como: qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e aprendizagem. Contudo, ela defende a necessidade de se ter um olhar atento às suas especificidades e demandas, pois os jovens se encontram em uma fase de experimentação e de múltiplas possibilidades de inserção na vida social, política, econômica e cultural do país. Além de possuírem perfis e demandas diversas.

Além disso, o tema juventude se mostra relevante devido ao atual momento demográfico brasileiro. Segundo Camarano, Mello e Kanso (2009), o Brasil nos anos 2000 vivenciava uma “onda jovem”, resultado das características da dinâmica demográfica de 1970 e 1980. No entanto, eles apontam que, em 2010, as projeções populacionais indicavam um processo de desaceleração do crescimento da população jovem. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2015), a população jovem representava, em 2004, 27,3% do contingente populacional; em 2014, os jovens somavam, 24,1%; em 2030, serão 21%; e em 2060, 15,3%. Para Alves

(2008), o Brasil está vivenciando, entre 1995 e 2055, a Janela Demográfica ou Bônus Demográfico¹ e deve aproveitar as oportunidades desse período para promover melhorias econômicas e sociais no País.

Perfil sociodemográfico

A partir dos dados levantados na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada em 2015 e 2016, pela Codeplan, o DF abriga 2,9 milhões de habitantes, dos quais 700 mil (24,1%) são jovens. Em números absolutos, Ceilândia possui o maior número de jovens: 109 mil. No entanto, as regiões com as maiores proporções de população jovem são: Varjão (34,5%), Estrutural e Fercal (30%). Já regiões como Lago Sul, Park Way e Lago Norte apresentam as menores proporções de população jovem, 16%, 19,3% e 19,7% respectivamente.

Embora seja conhecido como um polo de atração de migrantes, o DF apresenta uma população nativa expressiva entre os jovens, compreendendo 83,9% da população entre 15 e 17 anos. Já nas idades de maior propensão a migrar por motivos econômicos, entre 18 a 29 anos, um em cada quatro jovens não nasceram no DF (não naturais) (Figura 1).

Figura 1 - Percentual de jovens nascidos e imigrantes no Distrito Federal segundo faixa etária - 2015/2016



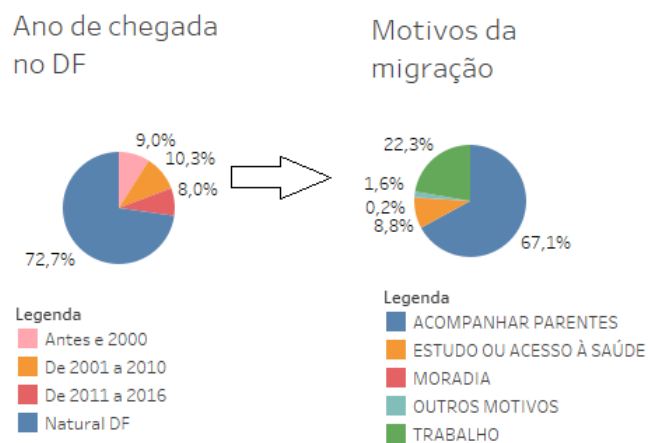
Fonte: Codeplan - PDAD - 2015/2016

Dada a elevada proporção de jovens não naturais entre 18 a 29 anos, é importante verificar o momento da chegada ao DF e a motivação de sua mudança. Esses dados são relevantes para dimensionar o processo migratório para o DF e avaliar o seu potencial de atração de jovens no período mais recente. Os dados da PDAD-2015/2016 indicam que 8,0% dos jovens se mudaram para o DF nos últimos 5 anos (a partir de 2011), 10,3% se mudaram entre 2001 e 2010, e 9% há 15 anos ou mais (2000 ou antes). Os dados sobre a motivação da imigração apontam que 67,1% dos jovens vieram para

1 Período em que a população dependente (idosos e crianças) é menor do que a População em Idade Ativa - PIA

o DF, acompanhando os pais: 22,3%, pelo trabalho; 8,8%, pela educação ou pelo acesso aos serviços de saúde; 1,6%, por outros motivos e somente 0,2% veio motivados por moradia (Figura 2).

Figura 2 - Jovens não naturais segundo ano de chegada no Distrito Federal e motivação do movimento migratório - 2015/2016



Fonte: Codeplan - PDAD - 2015/2016

Escolaridade e inserção produtiva

A análise das informações sobre escolaridade e a inserção produtiva dos jovens no Distrito Federal permitem traduzir como essa população vive e vislumbra possíveis trajetórias para a idade adulta, sobretudo, em relação ao tipo de inserção no mercado de trabalho, tendo como consequência, sua realização pessoal e profissional.

A figura 3 mostra as informações de frequência à escola,² por tipo de rede, pública ou privada, e faixa etária. Na primeira faixa da juventude, de 15 a 17 anos, de acordo com o Plano Distrital de Educação (PDE) - Meta 3 e o Plano Nacional de Educação (PNE) - Meta 3, espera-se que a frequência à escola de indivíduos alcance 100% em 2016. Os dados da PDAD-2015/2016 apontam, entretanto, que no Distrito Federal, 8,5% dos jovens não frequentam escola. Ou seja, a Meta 3 do PDE não foi alcançada. Isso significa que uma parte desses jovens não concluirá, ou não irá finalizar a Educação Básica na faixa etária adequada. Já no que se refere ao tipo de rede da escola que frequenta, fica evidente o papel da rede pública para o atendimento educacional nessa faixa etária: 77,8% desses jovens frequentam escola pública e 13,8%, escola privada.

2 Refere-se à frequência a cursos regulares da educação básica e superior, incluindo pré-vestibular, alfabetização de adultos e supletivo. Não são consideradas estudantes as pessoas que frequentam apenas cursos não regulares como idiomas, informática, entre outros.

Figura 3 - Percentual de jovens no Distrito Federal que frequentam escola regular segundo tipo de escola e faixa etária - 2015/2016



Fonte: Codeplan - PDAD - 2015/2016

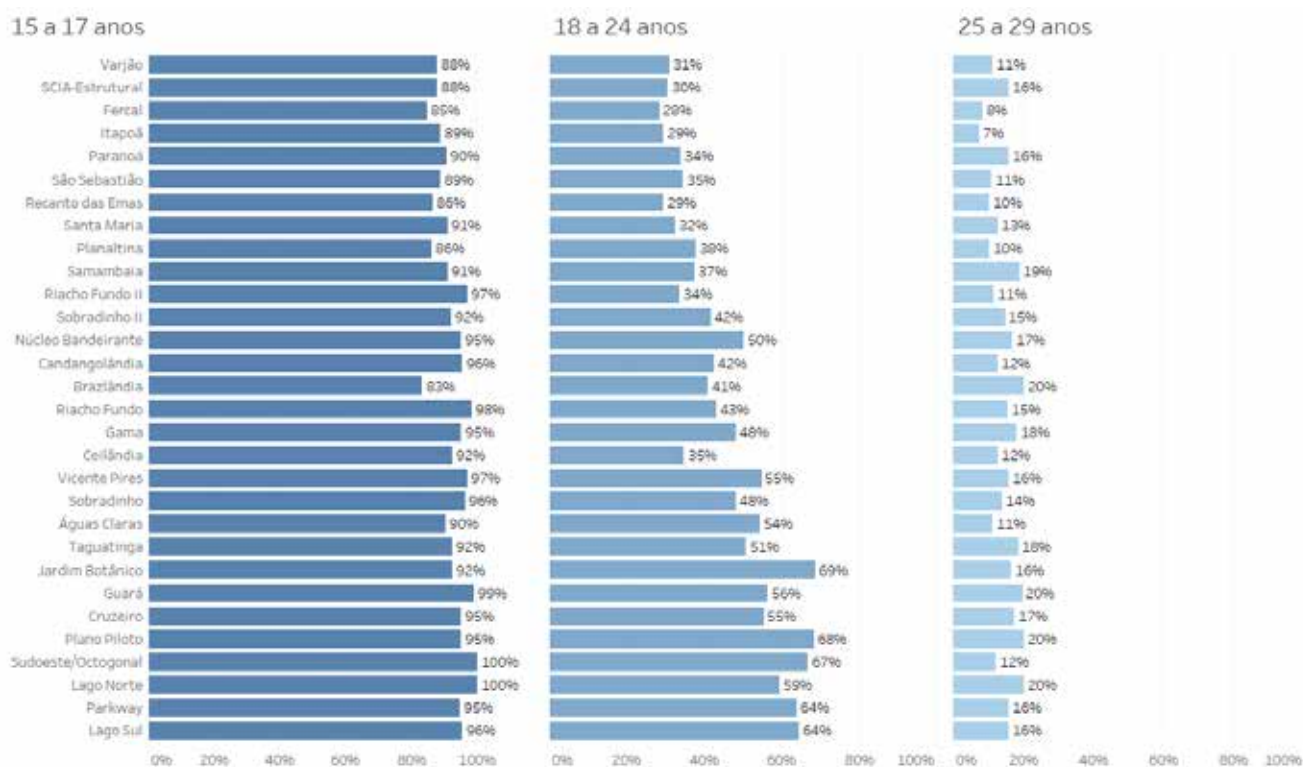
Observa-se, por outro lado, que o percentual de jovens que não frequentam escolas a partir dos 18 anos aumenta consideravelmente: mais de 50% deles não estudam. Entre os jovens que estudam, verifica-se um aumento do percentual daqueles que frequentam escolas particulares. Entre os jovens de 18 a 24 anos, 18,0% estudam em instituições de ensino particulares e 24,6%, em escolas públicas. Na faixa etária de 25 a 29 anos, esses percentuais são 9% e 5,9%, respectivamente.

Ao analisarmos a informação sobre frequência à escola por localidade de moradia, observa-se que as regiões administrativas mais periféricas e de maior vulnerabilidade social apresentam menores percentuais de frequência. Na faixa etária de 15 a 17 anos, idade em que os jovens devem estar cursando ou concluindo a educação básica, Brazlândia e Fercal aparece com elevados percentuais de jovens fora da escola, 17% e 15% respectivamente (Figura 4).

À medida que aumenta a idade, menor é a proporção de jovens que frequentam a escola. No entanto, essa proporção é muito menor em regiões mais periféricas e do ponto de vista socioeconômico menos favorecidas. Enquanto nas áreas centrais, entre 18 e 24 anos, a frequência à escola supera 50%, alcançando mais de 60% em regiões como Plano Piloto, Lago Sul, Parkway, Sudoeste/Octogonal, em áreas de baixa renda, como Fercal, Itapoã e Recanto das Emas, essa proporção é inferior a 30% (Figura 4).

Além da frequência à escola, é fundamental conhecer qual o nível de instrução mais elevado alcançado pelo jovem, considerando inclusive aqueles que já não frequentam a escola. Para essa análise, será levado em conta a idade esperada de conclusão das etapas de ensino. No caso da educação básica, o ensino fundamental, espera-se que jovens com 15

Figura 4 - Percentual de jovens no Distrito Federal que frequentam escola regular, segundo faixa etária e localidade de moradia



Fonte: Codeplan - PDAD - 2015/2016

anos ou mais de idade tenham concluído essa etapa. Para o ensino médio, a idade esperada é de 18 anos ou mais. Já o ensino superior, considerando uma trajetória regular, prevê a conclusão até os 25 anos. Tendo em conta essas idades, observaram-se as proporções de jovens que concluíram essas etapas de ensino segundo o local de moradia, conforme Mapas, à página 26.

Mais uma vez, evidencia-se a desigualdade com relação à escolarização entre os jovens do DF segundo seu local de moradia. Em todas as etapas de ensino, fundamental, médio e superior, os mais elevados percentuais de conclusão, considerando as idades de corte, encontram-se nas regiões mais centrais. Nas áreas mais periféricas e de menor o poder aquisitivo, essas proporções são menores.

No que se refere à inserção produtiva do jovem, considera-se que é por meio dessa inserção que o indivíduo pode alcançar sua autonomia, fazer escolhas independentes e/ou ocupar novos papéis no círculo familiar. Para compatibilizar a idade em que o jovem conclui a educação básica e a inserção formal no mercado de trabalho, optamos por analisar as informações sobre trabalho para a faixa etária de 18 a 29 anos. Para esses jovens, considerou-se como inserção produtiva, o exercício de atividade econômi-

ca (ocupados) ou a procura de emprego (desempregados) no momento da entrevista, ou seja, aqueles que poderiam ser incluídos na População Economicamente Ativa (PEA).

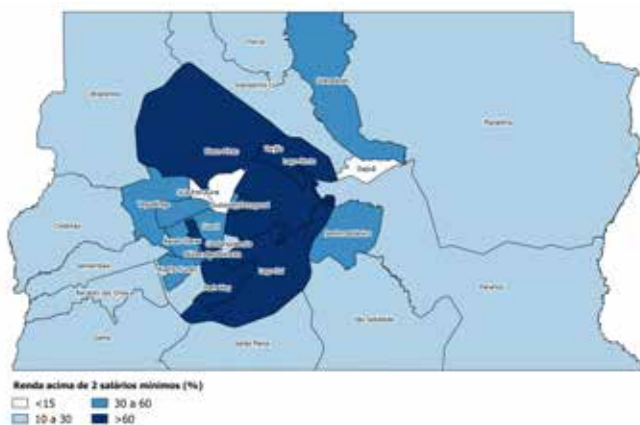
Os dados da PDAD-2015/2016 mostram diferenças com relação à inserção produtiva entre os jovens das regiões com maior e menor poder aquisitivo. Quanto menor a renda média da localidade, maior será a proporção de jovens inseridos no mercado de trabalho. Proporções superiores a 70% são encontradas nas seguintes regiões: Varjão, Paranoá, Estrutural, Itapoã, São Sebastião, Ceilândia, Fercal, Taguatinga, Recanto das Emas, Samambaia, Riacho Fundo, Sobradinho II. Por outro lado, Plano Piloto, Jardim Botânico e Park Way são as regiões com o menor percentual de jovens com inserção produtiva, 58,6%, 57,6% e 54,2%, respectivamente.

As informações sobre inserção produtiva e conclusão das etapas de ensino aqui apresentadas demonstram que os jovens moradores das áreas mais centrais tendem a se inserir mais tarde no mercado de trabalho e a se dedicar um tempo maior à sua formação educacional.

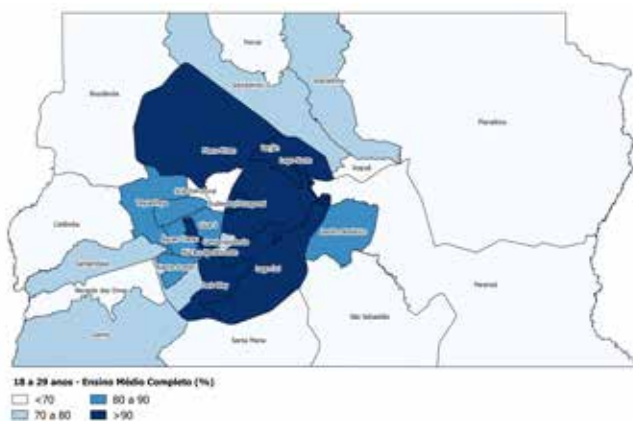
Quanto às características da inserção produtiva, tem-se que os jovens que trabalham estão majorita-

Mapas - Percentuais de jovens no DF que concluíram etapas de ensino. 2015/2016

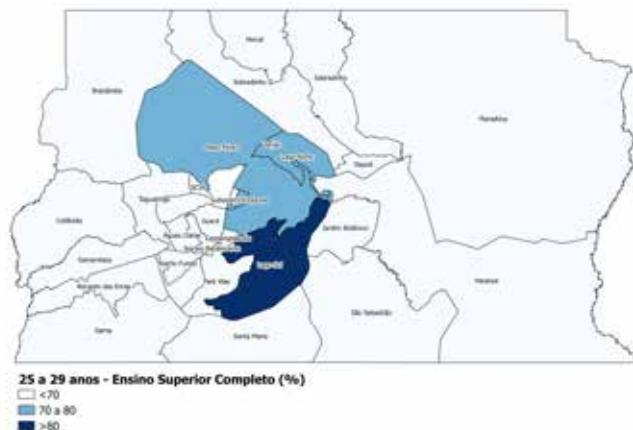
Ensino Fundamental



Ensino Médio



Ensino Superior



Fonte: Codeplan - PDAD - 2015/2016

riamente inseridos no setor do comércio, serviços imobiliários, financeiros e de comunicação (46% de 18 a 24 anos e 39% de 25 a 29 anos). Em segunda posição, encontra-se o setor de serviços gerais e pessoais, com cerca de 25% dos jovens nas duas faixas etárias. O terceiro setor com maior percentual de jovens atuando é o serviço público, que absorve 12% dos jovens de 18 a 24 anos e 16% dos jovens de 25 a 29 anos.

Quanto à posição na ocupação, observa-se que mais de 70% dos jovens nas duas faixas etárias se inserem formalmente no mercado de trabalho, seja com carteira de trabalho assinada ou como servidor público. A informalidade representada pelo trabalho assalariado sem carteira de trabalho ou como autônomo é a forma de inserção de cerca de 20% desses jovens. Por outro lado, o aumento da idade favorece a inserção no mercado de trabalho como empresário e profissional liberal, ainda que em proporção muito pequena.

Para a análise da remuneração, utilizou-se como indicador o percentual de jovens ocupados que recebem acima de 2 salários mínimos. Novamente as regiões centrais apresentam os percentuais mais elevados de jovens que recebem mais de 2 salários mínimos: Sudoeste/Octogonal (82%), Plano Piloto (77%), Lago Sul (69%), Parkway (62%), Lago Norte (62%). No outro extremo, estão Estrutural, Itapoã e Varjão com somente 7%, 11% e 12%, respectivamente, dos jovens que recebem mais de 2 salários mínimos. Esses dados reforçam a desigualdade de rendimentos existente no Distrito Federal.

Outra categoria importante a ser estudada, principalmente para a população jovem, são os indivíduos que não trabalham nem estudam (nem-nem). O fato de estar fora da escola e não estar inserido produtivamente pode indicar uma situação de vulnerabilidade. Os dados da PDAD-2015/2016 mostram que os jovens que nem trabalham e nem estudam são 7% entre 15 a 17 anos, 26% entre 18 a 24 anos e 24% entre 25 a 29 anos.

A categoria “nem-nem” é mais frequente entre as mulheres (26%) do que entre os homens (17%). Estudo realizado pela Codeplan em 2014³, com base

3 Estudo disponível: http://www.codeplan.df.gov.br/images/CO-DEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/Os_Jovens_no_Distrito_Federal_um_olhar_sobre_suas_condicoes_de_estudo_e_ocupacao.pdf

nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE), apontou que a gravidez é um dos principais motivos que levam as jovens a abandonarem a escola e/ou o trabalho (Figura 5).

Figura 5 - Percentual de jovens nem-nem do DF, segundo faixa etária - 2015/2016



Fonte: Codeplan - PDAD - 2015/2016

Identificamos ainda que a vulnerabilidade está vinculada à raça/cor. Os dados apontam que 23% dos jovens negros estão nesta situação em comparação a 19% dos não negros.

Por fim, os dados dos jovens de 15 a 29 anos, que nem trabalham e nem estudam, segundo a localidade de moradia, refletem, mais uma vez, a relação de desigualdade entre as regiões do Distrito Federal. As regiões administrativas Fercal (29%), Itapoã (27%), Paranoá (25%), Recanto das Emas (27%) e Estrutural (26%) são os locais que apresentam os maiores percentuais de jovens que nem estudam e nem trabalham. É importante ressaltar que essas são também as regiões com os maiores percentuais de jovens.

Agradecimentos:

Às contribuições de Elisete Rodrigues de Souza, Márcia Roberta Vieira Matos e Pâmela Queiroz Folha. Eventuais falhas, todavia, devem ser debitadas aos autores.

Ana Maria Nogales Vasconcelos

Professora da Universidade de Brasília, Diretora de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan

Lídia Cristina Silva Barbosa

Socióloga, Mestre em Gestão do Conhecimento pela Universidade Católica de Brasília, Pesquisadora da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan

Maria de Fátima Sobreira Rolim

Economista, Pesquisadora da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan

Considerações finais

Trazer à luz informações relevantes que auxiliem na formulação e no acompanhamento de políticas públicas voltadas à população jovem, é um dos objetivos de levantamentos feitos pela a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD-2015/2016).

Os dados da pesquisa acima citada mostraram e confirmaram algumas características sobre o perfil e a distribuição no território da população jovem no Distrito Federal: 1) as proporções mais elevadas de população jovem estão em regiões periféricas, de menor renda e de infraestrutura urbana mais precárias; 2) os jovens residentes no DF são, em sua grande maioria, nativos ou com mais de 10 anos de residência; 3) a frequência à escola é menor nas regiões de menor renda; 4) quanto mais elevada a etapa de ensino, maiores são as desigualdades educacionais entre jovens no DF; 5) a inserção produtiva é maior em regiões de menor renda; 6) a remuneração do trabalho é maior em regiões centrais, de maior poder aquisitivo; 7) mais de 70% dos jovens ocupados encontram-se no mercado formal; 8) a categoria “nem-nem” é mais frequente entre mulheres, negros e nas localidades de mais baixa renda

Essas informações sobre o jovem do Distrito Federal podem ser utilizadas para o aprimoramento e implantação de políticas públicas que tenham o objetivo de romper os padrões de desigualdade e vulnerabilidade tão presentes em nosso território. ■

Desempenho econômico do DF em 2016

Sandra Andrade
Eurípedes Oliveira

A atividade econômica no DF, medida pelo Idecon-DF, retraiu 2,2% no 4º trimestre de 2016, ante igual trimestre de 2015. Foi a oitava taxa negativa consecutiva. Em 2016, a economia encolheu 1,6% em relação a 2015. O desempenho econômico do DF sentiu os efeitos desfavoráveis do desemprego e da redução da renda do trabalhador. Embora negativos, os resultados mostraram um comportamento menos recessivo que o nacional, que caiu 2,5% no último trimestre e 3,6% no ano de 2016, segundo o IBGE. Pontos positivos para economia: em 2016 houve redução da taxa básica de juros e da inflação.

Serviços

O setor de Serviços é o maior responsável pela dinâmica econômica do DF, representando 92,9% da economia. Retraiu em 2016, 2,3%, no 4º trimestre e 1,6% no ano, frente aos mesmos períodos de 2015. No contexto nacional, o setor recuou 2,4% no trimestre e 2,7% no ano.

O Comércio local retrocedeu 8,6% nos últimos três meses de 2016 e acumulou queda anual de 7,7%. O índice nacional caiu 3,5% no trimestre e 6,3% no ano, segundo o IBGE. A redução do ritmo de crédito e a maior cautela do consumidor contribuíram para o declínio da atividade comercial, que perdeu 7.440 postos formais de trabalho no DF, em 2016 (Caged/MT).

A Intermediação Financeira contraiu 5,1% no 4º trimestre de 2016 e 3,7% no ano, comparados a iguais períodos de 2015. O índice nacional caiu 3,4% no trimestre e 2,8% no ano. O encarecimento do crédito pode explicar parte do resultado desfavorável da atividade, a taxa real de juros manteve-se elevada.

A atividade de Serviços de Informação caiu 2,6% no último trimestre de 2016 e 1,6% no ano. No Brasil, recuou 3,0% em cada um dos períodos. Um dos motivos pode ser a redução na quantidade de linhas móveis, também reflexo do crescente uso de internet nos celulares.

O segmento da Administração, Saúde e Educação Públicas retraiu 0,4% nos três últimos meses de 2016 e 0,2% no ano, frente a iguais períodos de 2015. O Brasil registrou decréscimos de 0,7% na

comparação trimestral e 0,1% na anual. A atividade pública responde por 43,1% da estrutura produtiva do DF.

Indústria

A Indústria, com peso de 6,6% na economia do DF, contraiu 2,6% na comparação com os últimos trimestres de 2015 e 2016. No desempenho nacional, o IBGE computou decréscimo de 2,4%. Nos 12 meses do ano, registrou-se retração para o DF de 2,9% e para o Brasil, 3,8%.

A Construção, responsável por 3,9% da atividade econômica local e 58,8% do setor industrial, retraiu 4,0% no 4º trimestre e 3,7% no acumulado de 2016. No Brasil, a atividade decresceu 7,5% e 5,2% nos mesmos períodos, respectivamente. No DF, foram eliminados 7.534 empregos formais em 2016, inferior às 13.527 vagas extintas em 2015 (Caged/MT). A Indústria de Transformação, que representa 1,8% na estrutura econômica do DF, retraiu 1,1% de outubro a dezembro de 2016, em relação ao mesmo período de 2015. No Brasil, a atividade recuou 2,4%, segundo o IBGE. No ano, houve retração de 3,5% no DF e de 5,2% no país, em relação a 2015. De acordo com o Caged/MTE, a atividade fechou 1.835 postos formais em 2016.

Agropecuária

A Agropecuária no DF, responsável por 0,4% da estrutura produtiva, subiu 9,0% no 4º trimestre, ante igual período de 2015. O último trimestre do ano não apresenta colheitas de culturas locais relevantes, e a produção se concentra em produtos da lavoura temporária, com ciclos curtos de cultivo. No mesmo trimestre, o IBGE apurou contração de 5,0% para o Brasil. Em 2016, o índice do DF recuou 2,8% e o nacional 6,6%.

O índice anual negativo do DF deve-se, em parte, às reduções nas safras anuais esperadas para o milho e o feijão, que foram impactadas pelo clima seco em 2016. O milho apresentou queda em sua estimativa de 44,6%, e o feijão, de 23,0%. Um fator favorável, que arrefeceu o índice do setor, foi o aumento da soja, que registrou uma das maiores altas na produção entre as Unidades da Federação, 31,6%, em relação a 2015. ■

Gráfico 1 Índice Geral

Variação (%) do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

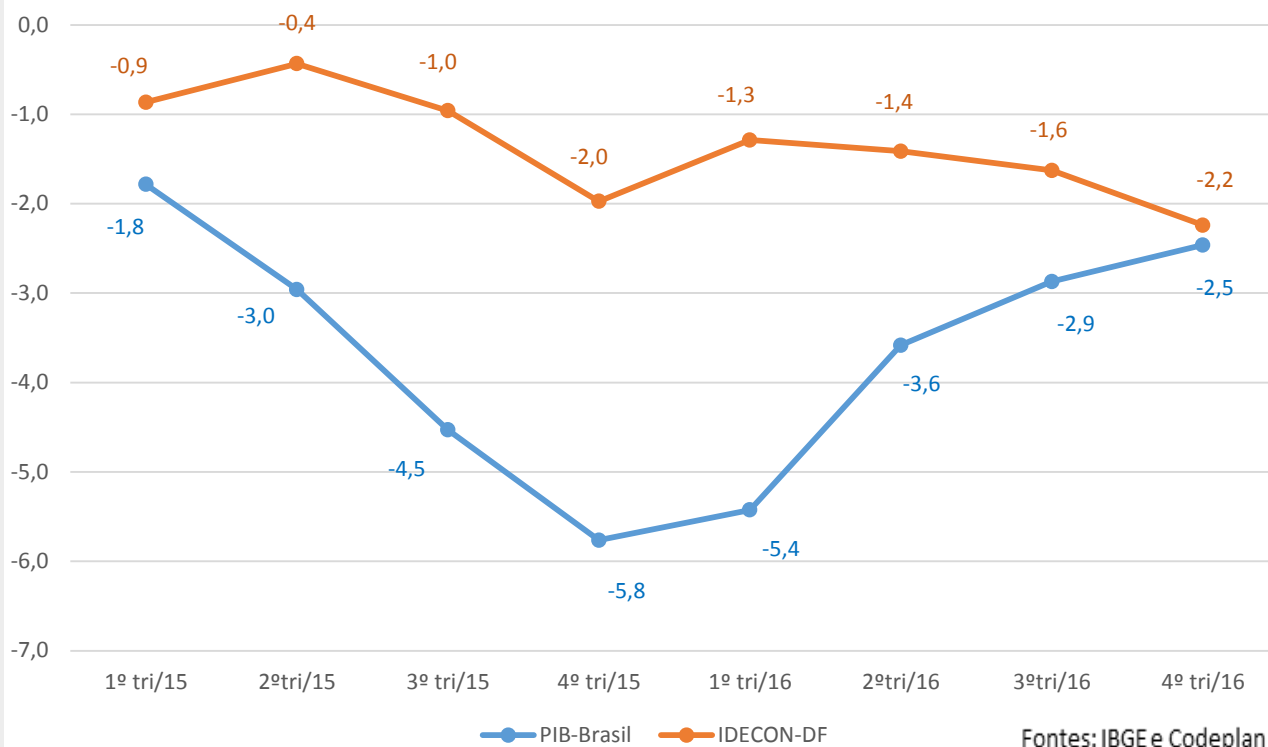


Tabela 1 - Idecon-DF: Série de variações trimestrais e anuais dos setores e das atividades econômicas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - 1º Trimestre de 2015 ao 4º Trimestre de 2016

Atividades Econômicas	2015					2016				
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Ano	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Ano
Agropecuária	-6,2	-17,0	-3,2	-4,7	-8,0	-12,4	5,7	-11,4	9,0	-2,8
Indústria	-5,2	-3,8	-2,7	-6,0	-4,4	-4,6	-1,7	-2,5	-2,6	-2,9
Indústria de transformação	-2,2	-2,4	-3,4	-7,5	-3,9	-8,3	-2,5	-1,7	-1,1	-3,5
Construção Civil	-6,7	-4,9	-2,6	-6,8	-5,3	-4,0	-3,0	-3,9	-4,0	-3,7
Outros da indústria ¹	-4,7	-1,9	-1,4	0,1	-2,0	0,1	5,2	1,6	0,1	1,7
Serviços	-0,5	-0,1	-0,8	-1,7	-0,8	-1,0	-1,4	-1,5	-2,3	-1,6
Comércio	-5,8	-4,9	-6,6	-10,3	-6,9	-6,1	-9,0	-7,1	-8,6	-7,7
Serviços de informação	4,2	3,3	2,3	0,6	2,6	0,2	-1,5	-2,5	-2,6	-1,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-2,4	-2,1	-3,0	-5,7	-3,3	-2,9	-3,5	-3,5	-5,1	-3,7
Administração, saúde e educação públicas	-1,3	-0,4	-0,4	0,2	-0,5	-0,3	0,3	-0,4	-0,4	-0,2
Outros serviços ²	2,6	2,4	0,8	-0,6	1,3	0,2	-1,0	-0,6	-2,0	-0,8
Idecon-DF	-0,9	-0,4	-1,0	-2,0	-1,1	-1,3	-1,4	-1,6	-2,2	-1,6

Fonte: Codeplan - Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas - Gerência de Contas e Estudos Setoriais - Núcleo de Contas Regionais

1 - Extrativa mineral e Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

2 - Transporte, armazenagem e correio; Atividades imobiliárias; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos.

Ranking de cidades verdes do DF - Indicadores de qualidade ambiental



Foto: Toninho Leite

Alexandre Brandão

O principal desafio proposto foi elaborar um quadro de indicadores unicamente com os resultados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/Codeplan), que pudesse ser agregado em um único indicador e mensurasse o desempenho ambiental e não apenas a qualidade de vida no DF.

1 - Índice de desempenho ambiental-urbano

Este artigo é resultante da segunda etapa do projeto de pesquisa Indicadores de qualidade ambiental e urbana, iniciado em 2015, na Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais da Codeplan. O projeto está inserido num programa mais amplo de construção de indicadores, elaborado pelo Mapa Estratégico de Brasília e mais especificamente pelo Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Gestão do Território do GDF.

Para auxiliar nos desafios propostos pelo tema temos como referências iniciais, os *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* do IBGE, o Painel Nacional de Indicadores Ambientais - PNIA (MMA, 2012) e os indicadores da *Plataforma Cidades Sustentáveis*. Já entre aqueles utilizados internacionalmente há os “físicos”, do tipo “pegada ecológica” e “planeta vivo” do World Wildlife Fund (WWF), ou ainda o *Índice de Sustentabilidade Ambiental* (ISA) divulgado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF). Há também o *Índice de Desempenho Ambiental* (IDA) do mesmo WEF que temos usado como referência principal porque, entre os indicadores quantitativos, o IDA permite avaliar as ações governamentais em alguns poucos temas (BRANDÃO, 2015, pág. 9).

O principal desafio posto nesta 2ª etapa, foi elaborar o Quadro 1 de indicadores unicamente com os resultados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domi-

cílios (PDAD/Codeplan), que pudesse ser agregado em um único indicador, que mensurasse o desempenho ambiental e não apenas a qualidade de vida no DF. A PDAD talvez seja a única pesquisa que aborda profundamente todas as 31 Regiões Administrativas (RAs) e somente por essa razão já valeria o esforço em analisar esses dados sob este ponto de vista.

Sem dúvida, os indicadores sintéticos são tradicionalmente utilizados e tem larga aceitação, mas trazem algumas deficiências na medida que reúnem informações de diferentes origens e se propõem a resumir uma realidade multifacetada em poucas dimensões. Por outro lado, os indicadores sintéticos teriam a vantagem de demonstrar uma certa trajetória ao longo do tempo, sem falar de sua capacidade de se comunicar diretamente com a opinião pública e orientar a ação governamental (IPEA, 2014, pág. 21)

A metodologia utilizada na pesquisa permitiu, não apenas estabelecer um indicador sintético para Brasília e para cada uma de suas 31 regiões, mas também um índice para cada uma das 24 variáveis, agrupadas em oito dimensões. O resultado permitiu obter notas para cada tema, que pudessem tratar da distribuição da infraestrutura, do consumo de recursos e da vulnerabilidade. Nesse espaço não caberia detalhar a metodologia ou mesmo todas as planilhas e gráficos para todos os

Quadro 1 - O Ranking Geral 2016									
Distrito Federal / Regiões Administrativas	Índice Água	Índice Resíduos	Índice Esgoto	Índice Energia	Índice Urbanidade	Índice Risco	Índice Veg/nasc	Índice Transporte	ÍNDICE GERAL
Sudoeste/ Octogonal	1,000	0,964	1,000	0,668	0,937	0,996	0,517	0,038	0,765
Plano Piloto	0,999	0,986	0,997	0,667	0,883	0,989	0,475	0,072	0,758
Varjão	1,000	0,861	0,999	0,666	0,824	0,925	0,519	0,251	0,756
Candangolândia	1,000	0,978	0,984	0,661	0,817	0,980	0,405	0,176	0,750
Cruzeiro	1,000	0,994	0,996	0,662	0,809	0,993	0,351	0,140	0,743
Núcleo Bandeirante	1,000	0,922	0,973	0,662	0,812	0,970	0,415	0,182	0,742
Guará	0,999	0,974	0,991	0,668	0,870	0,988	0,279	0,134	0,738
Lago Norte	0,958	0,929	0,903	0,707	0,781	0,902	0,596	0,074	0,731
Riacho Fundo II	1,000	0,960	0,977	0,661	0,790	0,972	0,244	0,216	0,727
Águas Claras	0,996	0,917	0,925	0,656	0,825	0,926	0,388	0,141	0,722
Lago Sul	0,993	0,922	0,836	0,823	0,852	0,926	0,355	0,033	0,717
Riacho Fundo	1,000	0,945	0,947	0,659	0,768	0,940	0,274	0,173	0,713
Samambaia	0,997	0,953	0,986	0,661	0,806	0,981	0,071	0,235	0,711
Paranoá	0,987	0,804	0,976	0,656	0,783	0,955	0,267	0,233	0,708
Recanto das Emas	0,991	0,907	0,959	0,658	0,799	0,942	0,167	0,227	0,706
Gama	0,969	0,931	0,955	0,656	0,824	0,941	0,155	0,197	0,704
Santa Maria	0,984	0,940	0,956	0,663	0,797	0,927	0,135	0,233	0,704
São Sebastião	0,982	0,752	0,961	0,652	0,734	0,901	0,390	0,224	0,699
Taguatinga	1,000	0,978	0,992	0,665	0,737	0,983	0,060	0,174	0,698
Brazlândia	0,961	0,951	0,948	0,647	0,707	0,963	0,145	0,243	0,696
S I A	0,995	0,969	0,990	0,663	0,699	0,976	0,113	0,161	0,696
Distrito Federal	0,985	0,888	0,896	0,671	0,755	0,903	0,291	0,170	0,695
Sobradinho	0,976	0,914	0,915	0,651	0,730	0,887	0,275	0,175	0,690
Itapoã	0,971	0,760	0,934	0,663	0,770	0,965	0,174	0,227	0,683
Planaltina	0,997	0,879	0,910	0,661	0,693	0,899	0,131	0,206	0,672
Ceilândia	0,992	0,852	0,905	0,648	0,707	0,898	0,058	0,234	0,662
Jardim Botânico	0,925	0,783	0,588	0,719	0,669	0,814	0,658	0,069	0,653
Sobradinho II	0,930	0,883	0,654	0,666	0,682	0,856	0,316	0,172	0,645
Park Way	0,997	0,638	0,523	0,778	0,801	0,803	0,452	0,051	0,630
SCIA - Estrutural	0,975	0,794	0,949	0,623	0,588	0,788	0,049	0,270	0,629
Vicente Pires	0,989	0,780	0,620	0,678	0,627	0,678	0,100	0,091	0,570
Fercal	0,965	0,708	0,516	0,645	0,301	0,341	0,485	0,234	0,524

Fonte: Elaboração própria

indicadores ou dimensões, mas estarão disponíveis no site da Codeplan¹.

O *Índice de Desempenho Ambiental-Urbano* (IDAU-DF/2016) trabalha com indicadores para as dimensões: Água; Resíduos; Esgotos; Energia; Urbanidades; Risco; Transportes e Vegetação e Nascentes. O indicador para cada variável vai de 0 a 1, sendo 1 a melhor nota. A partir dos índices de cada variável, foi obtida uma pontuação para cada dimensão, resultante da média aritmética das variáveis. Da mesma forma, a média final é o resultado da média aritmética das

notas de todas as dimensões. Apenas para facilitar a comparação, os indicadores obtidos por variável, por dimensão e por média final são categorizados de forma que as notas sejam conceituadas da seguinte forma: 0,9 a 1 - Ótimo; 0,7 a 0,89 - Bom; 0,5 a 0,69 - Razoável; 0,3 a 0,49 - Insuficiente e 0 a 0,29 - Crítico.

É necessário afirmar que a pontuação final, resultante das médias obtidas de todas as dimensões não foi o objetivo final deste trabalho, embora o *ranking* das RAs tenha sido útil para uma comparação da evolução no tempo entre as posições relativas obtidas nas séries PDAD². No entanto, as posições

1 <http://www.codeplan.df.gov.br/>

2 Estão disponíveis os indicadores para as PDADs 2013 e 2015/2016

relativas de cada Região Administrativa (RA) são úteis para uma avaliação mais geral da viabilidade do indicador, da posição em que ocupam em relação à média do DF e também para algumas inferências na comparação com outras variáveis, como a “renda”, que utilizamos aqui.

Avaliação das RAs

Pelo IDAU/2016, Sudoeste/Octogonal, Plano Piloto e Varjão apareceram com índices entre 0,75 e 0,76, enquanto o SCIA-Estrutural, Vicente Pires e Fercal obtiveram as menores notas, entre 0,62 e 0,52. Nenhuma RA obteve o conceito ótimo, entre 0,9 e 1. Por outro lado, não há RA com nota abaixo de 0,5, ou seja, que apresentasse desempenho ambiental “Insuficiente” ou “Crítico”. De um modo geral, nessa avaliação, as notas obtidas nas dimensões “Vegetação e Nascentes” e aquelas verificadas para “Transportes” acabaram por reduzir os índices gerais de quase todas as RAs, o que, por si só, já diz muito sobre os pontos fracos do Distrito Federal.

Em verdade, a elevada cobertura de atendimento das infraestruturas deve ser mesmo comemorada, mas para o objetivo deste texto outros fatores devem ser ressaltados. Um deles é a falta de indicadores sobre os níveis de consumo de água e energia, que poderiam indicar a pressão sobre os recursos naturais. Outro, seria a carência de informações sobre graus de poluição de cursos d’água, de desmatamento ou das emissões poluentes. O fato de a maior parte das RAs terem recebido uma avaliação “ótima” ou “boa” indica mais o peso que as dimensões ligadas à infraestrutura urbana exercem no total, do que propriamente uma excelência ambiental. No entanto, o que os aspectos mais específicos de cada uma das dimensões poderiam nos dizer?

A dimensão ÁGUA foi composta de forma que pudessem contemplar as RAs com maior cobertura de rede, ao mesmo tempo que penalizasse àquelas que mais se utilizam de “poços artesianos” e “poços cisterna”. Os três índices gerados para água são bastante consistentes com os indicadores objetivos que avaliam o alcance das redes de água da concessionária. O *Índice de abastecimento urbano de água* da CAESB³ para 2014 está em 97,46, muito próximo às notas obtidas para o DF como um todo, 0,986 num quadro em que todas as 31 RAs obtiveram o conceito “Ótimo”.

A dimensão RESÍDUOS é composta por quatro indicadores que procuram pontuar as RAs que têm a melhor cobertura de atendimento dos serviços de coleta domiciliar e também os serviços de coleta seletiva. Por outro lado, considera aquelas que menos apresentam “lixo dispostos em local impróprio” e “entulho”. Nessa dimensão, um aspecto que deve ser melhor estudado é o indicador de coleta seletiva. Isso porque, no IDAU/2016, o DF obteve o índice de 0,664, o que indicaria um elevado padrão de coleta seletiva nos domicílios, enquanto que a taxa de resíduos sólidos reciclados informada pelo Sistema Nacional de Informações de Saneamento para o Brasil situa-se num patamar bem mais baixo, em torno dos 5%. Da mesma forma, o índice (IN053) para a Região Centro-Oeste também apresenta patamares médios de 5% (SNIS, 2014) que contrastam com o Quadro 1, em que todas as RAs ficaram acima de 0,7⁴.

Para a dimensão ESGOTOS (Figura 1), os quatro indicadores tiveram o objetivo de pontuar, não apenas as RAs com cobertura da rede, mas também o menor percentual de utilização de “fossas sépticas”, “fossas rudimentares” ou ainda, as RAs em que menos apareceram “esgoto a céu aberto”. Embora sejam consideradas pelo Ministério das Cidades como adequadas, as fossas têm sua eficiência dependente da qualidade de projetos e obras, das condições de solo, que permitam a necessária infiltração e ainda de uma profundidade da água subterrânea que impossibilite a contaminação (SNIS, 2015). Aqui, destacam-se negativamente, as RAs Park Way, Sobradinho II, Jardim Botânico, Fercal e Vicente Pires como aquelas que obtiveram as menores notas, abaixo de 0,7. Park Way e Jardim Botânico, ainda que estejam no grupo de “Alta Renda”, têm em comum com as demais um percentual expressivo de domicílios com fossa séptica.

Nessa dimensão destaca-se a elevada nota para a o DF como um todo, de 0,896, conceito “Bom”, compatível com o Índice de atendimento urbano de esgoto de 82,11% (CAESB, 2015). Segundo os indicadores do Sistema Nacional de Informações de Saneamento do Ministério das Cidades, realmente apenas o Distrito Federal e outros três estados apresentam percentuais acima de 70% no índice de rede coletora de esgotos (SNIS, 2014).

A dimensão ENERGIA foi composta por três coeficientes que permitem estimar a extensão do atendi-

3 CAESB. Manual de indicadores. 2015

4 SNSA/MCIDADES, 2016 Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. 2016

Figura 1 - Indicador - Esgoto 2016 (rede, fossa, fossa rudimentar, céu aberto)



Fonte: elaboração própria

mento da rede, o alcance dos serviços de iluminação pública e a utilização de painéis de energia solar nos domicílios. Diferente das dimensões vistas até então, o DF obteve um conceito apenas “Razoável” com a nota, 0,671. A responsável pela queda na média geral foi a baixíssima nota alcançada para o índice “Energia Solar” o que indica a pouca utilização desse tipo de energia alternativa no DF, apesar das condições ideais para sua utilização. As RAs com notas mais elevadas na média geral foram Lago Sul, Park Way, Jardim Botânico e Lago Norte, mas as assimetrias na utilização de energia solar também deram à RA Vicente Pires uma pontuação acima da média do DF. Em função da renda e do padrão “casa” predominante, regiões como Lago Sul, Park Way, Jardim Botânico e Lago Norte obtiveram conceito “Bom”, juntamente com Vicente Pires, o indicador foi capaz de reconhecer esse desempenho.

A dimensão URBANIDADES é resultante de quatro questões ligadas à infraestrutura urbana: asfalto, calçada, meio-fio e ciclovias em que o DF obteve um conceito de desempenho “Bom”. Mas, o que tais notas poderiam indicar? A RA Fercal obteve o patamar “insuficiente” com 0,341 e o SCIA apresentou média geral de 0,588. Outra indagação estaria nas pontuações obtidas no índice “Ciclovias”. O fato de a grande maioria das RAs ter ficado abaixo de 0,5 e o DF com o índice de 0,296 demonstraria a insuficiência desse tipo de infraestrutura ou apenas desinformação?

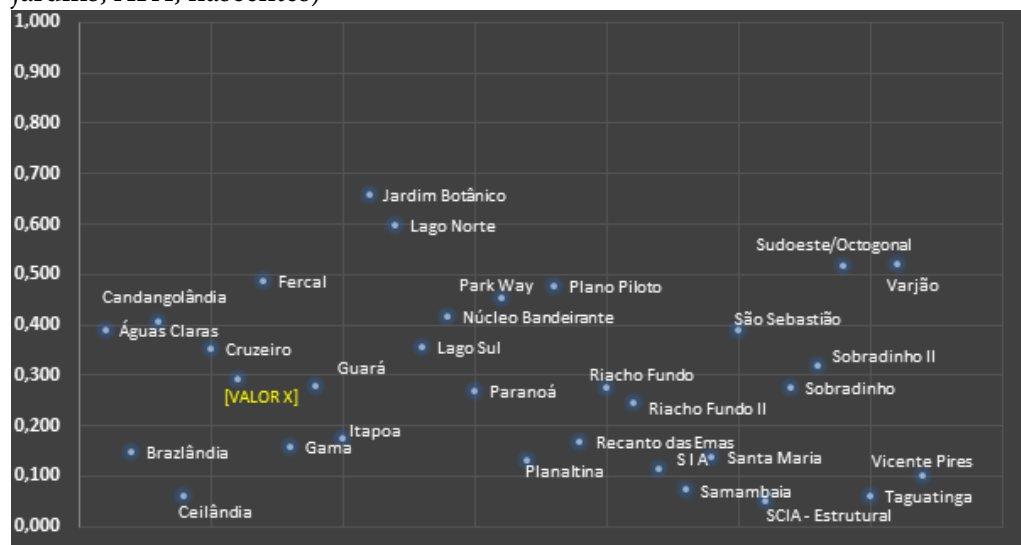
A dimensão RISCO foi constituída com os questionamentos presentes na PDAD/2016 que pudessem informar as características sobre a vulnerabilidade percebida em cada RA frente a eventos naturais como chuvas intensas, enxurradas, alagamentos, inundações e deslizamentos. Para tal, foram utilizadas as

respostas sobre a existência de “drenagem na rua”, “declividade” e da presença de “erosões”. A dificuldade aqui está em captar a percepção dos moradores para aspectos tão técnicos do entorno de suas habitações. A resposta se “há drenagem ou não na sua rua” pouco diz da eficiência do sistema ou de sua manutenção, ainda que a ocorrência de alagamentos

seja um aspecto bastante reconhecível no dia a dia dos moradores. Da mesma forma, a percepção do que seja declividade ou da presença de erosões pode estar ligada mais ao senso comum e as experiências vivenciadas com desabamentos ou enxurradas. Em função de não haver indicador operacional comparável, cabe observar apenas que a PDAD/2013 apontava que 85,7% dos domicílios do Distrito Federal afirmavam dispor de rede de águas pluviais. Em 2016, destaca-se, não apenas a elevada nota para a o DF como um todo, mas que as 23 RAs obtiveram nota acima de 0,9. No índice drenagem, Park Way, SCIA/Estrutural, Vicente Pires e Fercal apresentaram notas abaixo de 0,5, enquanto a RA Fercal apresentou as piores notas para os índices “declives” e “erosão”. Da análise destes indicadores surge uma dúvida: Os elevados índices obtidos para “drenagem”, “declividade” e “erosão”, *per si*, demonstrariam a baixa vulnerabilidade aos eventos extremos?

A dimensão VEGETAÇÃO E NASCENTES (Figura 2, pág 34) procura reunir a percepção dos habitantes de Brasília sobre alguns elementos naturais, como “arborização urbana” e “parques e jardins”, de fácil identificação. Há também outros dois aspectos, um de reconhecimento menos imediato, como a “presença de nascentes” e outro, de percepção bem complexa, qual seja, a definição do que seja uma “área de preservação ambiental”. Aqui o destaque é a baixa nota obtida para o DF como um todo, 0,291. Todas as notas individuais para os atributos específicos foram muito baixas e resultaram no conceito “Crítico” para o DF, contrastando fortemente com as elevadas médias para infraestrutura. Para o Distrito Federal que se orgulha de ser uma cidade-parque, são especialmente decepcionantes as avaliações de seus moradores sobre a presença de parques, jardins

Figura 2 - Indicador - Vegetação e Nascentes 2016 (Arborização, parques-jardins, APA, nascentes)



Fonte: elaboração própria

e ruas arborizadas. A maior parte das RAs obtiveram notas abaixo de 0,5, sendo que cinco RAs receberam notas até 0,1, o que expressa o nível de reconhecimento de seus habitantes em relação aos atributos naturais, parques e arborização de cada RA.

A dimensão TRANSPORTES do IDAU/2016 (Figura 3) foi estruturada com as informações disponíveis nas PDADs sobre deslocamento “casa-trabalho” com o objetivo de avaliar o uso do transporte individual, a utilização de sistemas não poluentes e a adoção de meios não motorizados. Esta dimensão foi a que obteve a pior nota de todo o estudo, o que indica que, do ponto de vista ambiental, seria a que exigiria maior atenção para melhorar seu desempenho. As RAs que mais utilizam o automóvel tiveram um desempenho prejudicado pela inexistência de sistemas de Metrô, trens ou VLTs. E aquelas que apresentam um desempenho ambiental maior foram as RAs que mais utilizam o Metrô, a bicicleta ou se deslocam a pé.

Sem dúvida, a média de 0,170 é resultante da utilização do automóvel por metade da população e da baixíssima utilização dos outros modais não poluentes. As melhores notas foram para as RAs que utilizam menos automóveis, ou seja, para aquelas de menor renda, aspecto que não indica necessariamente um consumo ambientalmente consciente - longe disso. Da mesma forma, as piores pontuações ficaram nas RAs mais ricas o que reafirma que a pressão sobre os recursos naturais e a poluição estão vinculados diretamente ao nível de consumo de combustíveis e à renda. Tudo leva a crer que aqueles com poder aquisitivo

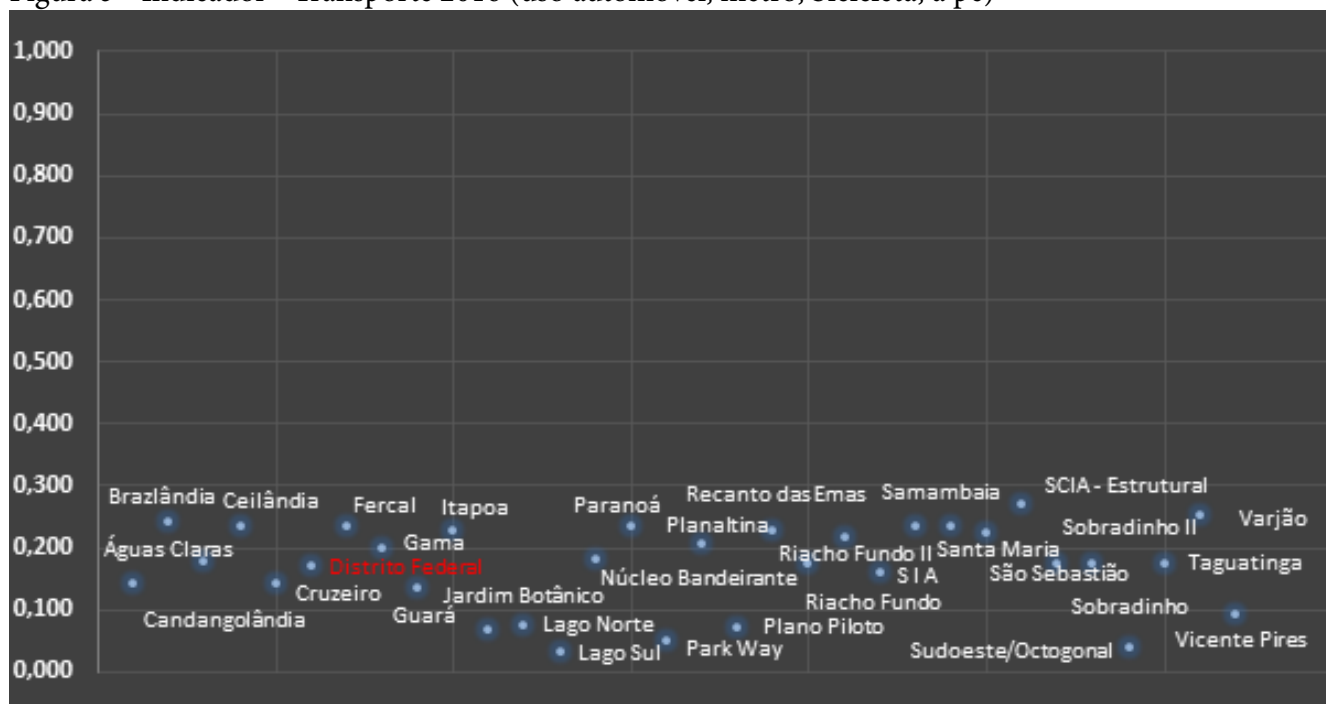
suficiente para escapar do transporte coletivo o fazem sempre que podem e provavelmente, um aumento na renda é determinante não apenas para a aquisição de veículos, mas para o maior consumo de combustíveis. Da mesma forma, não é possível inferir se aqueles que mais se deslocam a pé ou de bicicleta o fazem por consciência ambiental - provavelmente não, mas sim porque se dirigem a empregos mais próximos, em geral, com menor remuneração.

Obviamente, as RAs que mais usam o Metrô são Águas Claras, Samambaia e Ceilândia, onde as estações estão disponíveis. O uso da bicicleta em geral é muito baixo, assim como, o deslocamento a pé e quem menos se desloca “a pé” são moradores das RAs Jardim Botânico, Park Way e Sudoeste/Octogonal, justamente os que mais usam automóvel, além do Lago Sul.

Desempenho ambiental e “renda”

De acordo com o Quadro 2 (pág. 36), entre as RAs que compõem o Grupo 1 de “Alta renda”, três também estão entre as seis primeiras em qualidade ambiental: Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal e Lago sul. No entanto, o Lago Norte aparece em 10º lugar e o Jardim Botânico em 20º, enquanto que Park Way ficou apenas em 27º lugar. Já no Grupo 2 de “Média alta-renda”, Vicente Pires e Sobradinho II, ocuparam as últimas posições no ranking de desempenho. Inversamente, no terceiro grupo de RAs, que reúne as de “Média baixa-renda”, Paranoá, ocupa a 6ª melhor colocação no ranking, Candangolândia, aparece em 8º lugar e o Núcleo Bandeirante é listado em 9º lugar. No Grupo 4, composto das RAs de “Baixa renda”, tanto o SCIA quanto a RA Fercal realmente aparecem no ranking entre aquelas com menor desempenho ambiental. Finalmente, Varjão e Recanto das Emas aparecem em posições muito acima do que se esperaria para RAs de baixa renda, demonstrando que não há uma relação direta entre desempenho ambiental e renda.

Figura 3 - Indicador - Transporte 2016 (uso automóvel, metro, bicicleta, à pé)



Fonte: elaboração própria

Considerações Finais

A seleção final e as possíveis ponderações devem ser o resultado de um amadurecimento coletivo e não apenas de uma visão particular ou de uma instituição. No entanto, foi possível construir indicadores aderentes à realidade e ainda diferenciar “desempenho ambiental” de “qualidade de vida”? Determinadas opções que proporcionam qualidade de vida individual, podem exercer pressões danosas sobre os recursos naturais e a seleção feita aqui, com base nas PDADs, permitiu diferenciar bem as 31 RAs neste aspecto, além de identificar os indicadores mais consistentes.

Os dados disponíveis permitiram gravar severamente aquelas RAs que se utilizam de fossas, e estimular novos estudos que relacionassem seu uso com a contaminação de corpos hídricos. Quanto à “energia”, mesmo que não se possa captar dados sobre consumo, a utilização de placas de energia solar permitiu ir além da simples cobertura de atendimento. Fica claro que os níveis de renda e a tipologia das habitações permitiram que as RAs em áreas mais favorecidas se sobressaíssem com a sua utilização.

Na dimensão Vegetação e Nascentes, os índices sobre parques, jardins e arborização urbana fornecem uma valiosa ajuda para as políticas direcionadas para esse tema. Os índices expressaram um desempenho

decepcionante e talvez demonstrem que o conceito de Cidade- Parque realmente se limite às regiões centrais. Para a orientação de políticas, os índices obtidos nos levariam a priorizar as políticas de conservação de parques e jardins e um programa de arborização urbana para todas as RAs do DF, além da requalificação das áreas de nascentes.

O IDAU-DF/2016 acrescentou informações relevantes sobre o tema mobilidade. Uma cidade que deseja um bom desempenho ambiental deve ser julgada de forma rigorosa sobre o nível de utilização de transportes de massa não poluente e na superação do uso do automóvel, ou de coletivos, que utilizam combustíveis fósseis. Nesse quesito, o desempenho do DF deixa muito a desejar e na ausência de dados sobre poluição, seria aqui onde ações deveriam ser priorizadas.

Ainda que tenha sido possível confirmar a cobertura de infraestrutura e a deterioração da cobertura vegetal decorrente do processo de urbanização, as maiores ausências foram sobre os níveis de consumo de recursos e dos níveis de poluição. Como sempre, para avançar neste debate, o melhor caminho a ser trilhado é complementar a lista de indicadores com especialistas de cada área temática, no governo e na sociedade. ■

(*) Alexandre Brandão

Gerente de Estudos Ambientais da Codeplan, economista, doutor e mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Quadro 2 - Comparação entre os grupos de renda e ranking IDAU/DF 2016

-	Renda	RA	RA	Média geral	Posição
Grupo I - Alta Renda (Acima de R\$ 11.000,00)	5.192,38	Distrito Federal	Distrito Federal	0,695	-
	21.695,66	Lago Sul	Sudoeste/Octogonal	0,765	1
	15.671,92	Park Way	Plano Piloto	0,758	2
	13.956,59	Sudoeste/Octogonal	Varjão	0,756	3
	12.391,62	Plano Piloto	Candangolândia	0,750	4
	11.873,82	Jardim Botânico	Cruzeiro	0,743	5
	11.687,13	Lago Norte	Núcleo Bandeirante	0,742	6
Grupo II - Média-Alta Renda (entre R\$11.000,00 e R\$5.000,00)	8.615,45	Águas Claras	Guará	0,738	7
	8.604,11	Vicente Pires	Lago Norte	0,731	8
	7.415,25	Guará	Riacho Fundo II	0,727	9
	7.333,68	Cruzeiro	Águas Claras	0,722	10
	5.858,53	Sia	Lago Sul	0,717	11
	5.800,24	Sobradinho II	Riacho Fundo	0,713	12
	5.736,83	Taguatinga	Samambaia	0,711	13
	5.675,96	Sobradinho	Paranoá	0,708	14
	5.187,49	Núcleo Bandeirante	Recanto das Emas	0,706	15
Grupo III - Média-Baixa Renda (R\$5.000,00 e R\$2.500,00)	4.868,09	Riacho Fundo	Santa Maria	0,704	16
	4.541,79	Gama	Gama	0,704	17
	4.478,05	Candangolândia	São Sebastião	0,699	18
	3.465,87	Samambaia	Taguatinga	0,698	19
	3.418,65	Brazlândia	Brazlândia	0,696	20
	3.359,22	Planaltina	S I A	0,696	21
	3.267,50	Santa Maria	Sobradinho	0,690	22
	3.119,76	Riacho Fundo II	Itapoã	0,683	23
	3.092,70	São Sebastião	Planaltina	0,672	24
	3.073,62	Ceilândia	Ceilândia	0,662	25
	2.899,28	Recanto das Emas	Jardim Botânico	0,653	26
	2.769,59	Paranoá	Sobradinho II	0,645	27
	2.551,29	Itapoã	Park Way	0,630	28
Grupo IV - Baixa Renda (abaixo de R\$2.500,00)	2.276,21	Fercal	SCIA - Estrutural	0,629	29
	2.269,49	Varjão	Vicente Pires	0,570	30
	1.972,99	Scia-Estrutural	Fercal	0,524	31

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, Alexandre. INDICADORES DE QUALIDADE AMBIENTAL E URBANA PARA O DISTRITO FEDERAL. Texto para Discussão TD - n. 5 (2015) Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2015. n. 5, agosto, 28 págs.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2014. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2016. 212 p. : il.
- CAESB (DF). Relatório de indicadores de desempenho da CAESB - indicadores 2015. Brasília, 2015.
- IPEA. Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas / [Editores: Leonardo Monteiro Monastério, Marcelo Côrtes Neri, Sergei Suarez Dillon Soares]. - Brasília: IPEA, 2014 2 v.: gráfs, mapas color. - (Brasília: o Estado de uma Nação).
- MMA. Painel Nacional de Indicadores Ambientais - PNIA 2012. Referencial teórico, composição e síntese dos indicadores da versão-piloto. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 2014. 107 p.
- Programa Cidades Sustentáveis. <http://www.cidadessustentaveis.org.br/>. Rede Nossa São Paulo Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social São Paulo. Julho 2012 - 5ª edição (revisada, com alterações).
- VEIGA, J. E. Indicadores Ambientais: evolução e perspectivas. *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 4 (116), pp. 421-435, outubro-dezembro/2009.

Critério Brasil no DF: Aplicação aos dados da PDAD 2013/2014 e 2015/2016



Foto: Toninho Leite

Thiago Mendes Rosa



Foto: Toninho Leite

Pedro Meireles Nemrod Guimarães

Introdução

A classificação das pessoas em grupos é observada ao longo da história (KAMAKURA e MAZZON, 2013), uma vez que dentro das sociedades existem características altamente heterogêneas. A criação de classes (grupos) mais homogêneas tem por objetivo facilitar comparações, auxiliando na identificação de semelhanças e diferenças entre conjunto de pessoas. A maneira mais comum de se fazer tal estratificação, em termos econômicos, é a partir da renda dos indivíduos ou famílias, dada sua ampla disponibilidade em pesquisas, sua propriedade de ordenamento e de comparação entre localidades e ao longo do tempo¹. Além disso, a renda é um critério objetivo, direto e de fácil entendimento por parte das pessoas. Todavia, uma vez que a informação sobre a renda, em geral, não está disponível para toda a população ou pode ser informada com algum tipo de erro², alguns critérios alternativos costumam ser utilizados. A posse de bens duráveis, a escolaridade das pessoas ou a posição na ocupação são alternativas comumente utilizadas.

1 Para análises longitudinais, como existem variações no poder de compra, ajustes são necessários, geralmente realizados por algum índice de preços. Para comparações geográficas, principalmente, entre países, ajustes da capacidade de compra também são necessários, além das conversões cambiais.

2 Em pesquisas domiciliares, por exemplo, sempre existirá a presença de erros provenientes de amostragem. Além disso, os próprios respondentes dessas pesquisas podem fornecer informações imprecisas acerca de seus rendimentos.

No Brasil, existem diferentes critérios utilizados por instituições para se estratificar a sociedade, geralmente em termos de renda, cada um deles com objetivos e metodologias distintas. Os mais conhecidos são: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza o número de salários mínimos; a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), do Governo Federal, utiliza o nível de renda associado a uma medida de vulnerabilidade; o Centro de Políticas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV), utiliza uma medida relativa junto com uma linha de pobreza e a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) se baseia no acesso a alguns bens duráveis selecionados, serviços públicos e escolaridade do responsável pela família. E o Critério Brasil (CB), cuja principal ideia é mensurar o poder de compra das pessoas.

A divisão da população em grupos mais homogêneos é particularmente interessante para o Distrito Federal, já que, apesar de ser a unidade da Federação com maior rendimento domiciliar per capita (R\$ 2.280 em 2014), também é a mais desigual na distribuição desse recurso (índice de Gini de 0,582 em 2014), segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE)³. Com isso, o objetivo desse

3 Fonte: PNAD/IBGE, extraído do ipeadata. Para referência, a segunda unidade da federação com maior renda domiciliar per capita média é

Tabela 1 - Variáveis e pesos considerados pelo Critério Brasil, 2016

	Quantidades				
	0	1	2	3	4+
Banheiros	0	3	7	10	14
Empregados domésticos	0	3	7	10	13
Automóveis	0	3	5	8	11
Microcomputador	0	3	6	8	11
Lava louça	0	3	6	6	6
Geladeira	0	2	3	5	5
Freezer	0	2	4	6	6
Lava roupa	0	2	4	6	6
DVD	0	1	3	4	6
Microondas	0	2	4	4	4
Motocicleta	0	1	3	3	3
Secadora de roupas	0	2	2	2	2
Escolaridade da pessoa de referência					
Analfabeto/Fundamental I incompleto	0				
Fundamental I completo/Fundamental II incompleto	1				
Fundamental II completo/Médio incompleto	2				
Médio completo/Superior incompleto	4				
Superior completo	7				
Serviços públicos					
	Não		Sim		
Água encanada	0		4		
Rua pavimentada	0		2		

Fonte: ABEP, 2016

estudo é adaptar e aplicar o CB à população do DF, tomando como base a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/Codeplan), dos períodos de 2013/2014 e 2015/2016. A vantagem de utilizar tal pesquisa é que ela permite a estratificação, levando em consideração suas Regiões Administrativas (RAs) de moradia, algo de extrema relevância diante do cenário de alta desigualdade observado no DF.

Critério Brasil

O CB teve sua origem na década de 1970, tendo passado por diversas revisões durante esse período. A partir de 2002, ficou estabelecido que o critério deveria ser revisto periodicamente, a cada dois ou três anos, ao considerar que o poder de discriminação das variáveis muda ao longo do tempo, com alguns itens tendo seu acesso universalizado ou caindo em desuso, e novos itens surgem com o avanço tecnológico. Com isso, a atualização recorrente do Critério Brasil é fundamental.

Santa Catarina, com valor de R\$ 1,503,32, e a segunda mais desigual na distribuição desse recurso é o Acre, com um índice de Gini de 0,542.

Na última revisão do CB, com vigência a partir de 2015, considera-se o acesso a uma série de bens duráveis, o grau de instrução da pessoa responsável pela família e o acesso a dois serviços públicos. O acesso a tais serviços pode ser considerado a principal novidade, sendo a primeira vez que essa categoria é pesquisada. A Tabela 1 apresenta os itens considerados, bem como o sistema de pontuação atribuído para cada uma das variáveis.

Os pesos do CB advêm de uma equação de renda, que procura verificar quais quantidades de cada uma das variáveis melhor determinam o poder de consumo - em termos de renda - das pessoas (NERI, 2010). A partir dessa equação, um sistema de pontos foi desenvolvido, variando de 0 a 100, de modo a separar a população em grupos mais homogêneos, dividida em seis classes, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Sistema de pontuação das classes do Critério Brasil, 2016

Classe	Mín.	Máx.
A	45	100
B1	38	44
B2	29	37
C1	23	28
C2	17	22
D-E	0	16

Fonte: ABEP, 2016

É importante destacar que, para esse trabalho, o conceito de classe deve ser entendido como sinônimo de grupo ou estrato social, sendo utilizado apenas para denotar a divisão da população em conjuntos semelhantes de poder de consumo.

Metodologia aplicada à PDAD/2013

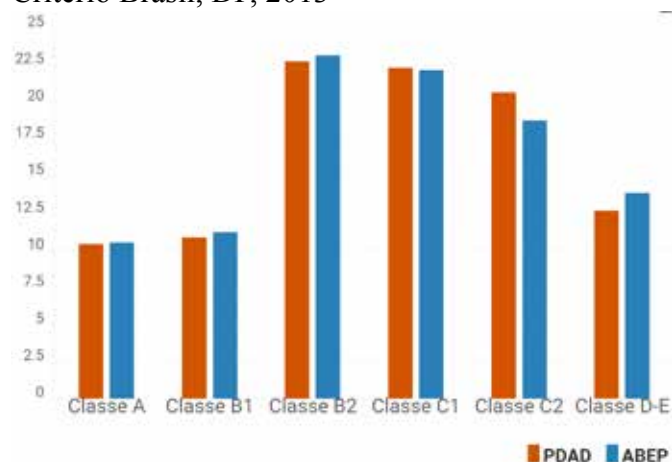
A PDAD/2013 contém a maioria das variáveis consideradas pelo CB, porém foram feitas apenas algumas adaptações. A posse de geladeira, por exemplo, não foi investigada, e substituída por outro item, de modo a manter o sistema de pontuação fechado em até 100 pontos. A partir de análises realizadas com a PNAD/2014, verificou-se que a televisão, em termos de posse, era o item que mais se aproximava da geladeira, itens praticamente universalizados dentro do Distrito Federal.

Outro ponto importante de diferença é o cálculo da escolaridade da pessoa de referência do domicílio.

Como a PDAD/2013 não investigou a última série/ano concluído, não foi possível determinar com exatidão o nível de escolaridade de cada pessoa. Assim, uma adaptação foi realizada, de modo a aproximar a classificação do Critério Brasil aos dados disponíveis na PDAD/2013.

Definidas as variáveis e atribuída a pontuação de cada pessoa, o Gráfico 1 apresenta a distribuição das classes. Nesse mesmo gráfico são apresentadas as estimativas do CB para o ano de 2015, data mais próxima da aplicação realizada para essa estrutura de pontuação (ABEP, 2016).

Gráfico 1 - Percentual da população por classe do Critério Brasil, DF, 2013



Fonte: ABEP 2016 e PDAD 2013/Codeplan.

Os resultados apontam elevada concentração da população nas classes mais altas. Considerando-se a soma das classes A e B, tem-se no DF cerca de 44% das pessoas com elevados padrões de consumo. Ressalta-se que a classe B2 apresenta uma renda domiciliar mediana maior que esse mesmo valor para a população do DF como um todo, o que pode justificar o agrupamento das classes A e B com alto poder de consumo.

A classe C representa cerca de 43% da população, o que demonstra, caso se considere esse o grupo do “meio” da distribuição, que sua participação é muito semelhante à da classe alta⁴. Já a classe mais baixa, D-E, representa apenas 13% da população. Esses dados indicam que o DF, na ótica de

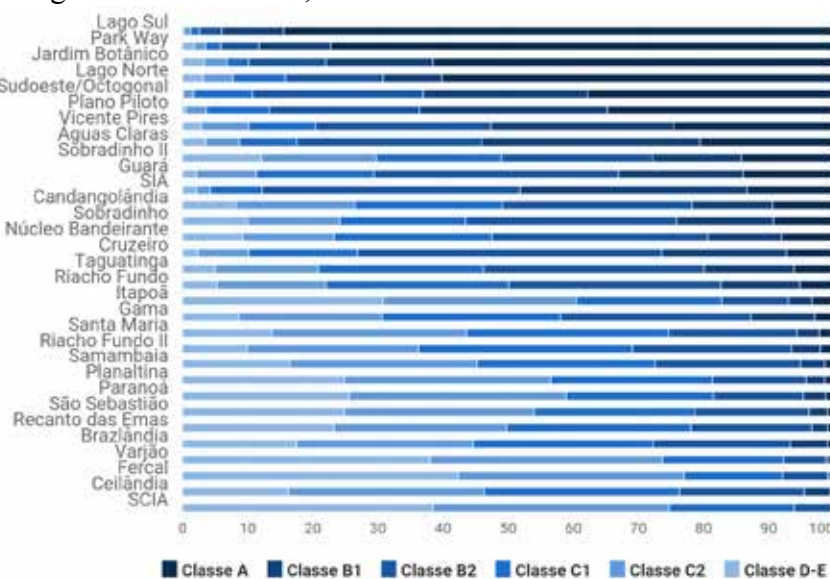
unidade da Federação, é um território com alto poder de consumo, concentrando quase 90% da população entre a classe alta e do “meio”. Percebe-se ainda que os resultados estão muito próximos das estimativas da ABEP para a distribuição das classes em Brasília para o ano de 2015.

O Gráfico 2 apresenta essas informações por RA e reforça a desigualdade observada na PNAD/2014: enquanto algumas RA's apresentam quase a totalidade de sua população nas classes mais altas, como é caso do Lago Sul, onde cerca de 75% da população está nas classe A, outras regiões sequer apresentam moradores assim classificados, como o SCIA/Estrutural. Estes dados salientam a importância de se realizar análises que considerem desagregações territoriais, já que as estatísticas geradas para o DF como um todo ocultam as desigualdades presentes nesse território.

De modo a aprofundar o padrão espacial dessas desigualdades, a Figura 1 (pág. 40) apresenta o percentual da população pertencente à classe alta (A e B) no Distrito Federal.

O padrão espacial aponta uma elevada concentração da classe alta na parte central do território, com destaque para as regiões Lagos Sul e Norte, Sudoeste/Octogonal, Park Way, Plano Piloto e Águas Claras, todas com mais de 80% da sua população nessa classe.

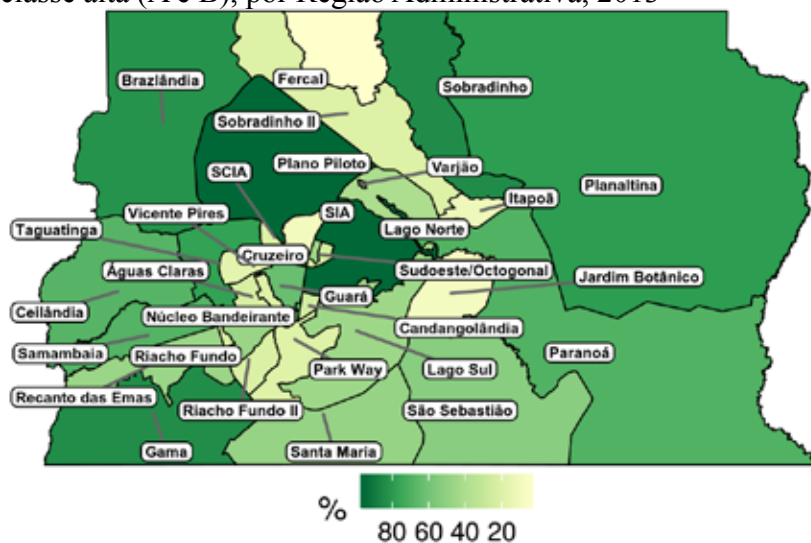
Gráfico 2 - Percentual da população, por classe do Critério Brasil e Região Administrativa, 2013



Fonte: PDAD 2013/Codeplan.

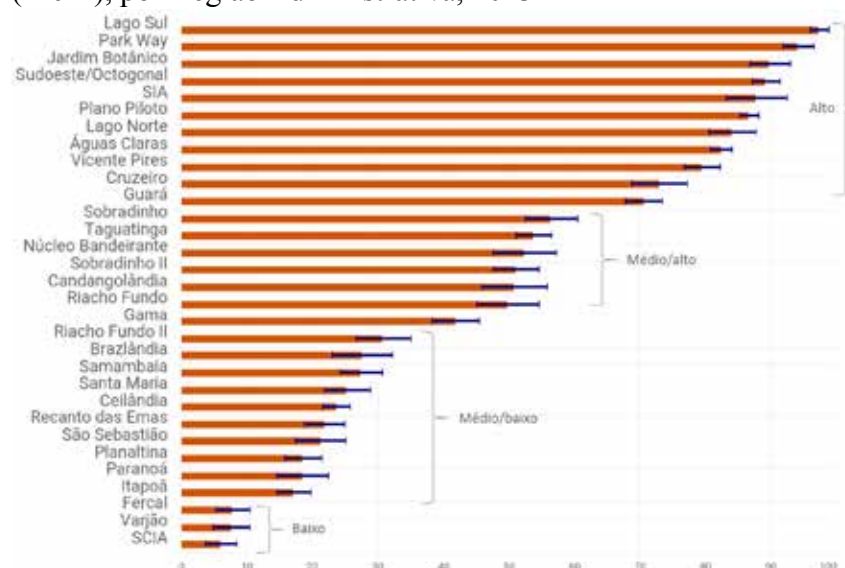
⁴ A classe C é aquela que, sozinha, concentra a maioria da população do DF, o que pode justificar a escolha desta como o grupo do “meio” por esse critério.

Figura 1 - Percentual da população pertencente à classe alta (A e B), por Região Administrativa, 2013



Fonte: PDAD 2013/Codeplan.

Gráfico 3 - Percentual da população pertencente à classe alta (A e B), por Região Administrativa, 2013



Fonte: PDAD 2013/Codeplan.

O Gráfico 3 detalha os percentuais de cada região, apresentando juntamente os intervalos de confiança (95%) para cada estimativa.

Pelo Gráfico 3 é possível perceber quatro grupos relativamente distintos de regiões: o primeiro, de alto poder aquisitivo, composto pelo Lago Sul, Park Way, Jardim Botânico, Sudoeste/Octogonal, SIA, Plano Piloto, Lago Norte, Águas Claras, Cruzeiro e Guará; o segundo, de poder aquisitivo médio/alto, composto por Sobradinho, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Sobradinho II, Candangolândia, Riacho Fundo e Gama; o terceiro grupo, com poder aquisitivo médio/baixo, composto por Riacho Fundo II, Brazlândia, Samambaia, Santa Maria, Ceilândia, Recanto das Emas, São Sebastião, Planaltina, Paranoá, Itapoã, Fercal, Varjão

Brazlândia, Samambaia, Santa Maria, Ceilândia, Recanto das Emas, São Sebastião, Planaltina, Paranoá e Itapoã. Finalmente, o grupo de baixo poder aquisitivo é composto pela RAs Fercal, Varjão e SCIA/Estrutural. A situação contrastante da desigualdade fica por conta da RAs SCIA/Estrutural e Varjão, rodeados por regiões de alto poder aquisitivo.

Para complementar a análise de classes no DF, estimou-se qual seria a probabilidade de uma pessoa com 30 anos ou mais pertencer à classe alta, segundo algumas de suas características. Em uma sociedade igualitária, esperar-se-ia que atributos pessoais intrínsecos, como, por exemplo, raça/cor e sexo, ou região de moradia, não influenciassem a probabilidade de uma pessoa pertencer à classe alta.

Outros atributos, como anos de escolaridade e experiência, que podem depender do esforço das pessoas, poderiam ser considerados como fatores explicativos para diferenças de probabilidade que não configuram diretamente diferenças de oportunidades. Como o CB pode ser sensível ao tamanho da família⁵, foram adicionados como controle se a pessoa é solteira e o número de moradores no domicílio, além do tempo de moradia no DF. As probabilidades foram estimadas a partir de um modelo de resposta binária *probit* e as razões de chance⁶ de per-

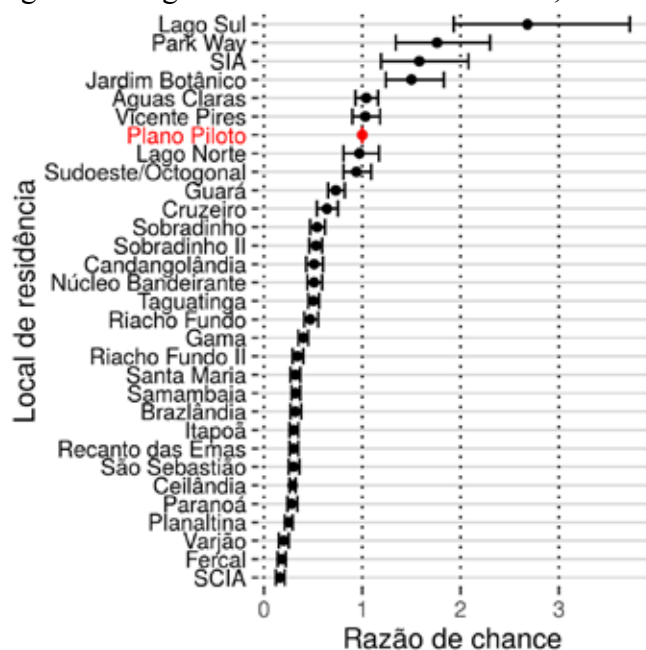
tencer à classe alta segundo local moradia são apresentadas no Gráfico 4.

Os resultados mostram que moradores do Lago Sul, Jardim Botânico e Park Way têm maiores chances de pertencerem à classe alta que os do Plano Piloto.

5 Como o Critério Brasil atribui muito peso à posse de bens duráveis, famílias maiores têm mais chances de serem classificadas nas categorias mais altas, tendo em vista que o número de pessoas pode incentivar um maior consumo dos itens pesquisados. Por exemplo, é muito mais provável que um domicílio composto por um casal tenha dois microcomputadores/notebooks do que um domicílio unipessoal, no qual uma unidade adicional do microcomputador/notebook faria pouco sentido.

6 Razões de chance próximas à unidade indicam pouca ou nenhuma diferença entre as categorias analisadas.

Gráfico 4 - Razão de chance de pertencer à classe alta segundo a Região Administrativa de moradia, 2013



Fonte: PDAD 2013/Codeplan.

Já moradores do Lago Norte, Águas Claras, Sudoeste/Octogonal e Vicente Pires têm iguais chances, enquanto todos os demais apresentam menores chances, com destaque para Varjão, SCIA e Fercal.

Além desses resultados, o atributo pessoal raça/cor é importante preditor das chances de se pertencer à classe alta. Os negros apresentam 20% menos chances que os não negros, considerando tudo o mais constante (local de moradia, anos de estudo, idade, ser solteiro e número de moradores no domicílio).

As variáveis de controle indicam a sensibilidade do CB ao tamanho das famílias, uma vez que ser solteiro diminui as chances de se pertencer à classe alta, enquanto o número de moradores as eleva.

Metodologia aplicada à PDAD/2015

Pelas variáveis disponíveis na PDAD/2015, não é possível aplicar o CB de modo que este seja comparável aos dados da PDAD/2013. Além disso, dada a indisponibilidade de um número maior de variáveis, foi necessário realizar mais adaptações que as realizadas na edição anterior da pesquisa.

Um item que deixou de ser pesquisado foi a quantidade de banheiros. Essa é uma perda muito relevante, dado o alto poder discriminatório que tal variável tem nesse critério. Para substituí-lo, procurou-se uma variável cuja distribuição se aproximasse ao máximo desse item. Para tanto, foram utilizadas as

informações da PNAD/2014 e aquela que mais se aproximou foi o número de televisores, considerando os modelos tradicionais e os de tela plana. Esse item, a exemplo do banheiro, está praticamente universalizado no DF. Todavia, dado que é mais provável que uma residência tenha um número mais elevado de televisores que de banheiros, a pontuação de tal item se torna mais elevada. Com isso, as classes mais altas podem ficar sobrestimadas.

Outra variável que precisou ser adaptada foi o DVD. Na PNAD/2014 somente foi questionado se no domicílio existia ou não tal item, não sendo investigada a quantidade, a posse desse bem durável chegou-se a 75,7%. Utilizando os bens duráveis investigados na PDAD/2015, observou-se 73,6% das pessoas possuem televisores de tela plana, e é o item que mais se aproximou da posse de DVD observada na PNAD/2014, sendo, dessa forma, utilizado como *proxy*.

Por fim, outro item sem correspondência foi a secadora de roupas. Como este bem não foi investigado pela PNAD, procurou-se um com distribuição semelhante à observada na PDAD/2013, na qual cerca de 98% das pessoas não o possuíam. A variável escolhida foi o aquecedor solar, também ausente em 98% dos lares do DF.

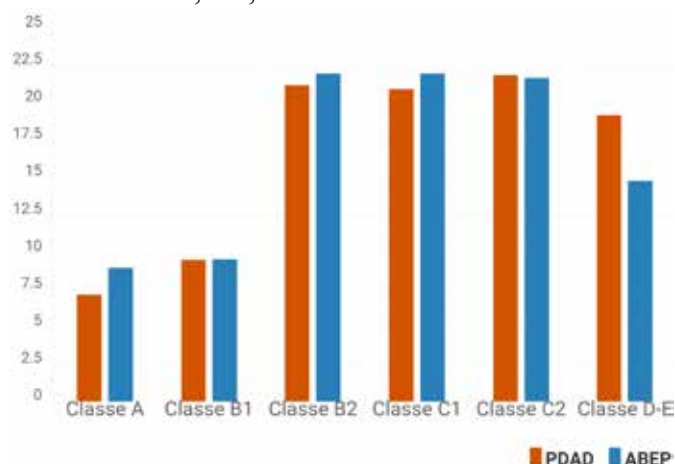
Com a PDAD/2015 foi possível determinar com mais precisão a escolaridade da pessoa responsável pelo domicílio, pois nessa edição foi questionada a última série/ano concluído. A partir daí, foi possível definir de forma precisa se o indivíduo fazia parte dos anos iniciais do ensino fundamental ou dos anos finais⁷.

Definidas as variáveis e atribuída a pontuação de cada pessoa, o Gráfico 5 (pág. 42) apresenta a distribuição de classes no DF, assim como a atualização da ABEP para o CB em Brasília em 2016.

Os resultados apresentaram a seguinte distribuição da população entre as classes: as classes A e B somam cerca de 40% no Distrito Federal. A classe C representa cerca de 42% da população enquanto a classe D-E, 18%. Os dados continuam a indicar que o DF, na ótica de unidade da Federação, é um território com alto poder de consumo, concentrando cerca de 82% da população entre a classe alta e a do “meio”. Porém, é importante ressaltar que não é possível realizar uma comparação direta entre o CB

7 Os dados estão padronizados, com o ensino fundamental de 8 anos, sendo os quatro primeiros considerados como a etapa inicial.

Gráfico 5 - Percentual da população por classe do Critério Brasil, DF, 2015



Fonte: PDAD 2015

aplicado nas duas edições da PDAD, visto que as metodologias utilizadas foram diferentes.

Os resultados observados também se encontram muito próximos às estimativas da ABEP para a distribuição das classes em Brasília para o ano de 2016. A maior diferença é verificada no extremo inferior. Segundo a PDAD/2015, 18% da população pertence à classe D-E, enquanto este grupo é composto por cerca de 15% segundo estimativas da ABEP. Logo, os dados da PDAD/2015 apresentam uma maior concentração da população na classe de menor poder aquisitivo quando comparado às estimativas da ABEP. Isso pode ser fruto das adaptações realizadas para substituir as variáveis ausentes da PDAD/2015. Como a aplicação do CB aos dados de 2015 parecem ter resultado num sistema de pontuação mais

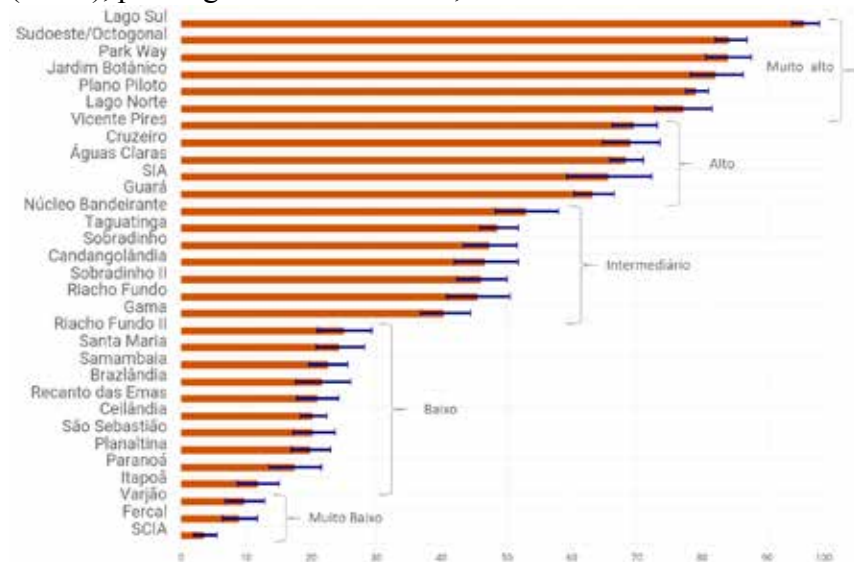
rigoroso, espera-se que as desigualdades presentes no território fiquem mais acentuadas.

A distribuição das classes por RA, também se observa uma elevada desigualdade, a exemplo da aplicação aos dados da PDAD/2013. Novamente, há RAs que apresentam grande parte da sua população na classe alta, como é caso do Lago Sul, onde 97% da população está nas classes A e B e do Park Way, com 84%. Por outro lado, algumas regiões sequer apresentam moradores na classe A, como o SCIA/Estrutural.

A distribuição espacial em 2015 segue o mesmo padrão observado em 2013, com a concentração das classes A e B na parte central do Distrito Federal, com destaque principalmente para o Lago Sul, única região com mais de 90% da população com alto poder aquisitivo. Por outro lado, as regiões mais periféricas, com ênfase para o lado leste do território, apresentam um baixo percentual da população pertencente a classe alta, sendo a pior situação, no SCIA/Estrutural, com menos de 5% dos moradores assim classificados.

O Gráfico 6 aponta que as RA's podem ser agrupadas em níveis de consumo segundo a distribuição da sua população na classe alta. Primeiramente, há o grupo de nível de consumo muito alto, como Lago Sul e Lago Norte, Park Way, Jardim Botânico, Sudoeste/Octogonal, todos com pelo menos 80% da população pertencente a tal grupo. Em seguida, tem-se um grupo de nível de consumo alto, como Cruzeiro, Plano Piloto, Vicente Pires, Águas Claras, SIA e Guará, onde a classe alta varia entre 60% e 75%.

Gráfico 6 - Percentual da população pertencente à classe alta (A e B), por Região Administrativa, 2015



Fonte: PDAD 2015/Codeplan

Em um grupo intermediário, de consumo médio, observa-se as RAs: Núcleo Bandeirante, Sobradinho I e II, Candangolândia, Taguatinga, Riacho Fundo e Gama, onde de 40% a 55% da população é classificada como classe alta. O próximo grupo, de consumo baixo, inclui Riacho Fundo II, Santa Maria, Samambaia, Brazlândia, Planaltina, Recanto das Emas, São Sebastião, Ceilândia e Paranoá, com 15% a 25% da população pertencente a esse agrupamento. Por fim, tem-se o grupo de consumo muito baixo, que inclui as regiões de Itapoã, Varjão,

Fercal e o SCIA, com menos de 15% da população pertence ao grupo de consumo mais alto.

Para finalizar a análise, foi calculada a probabilidade de se pertencer a classe alta, utilizando a mesma especificação aplicada em 2013.

Os resultados seguem o mesmo padrão daqueles encontrados em 2013 para as RA de moradia e raça/cor do indivíduo.

Conclusões

O objetivo deste trabalho foi adaptar o Critério Brasil aos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, das edições 2013/2014 e 2015/2016, do Distrito Federal. Devido a indisponibilidade das informações necessárias para aplicar a metodologia, não foi possível realizar uma análise da evolução das classes entre as duas pesquisas. De todo modo, ressalta-se que as estimativas encontradas neste trabalho são muito próximas daquelas estimadas pela ABEP para os anos de 2015 e 2016.

Os resultados apontam que a população do DF tem um alto poder aquisitivo, com mais de 40% das pessoas classificadas nas classes A ou B, em ambas as

edições. Além disso, a classe mais baixa, D-E, apresenta um quantitativo relativamente baixo, com menos de 15% da população na PDAD/2013 e cerca de 18% na PDAD/2015. Destaca-se que, para o ano de 2015, as adaptações realizadas na metodologia parecem ter deixado a classificação um pouco mais rigorosa, principalmente nesta classe mais baixa (D-E). Soma-se a isso o cenário recessivo vivenciado pela economia brasileira e local ao longo desse período.

Apesar do alto poder aquisitivo, destaca-se que a distribuição segundo classes é bastante heterogênea dentro do território: enquanto o Lago Sul apresenta mais de 90% de sua população pertencente à classe alta (A ou B), no SCIA/Estrutural essa proporção não alcança 5%.

Essa heterogeneidade é destacada quando, tomando o Plano Piloto como referência, tem-se que os moradores de regiões mais periféricas apresentam menores chances de pertencerem à classe alta. Observam-se também menores chances de indivíduos negros serem classificados na classe alta em comparação aos não-negros. Assim, os dados confirmam a elevada desigualdade presente no território, cuja redução dependerá de empenhos do Estado e da sociedade. ■

Referências bibliográficas

- ABEP, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016, 2016. Disponível em: <file:///D:/Downloads/01_cceb_2016_11_04_16_final%20(1).pdf>. Acesso em: 6 dez. 2016
- KAMAKURA, W. A.; MAZZON, J. A. Socioeconomic status and consumption in an emerging economy. *International Journal of Research in Marketing*, v. 30, n. 1, p. 4-18, 2013.
- NERI, M. A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2010.
- Thiago Mendes Rosa, economista Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan.
- Pedro Meireles Nemrod Guimarães, estagiário da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan.

(*) *Thiago Mendes Rosa*

Economista Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan

(**) *Pedro Meireles Nemrod Guimarães*

Estagiário da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan

Perfil da população idosa nas regiões administrativas do Distrito Federal



Cristina B. Souza Rossetto

A Codeplan está atenta às discussões internacionais e aos movimentos populacionais do Distrito Federal, com o objetivo de subsidiar as políticas públicas voltada ao segmento do idoso. Nesse sentido, a PDAD gera informações importantes para o Distrito Federal.

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial. O relatório *World Population Aging - 2015* da ONU (2015) afirma que pessoas com 60 anos e mais representavam cerca de 12% da população mundial, enquanto se projeta que haverá aproximadamente 2,1 bilhões de idosos em 2050, ou seja, 22% da população mundial. O mesmo relatório aponta que essa mudança no perfil da população pode ser atribuída a histórias de sucesso: melhorias na área de saúde pública, educação, medicina. E a maior inclusão feminina no mercado de trabalho, trouxe, por exemplo, redução tanto da mortalidade quanto da fecundidade, de modo que nunca as pessoas passaram a viver, em tão boas condições.

Os impactos gerados por essa transformação demográfica já são experimentados em alguns países e regiões e são bastante difusos, impondo que se reavalie e se adequem desde sistemas de pensão, equipamentos urbanos de transporte e padrões de habitação a opções de lazer e tecnologias de produção (para incorporar cada vez mais pessoas idosas e mulheres). O incentivo à imigração será um tema importante na pauta política, uma vez que países abertos a migrantes, em geral, para jovens, poderão equilibrar os efeitos do envelhecimento da população nativa. Além disso, questões distributivas irão se intensificar no debate público, uma vez que gastos com saúde de pessoas idosas e pensões, por exemplo, poderão reduzir a capacidade de investimento em outras áreas que são prioridade atualmente como educação. Existe, por-

tanto, uma gama ampla de temas e problemáticas a serem investigados e melhor compreendidos.

Observar essas mudanças quantitativas e qualitativas na população, é fundamental para o planejamento das políticas públicas. No Brasil, as questões relacionadas à população idosa começaram a ganhar destaque há pouco mais de 20 anos, com a *Política Nacional do Idoso* de 1994. Em 2003 surgiu o “Estatuto do Idoso”, lei federal específica para regular os direitos da população com 60 anos e mais, que torna a família, a comunidade e o Poder Público responsáveis por garantir aos idosos prioridade “a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2003).

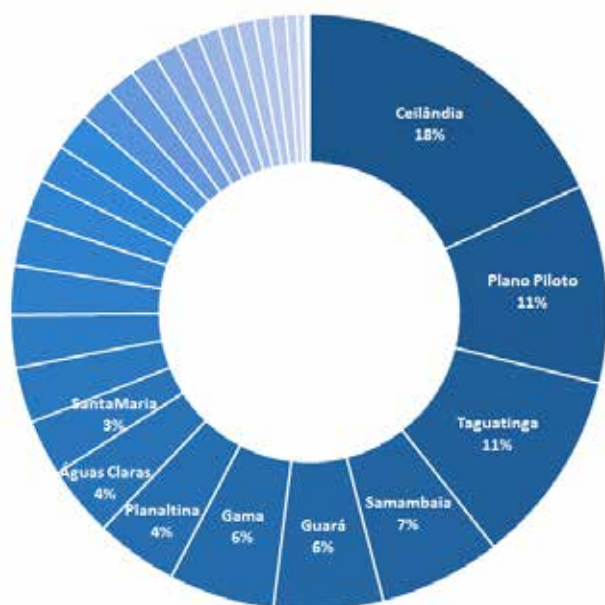
A Codeplan está atenta às discussões internacionais e aos movimentos populacionais do Distrito Federal, com o objetivo de subsidiar as políticas públicas voltada a esse segmento da população. Nesse sentido, a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) gera informações importantes para o Distrito Federal, não disponíveis em outras fontes de dados, principalmente porque possibilita espacializar a informação para as 31 Regiões Administrativas (RAs)¹.

¹ A delimitação geográfica das 31 RAs utilizada pela Codeplan tem objetivo exclusivo de subsidiar estudos e pesquisas, pois não são oficialmente definidas. No Distrito Federal, apesar de terem sido legalmente criadas as 31 Regiões, suas poligonais carecem de regulamentação.

De maneira geral, a principal contribuição da PDAD é no acompanhamento de questões socioeconômicas. Nesse sentido, apresenta-se nesse texto uma breve discussão sobre algumas características da população idosa que são possíveis de se explorar a partir da PDAD e que dão subsídios importantes para a atuação do Poder Público em promover a qualidade de vida dessa população.

A proporção de mulheres na população total do Distrito Federal é de 52%, sendo que para a população idosa, esse percentual chegou a 55% (PDAD/2015). Como ocorre também em boa parte do mundo, as mulheres são mais longevas que os homens: na faixa etária superior a 80 anos, que representa apenas 2% da população pesquisada, 58% do total são mulheres. A PDAD também pesquisa outras características demográficas, como raça/cor: 52% dos idosos declaram-se brancos; 43%, pardos; 5%, pretos e os demais são indígenas ou amarelos (asiáticos). Com relação ao estado civil, os grupos mais importantes são os casados (54%) e viúvos (20%). Por fim, a religião se mostra como uma característica importante entre os idosos: apenas 5% declaram-se sem religião alguma², sendo que a grande maioria define-se como cristã, seguindo a Igreja Católica (68%) e igrejas evangélicas (21,5%).

Figura 1A - Distribuição da proporção de idosos em relação à população total do DF.

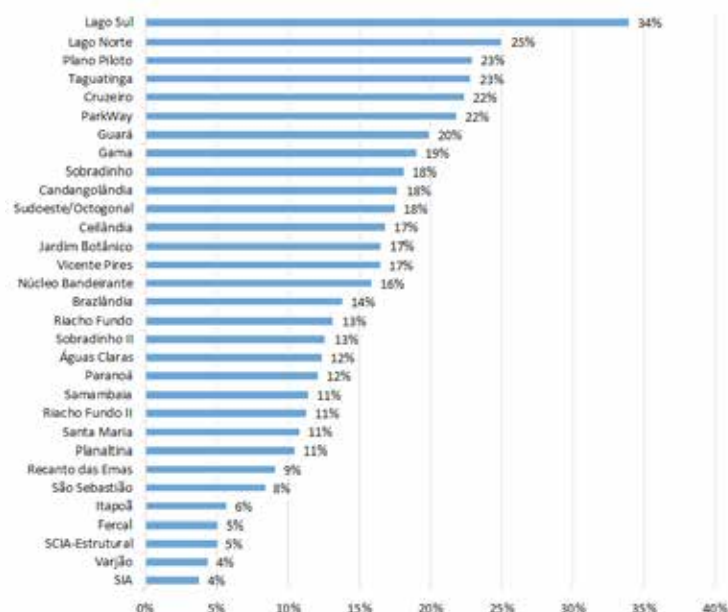


Fonte: PDAD (2015)

Em relação à distribuição territorial, é interessante observar duas características: onde está a maioria dos idosos e em quais RAs há relativamente mais idosos/jovens. Em relação à primeira característica, o que se observa é que as regiões administrativas mais populosas são aquelas em que, geralmente, a população idosa é também mais numerosa, como mostra a Figura 1A. Isso não significa, necessariamente, que o grupo dos idosos é relativamente importante dentro dessas RAs, considerando outras faixas de idade. Na Figura 1B vê-se que no Lago Sul e Lago Norte encontram-se populações relativamente mais envelhecidas que Ceilândia, Taguatinga ou Samambaia. O Plano Piloto se destaca nas duas características: além de ter uma população idosa numerosa, esse grupo é importante dentro da RA, considerando os outros grupos etários que ali residem.

Conhecer a distribuição espacial da população idosa é de extrema importância para o Poder Público, que deverá dimensionar e distribuir serviços e equipamentos públicos especializados. Então, por exemplo, sabe-se que Ceilândia, Plano Piloto, Taguatinga e Samambaia devem estar preparadas para atender a uma grande quantidade de pessoas nessa faixa etária. Por outro lado, é de se esperar que no Lago Sul e Lago Norte os idosos tenham mais expressão política na definição das prioridades de investimento nessas RAs.

Figura 1B - Proporção de idosos em relação população da RA



2 Considerando a população não idosa, essa proporção é de 9,25%.

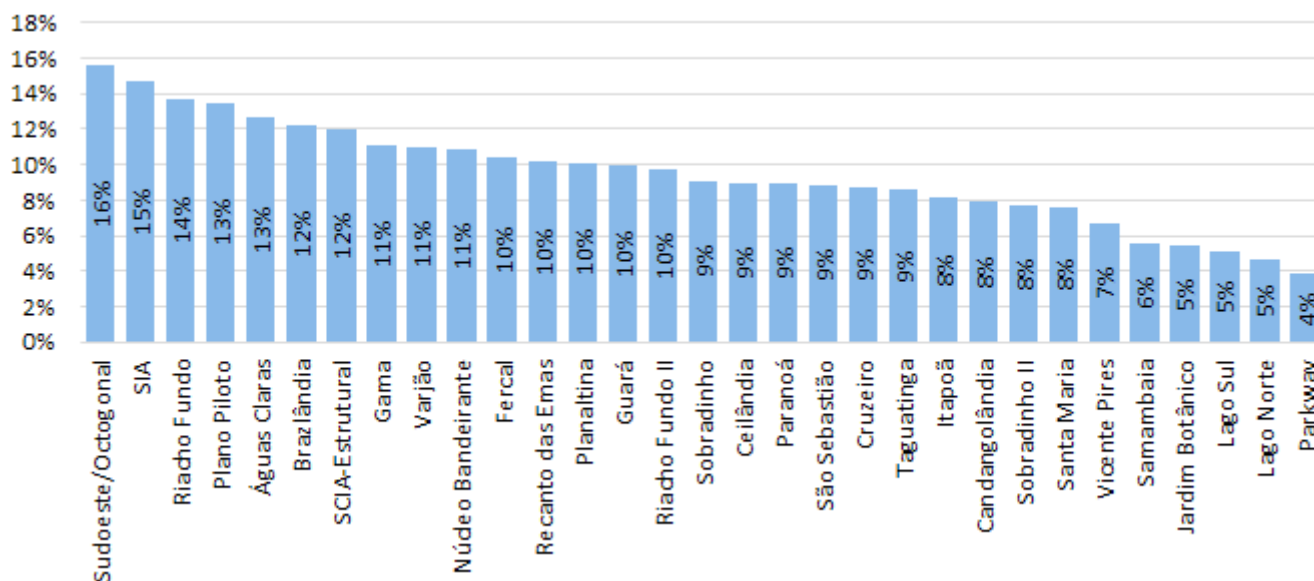
Com o crescente debate relacionado às necessidades particulares dos idosos, começam a surgir conceitos que ajudam a definir também a esfera de atuação dos governantes na promoção da qualidade de vida dessa população. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) propõe que as políticas públicas apoiem o “Envelhecimento Ativo”, ou seja, a participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, civis e espirituais, além da capacidade de estar fisicamente ativo e trabalhar (OMS, 2017). Entre as inúmeras questões que esse conceito engloba, a PDAD permite explorar alguns dados que se relacionam a dois temas de interesse: o isolamento social e a inserção no mercado de trabalho.

O isolamento social dos idosos é apontado como um importante fator de risco à saúde. Cattán, *et al* (2005) discutem o sucesso de estratégias geralmente implementadas por agentes públicos com o objetivo de reduzir o isolamento social e verificam que atividades incentivam a formação e o fortalecimento de grupos mais eficazes que o atendimento personalizado ou individual. Apesar de a PDAD/2015 não ter focado este tema dos idosos, há dois conjuntos de informação que podem ajudar a compreender a capacidade de criação e manutenção dos laços de vizinhança, familiares ou sociais dos idosos, quais sejam: o tempo de residência em uma mesma RA e se o idoso reside sozinho.

Com relação ao tempo de moradia em uma mesma RA, cabe dizer primeiramente que quase a totalidade dos idosos não é nascida no Distrito Federal. Imigraram, em grande parte, ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980. A média geral do tempo de residência de um idoso em uma mesma RA é de 24 anos, no entanto, esse valor se altera consideravelmente de uma RA para outra. Gama, Sobradinho e Taguatinga são as RAs onde os idosos residiram por mais tempo: uma pessoa idosa no Gama reside nessa RA há aproximadamente 41 anos; em Sobradinho I a média é de 39 anos e em Taguatinga, 38 anos. As regiões administrativas que mais recentemente receberam idosos são também aquelas criadas por último, como era de se esperar, e como é o caso do Sudoeste/Octogonal, Águas Claras, Vicente Pires, Itapuã, Jardim Botânico, SCIA e Riacho Fundo II. Nessas RAs o tempo médio de residência de um idoso é igual ou inferior a 15 anos.

As RAs que apresentam a maior proporção de idosos residindo sozinhos são Sudoeste/Octogonal, Plano Piloto, Riacho Fundo I e Águas Claras³, como mostra a Figura 2. No Lago Sul e Lago Norte, por outro lado, há menor percentual de idosos que vivem sozinhos. Sudoeste/Octogonal e Águas Claras, por exemplo, RAs relativamente recentes, apresentam as duas características: há uma proporção relativamente grande de idosos que vivem sozinhos e seu tempo de residên-

Figura 2 - Percentual da população idosa que reside sozinha por RA



Fonte: PDAD (2015)

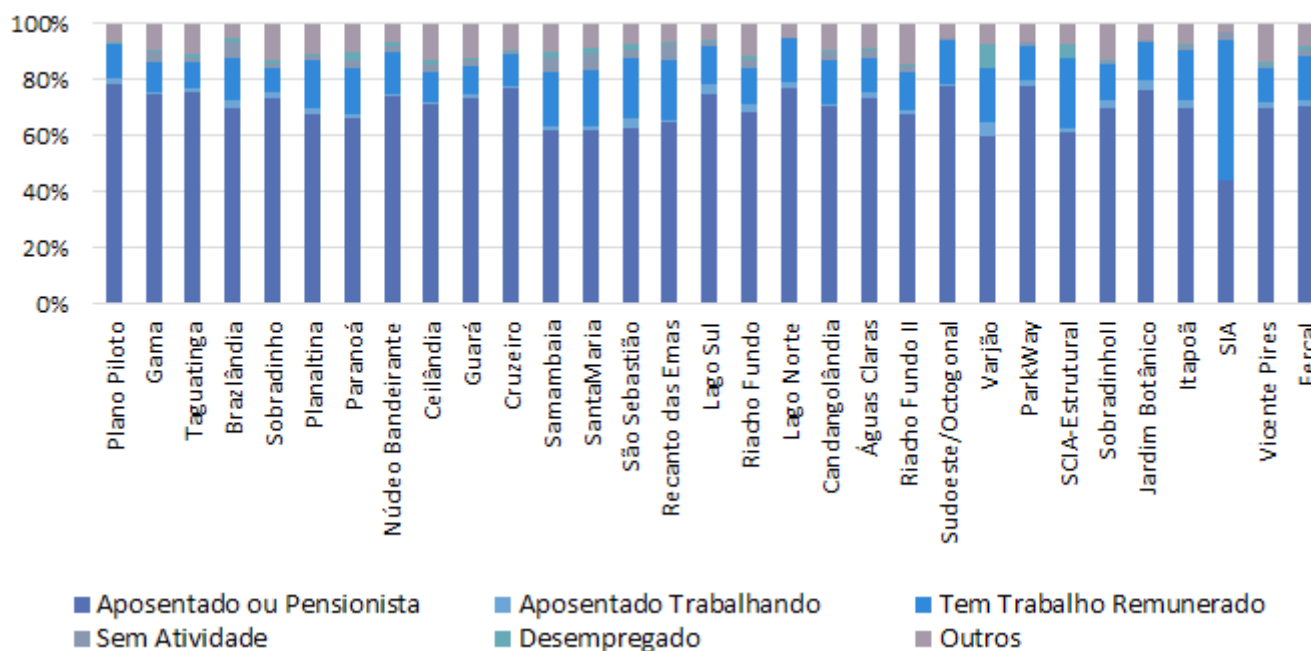
3 SIA aparece como uma RA em que 15% dos idosos residem sozinhos, no entanto, não foi mencionada no corpo do texto, porque nessa RA a pesquisa encontrou uma quantidade pequena de idosos nessa condição, o que, na realidade, dificulta o aproveitamento da informação dada sua baixa qualidade em testes estatísticos.

cia na RA é baixo. Obviamente, esses dois fenômenos não implicam necessariamente isolamento social, por isso seria interessante um estudo específico, que questione sobre os comportamentos de interação social, além das características pesquisadas pela PDAD.

Outro dado interessante para se pensar o isolamento social pode ser o acesso à internet. É verdade que, pro-

A Figura 3 mostra a situação de atividade da população idosa em cada RA. No Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal e Parkway idosos aposentados ou pensionistas representam quase 80% do grupo, enquanto no Varjão, Santa Maria, Samambaia e SCIA a proporção de idosos que se mantém no mercado de trabalho ou outras atividades é de 40%.

Figura 3 - Situação de atividade da população idosa por RA



Fonte: PDAD (2015)

vavelmente, idosos não utilizem tanto a internet para esse fim como os jovens, por exemplo. De todo modo, é interessante notar que em algumas RAs a população idosa está quase toda conectada à internet. Pelos dados da PDAD fica claro que as chances de usufruir dos benefícios da internet estão muito relacionadas com as condições econômicas: nas RAs de menor renda o acesso é muito inferior que nas de renda alta. Como se discutirá adiante, os idosos não estão livres da pobreza e há questões relacionadas ao trabalho e à desigualdade o acesso à bens e serviços que tornam heterogênea a qualidade de vida dos idosos no Distrito Federal.

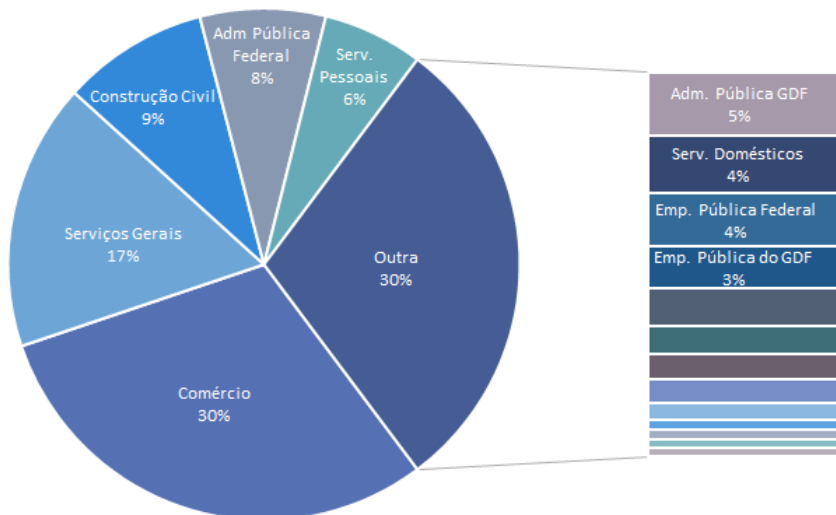
O conceito de *Envelhecimento Ativo* da OMS fala das possibilidades de inserção econômica e de trabalho. Uma questão de extrema relevância é se a permanência no mercado de trabalho para um idoso é resultante de uma escolha ou uma imposição, por condições de pobreza e pela falta de acesso a serviços públicos. A PDAD não pergunta diretamente sobre essa escolha, no entanto, deve ser investigado o fato de que nas RAs de menor renda há maior proporção de idosos trabalhando.

Considerando apenas a população idosa que trabalha, existe uma semelhança com a estrutura geral de distribuição dos empregos, ou seja, a maioria das pessoas trabalha em atividades de comércio, serviços gerais e no serviço público, reflexo do que acontece para toda população ocupada do DF (Figura 4, pág. 48). Chama a atenção que 9% dos idosos no mercado de trabalho estão na construção civil⁴. A predominância da baixa escolaridade desses trabalhadores - a maioria não completou o ensino fundamental, não surpreenderia se que o trabalho fosse, nesse caso, uma necessidade econômica e não uma simples escolha de manter-se ativo profissionalmente.

A análise da renda a partir de pesquisas domiciliares, como a PDAD, impõe algumas dificuldades, uma vez que as pessoas nos extremos, com rendi-

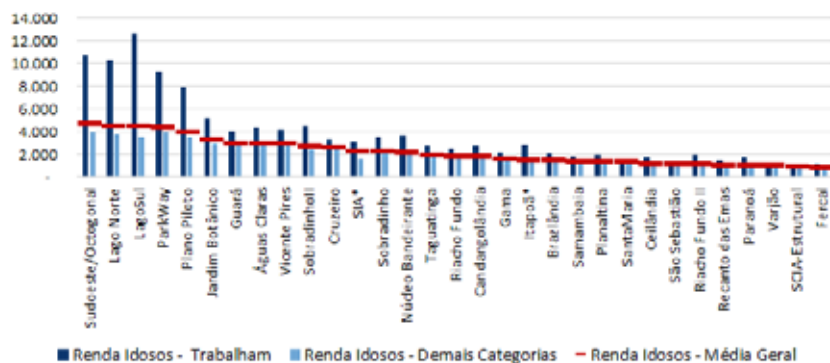
4 Considerando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2015, divulgados pelo Ministério do Trabalho, o setor de construção civil paga aos trabalhadores com nível fundamental incompleto um salário mensal médio de R\$ 1.831 (pouco menos da metade do salário médio do DF como um todo, que foi de R\$ 4.546).

Figura 4 - Distribuição dos idosos que continuam trabalhando por setor de atividade



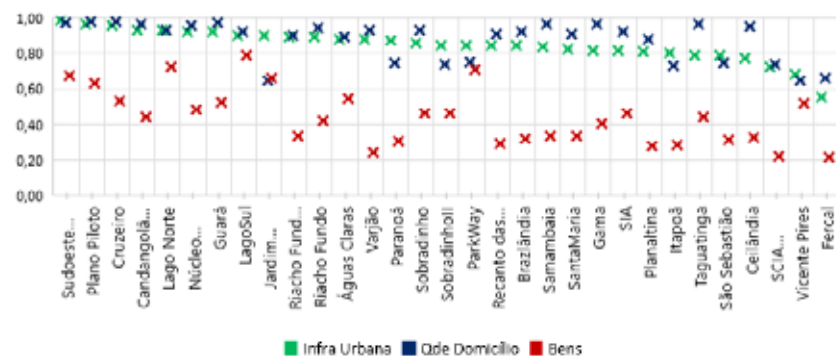
Fonte: PDAD (2015)

Figura 5 - Renda mensal individual: idosos que trabalham, idosos nas demais situações de ocupação (aposentados, pensionistas, desempregados, etc), por RA (em R\$)



Fonte: PDAD (2015)

Figura 6 - Indicadores de acesso a bens e serviços por RA



Fonte: PDAD (2015)

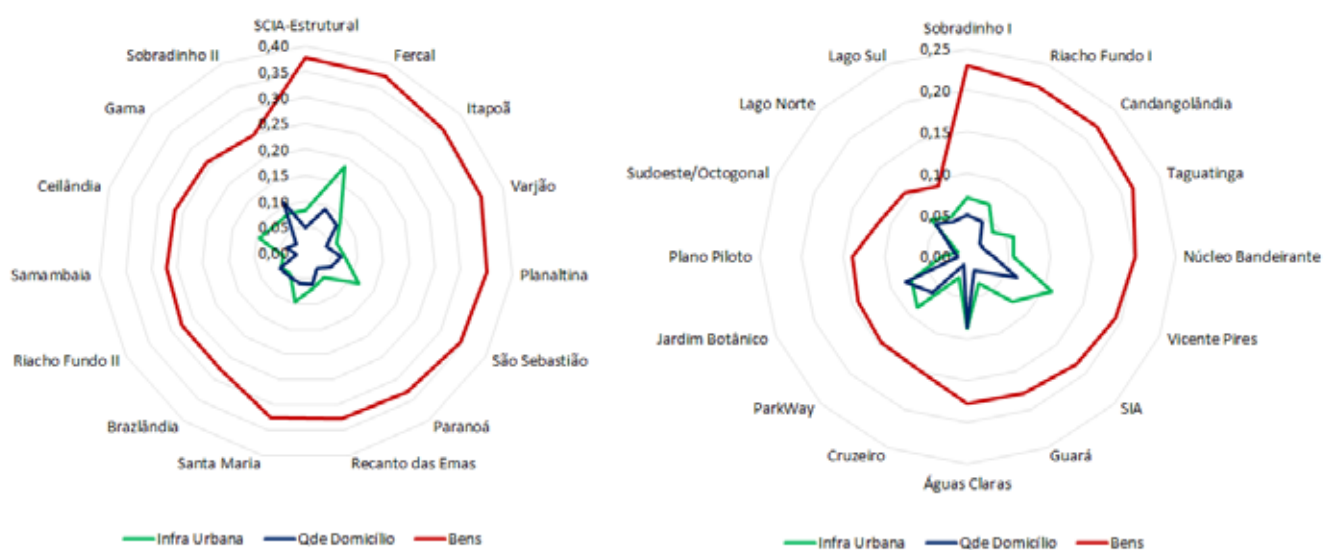
mentos muito altos ou muito baixos, tendem a omitir a informação ou não a informam corretamente. Considerando esse possível viés, é possível observar a renda média dos idosos por RA na Figura 5. A renda média mais alta foi encontrada no Sudoeste/Octogonal enquanto a mais baixa foi na RA Fercal: um idoso residente do Sudoeste/Octogonal tem uma renda 5,35 vezes superior ao idoso residente na RA Fercal. Deixar de trabalhar pode representar uma queda importante da renda dos idosos. Em média, um idoso que está trabalhando tem uma renda 72% superior aos demais. Essa situação é muito acentuada nas RAs de maior poder aquisitivo, como mostra a Figura 4, mas é recorrente na maioria das RAs.

Outra forma de avaliar o nível econômico é considerar o acesso a bens e serviços. Para essa análise foram calculados três indicadores. O primeiro, considera as características do domicílio, que inclui acesso a água, esgoto, energia, coleta de lixo etc. O segundo considera características do entorno do domicílio, como disponibilidade de parques e jardins, qualidade das vias, iluminação pública etc. Por fim, o último leva em consideração o inventário de bens duráveis, como automóveis, televisão, geladeira etc.

A Figura 6 mostra resultados dos indicadores calculados por RA para os idosos, ordenados segundo o indicador de infraestrutura urbana⁵. O que se observa é que tanto no quesito infraestrutura urbana como qualidade do domicílio, quase todas as RAs apresentam bom desempenho - SCIA/Estrutural, Vicente Pires e Fercal são os piores colocados. As RAs Fercal e SCIA/Estrutural tam-

5 Esses indicadores foram normalizados, para apresentar resultados entre zero e um, de modo que são adimensionais, sendo valores mais próximos de um indicam melhor situação no referido indicador.

Figura 7 - Desigualdade de acesso a bens, infraestrutura urbana e domicílios de qualidade entre idosos - RAs mais desiguais (esquerda) e menos desiguais (direita)



Fonte: PDAD (2015)

bém ficaram em último lugar no indicador de bens, juntamente com Varjão, Planaltina e Itapoã. Apesar de a população idosa nessas RAs somar apenas 6% da população idosa do DF, é importante considerar seu alto grau de vulnerabilidade econômica.

É bastante positivo que os idosos desfrutem de boas condições de moradia em praticamente todas as RAs, considerando o indicador de qualidade de domicílio e de infraestrutura urbana. Reforça essa informação, que o nível de desigualdade no acesso a esses bens seja relativamente baixo entre as RAs e entre os idosos de cada RA, como mostra a Figura 7.

O acesso a bens duráveis, no entanto, apresenta maior nível de desigualdade. Na Figura 7, à esquerda, estão as RAs que apresentam maior nível de desigualdade no acesso a bens e à direita as de menor desigualdade. Novamente, chamam atenção as RAs de menor renda, como SCIA/Estrutural, Fercal, Itapoã, Varjão e Planaltina, pois, além de estarem em posição inferior em termos absolutos de comparação da renda média, apresentam uma importante variação no interior da RA, de modo que possivelmente nessas RAs residam os idosos mais pobres, entre os pobres. É importante mencionar que os bens considerados no inventário são bens duráveis, que não necessariamente atendem às necessidades mais básicas de sobrevivência, por isso, para verificar níveis absolutos de pobreza seria interessante uma pesquisa com uma lista mais ampla de bens, incluindo bens de consumo não duráveis.

Conclusão

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) faz um esforço único no Distrito Federal, a fim de disponibilizar informações relevantes sobre cada uma das 31 Regiões Administrativas. Não obstante existam limitações no uso da informação, ela traz diversas possibilidades de análise, que ajudam a compreender, principalmente, o perfil da população e sua distribuição pelo território.

O estudo da população idosa revela que em algumas RAs, como Lago Sul, Lago Norte e Plano Piloto o envelhecimento populacional já é uma realidade. É relevante que os idosos nessas RAs sejam pouco dependentes da assistência pública para suprir suas necessidades, já que o seu nível de renda é relativamente alto. O mesmo não se pode dizer dos idosos residentes no SCIA/Estrutural, Fercal e Varjão, por exemplo, que apresentam condições de vida econômica mais precárias.

Para as políticas públicas atuais é importante dar prioridade àqueles com maior vulnerabilidade econômica, que podem ter dificuldades ao acesso de suas necessidades básicas. No futuro, entretanto, como já discutido, o processo de envelhecimento generalizado da população irá demandar que se repensem as políticas públicas como um todo, promovendo não somente o bem-estar econômico dos idosos, mas uma forma mais ampla de oferecer qualidade de vida, tal como a proposta pela ONU, que os mantenha ativos e participantes na sociedade, mantendo o sentido de realização pessoal.

Referências bibliográficas

- C BRASIL - Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Estatuto do Idoso** - Lei Nº 10.741, de 1º De outubro de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm, acessado em 24/02/2017.
- CATTAN, M.; WHITE, M.; BOND, J. & LEARMOUTH, A. **Preventing social isolation and loneliness among older people: a systematic review of health promotion interventions**. Ageing and Society, 25(01), 41-67, 2005.
- ONU. **World Population Aging Report - 2015**. Disponível em http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/ageing/WPA2015_Report.pdf, acessado em 24/02/2017.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. **What is “Active Ageing”?**. Disponível em http://www.who.int/ageing/active_ageing/en/, acessado em 24/02/2017.

(*) *Cristina B. Souza Rossetto*

Doutora em Economia e gerente de Demografia, Estatística, Geoprocessamento da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas da Codeplan

Brasília em Debate

A revista **Brasília em Debate** conta com a colaboração de economistas, professores, pesquisadores, cientistas políticos e sociais, entre outros especialistas. Os textos (artigos, ponto de vista, resenhas) trazem prioritariamente abordagens da conjuntura econômica e social do DF, aspectos populacionais, sustentabilidade ambiental, planejamento urbano e territorial.

ISSN - 2316-820X

Normas para publicação e remessa de textos

- Todos os artigos devem ser originais e escritos em português
- Apenas serão aceitos artigos previamente solicitados pelo Conselho Editorial e/ou Chefia de Edição
- Fonte no editor de texto: Times New Roman, tamanho 11, espaço simples
- Número de caracteres (incluindo tabelas e ilustrações):
 - Artigos: 15 mil e 20 mil
 - Pontos de vista e Opiniões: 3 a 5 mil
 - Resenhas: 3 mil.
- É permitida a coautoria para Artigos
- As informações do autor devem estar expressas em nota de rodapé - nome e sobrenome, formação acadêmica, instituição a que pertence (e-mail, telefone e endereço para contatos)
- Tabelas, quadros, ilustrações, fotos, desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, mapas e gráficos, devem estar numerados com algarismos arábicos na ordem em que foram citados, com legendas e fontes
- As ilustrações devem ser originais e tabelas, quadros, gráficos apresentados em software que permita edição
- Fotos devem ser enviadas em alta resolução (300 dpi), cor real, inclusive a foto do autor
- As notas explicativas de rodapé devem ser curtas, numeradas em ordem sequencial e citadas na mesma página
- As citações de até três linhas devem conter aspas na sequência do texto. Se ultrapassarem esse limite, devem constar em parágrafo próprio, recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT)
- As referências bibliográficas devem seguir também as normas da ABNT (NBR 6023)
- Os autores terão direito a 5 (cinco) exemplares da Revista, quando a tiragem for impressa
- O arquivo eletrônico com a formatação final deve ser encaminhado à ASCOM
- Casos omissos serão analisados e decididos pelo Conselho Editorial

Estudos, Notas Técnicas e Textos para Discussão (utilizando dados da PDAD)

- **Perfil do idoso**
<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/PesquisasSocioeconomicas/2013/PERFIL DO IDOSO.pdf>
- **Estudo sobre emprego no setor público do DF**
<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/PesquisasSocioeconomicas/2013/ESTUDO SOBRE EMPREGO NO SETOR PÚBLICO DO DF .pdf>
- **Perfil da distribuição dos postos de trabalho no Distrito Federal - Abril**
<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/PesquisasSocioeconomicas/2013/PERFIL DA DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL - ABRIL.pdf>
- **Perfil do negro no DF**
<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/PesquisasSocioeconomicas/PDAD/2012/Perfil do Negro no DF.pdf>
- **Situação das mulheres no DF 2012**
<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/PesquisasSocioeconomicas/PDAD/2012/Situação das Mulheres no DF - 2012.pdf>
- **Estudo sobre tamanho das torcidas no DF**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/2014/ESTUDOS/ESTUDO SOBRE TAMANHO DAS TORCIDAS NO DF.pdf
- **O trabalho feminino no Distrito Federal: Determinantes da participação no mercado e do salário das mulheres**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/TD/TD_1_Trabalho_Feminino_no_DF_2015.pdf
- **Índice de Oportunidade Humana (IOH) no Distrito Federal**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/TD/TD_3_Indice_Oportunidade_Humana_no_DF_2015.pdf
- **Perfil do Afroempreendedor no Distrito Federal**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/2016/Estudo_Perfil_Afroempreendedor_no_Distrito_Federal_2016.pdf
- **As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/As_mulheres_no_mercado_de_trabalho.pdf
- **Índice Multidimensional de Pobreza (IMP): As dimensões da pobreza no Distrito Federal e suas políticas de enfrentamento**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/TD/TD_6_As_Dimensoes_da_Pobreza_no_DF_e_suas_Politicas_de_Enfrentamento_2015.pdf
- **PDAD/2011 - Indicadores Sociais**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/Indicadores_Sociais_PDAD_2011.pdf
- **Retrato da classe C no Distrito Federal nova classe média ou nova classe trabalhadora**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/Retrato_da_Classe_C_no_Distrito_Federal.pdf
- **O perfil da juventude do Distrito Federal**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/2016/Estudo_O_Perfil_Juventude_Distrito_Federal.pdf
- **População indígena - Um primeiro olhar sobre o fenômeno do índio urbano na área metropolitana de Brasília**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/Populacao_indigena.pdf
- **PDAD/2011 - Indicadores sociais retrato das regiões administrativas**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/Indicadores_Sociais_PDAD_2011.pdf
- **Análise das relações de raça/cor - Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios - PDAD/2010-2011**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/Analise_das_Relacoes_de_Ra%C3%A7a-Cor_Relatorio_Tecnico.pdf
- **Análise das relações de gênero no Distrito Federal a partir da Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios - PDAD/2010-2011**
http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/notatecnica_analise_genero_pdad.pdf
- **31 Estudos urbanos e ambientais das Regiões Administrativas - RAs do Distrito Federal**
<http://www.codeplan.df.gov.br/areas-tematicas/estudos-urbanoseambientais.html>
- **Vídeo: Os desafios de ser mulher no Distrito Federal**
<http://tvcodeplan.df.gov.br/codeplan.php?id=71>

<http://www.codeplan.df.gov.br/publicacoes/brasil-em-debate.html>



<http://www.codeplan.df.gov.br/areas-tematicas/pesquisas-socioeconomicas/295-pesquisa-districtal-por-amostra-de-domicilios-.html>